



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Linguística Aplicada

VERÔNICA MARIA DE GOUVEIA COELHO

“Casais Interétnicos – Filhos Bilíngues?”

**Representações como Índicios de Políticas de (não)
Transmissão da Língua Minoritária da Família.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada, na área de Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngue.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha M. Maher

Campinas, 24 de julho de 2009.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

C65c	<p>Coelho, V.M.G.</p> <p>Casais interétnicos – filhos bilíngues? Representações como indícios de políticas de (não) transmissão da língua minoritária da família / Verônica Maria de Gouveia Coelho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Terezinha de Jesus Machado Maher. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Representações. 2. Casais interétnicos. 3. Bilingüismo familiar. 4. Identidade linguística. 5. Identidade Cultural. I. Maher, Terezinha de Jesus Machado. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>tjj/iel</p>
------	---

Título em inglês: Intercultural couples – bilingual offsprings? Representations as Evidences of Family Policies for the (non) Transmission of the Minority Language.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Representations; Intercultural couples; Family bilingualism; Linguistic identity; Cultural identity.

Área de concentração: Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngue.

Titulação: Mestre em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher (orientadora), Profa. Dra. Kátia Maria Santos Mota, Profa. Dra. Marilda do Couto Cavalcante.

Data da defesa: 24/07/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

C.
R-1570

BANCA EXAMINADORA:

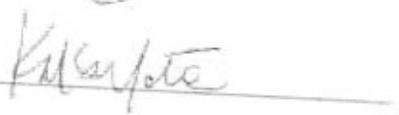
Terezinha de Jesus Machado Maher



Marilda do Couto Cavalcanti



Kátia Maria Santos Mota



Jackeline Rodrigues Mendes

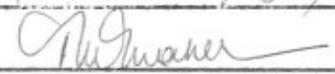
Denise Bértoli Braga

IEL/UNICAMP

2009

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

24.09.09



**Para a Papá, com todo o meu amor
e profunda admiração.**

AGRADECIMENTOS

À Professora Terezinha Maher, minha orientadora, pelo imensurável incentivo e inestimável suporte ao longo de todo o processo de desenvolvimento da pesquisa e escrita desta dissertação.

Às Professoras Marilda do Couto Cavalcanti e Kátia dos Santos Mota, por suas observações e contribuições importantes na fase de qualificação e pela participação na banca examinadora.

Às minhas grandes amigas, Elizabeth Lopes, Maria Riera e Maria Alves, pelo incentivo para que eu realizasse este Mestrado e pelo modelo de determinação e senso de *accomplishment*, delas tão característicos.

A todos os meus alunos e amigos que, direta ou indiretamente, me incentivaram e contribuíram para a realização deste Mestrado, em especial, Jandira Cordeiro, por acreditar e torcer, e Marcello di Felipe, pelo carinho, paciência e colaboração em tudo o que compõe este Mestrado.

À minha família e aos meus filhos, Clara, Lucas e Isabel, pelo estímulo constante e interesse no meu trabalho e no meu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico.

***“La vida no es la que uno vivió,
sino la que uno recuerda y
cómo la recuerda
para contarla.”***

Gabriel García Márquez

RESUMO

A pesquisa retratada nesta dissertação investigou as representações, aqui entendidas como construções discursivas, de sujeitos bilíngues em contexto de casamento interétnico, de forma a descrever e discutir os modos como essas representações afetam a disposição da família para a transmissão da Língua Materna do Cônjuge Imigrante (LMCI). A pesquisa, de natureza qualitativa-interpretativista, elegeu como focos privilegiados de investigação as representações dos participantes acerca do bilinguismo familiar, de suas próprias identidades linguístico-culturais e das de seus cônjuges. O suporte teórico do trabalho adveio, principalmente, de autores do campo da Linguística Aplicada em interface com as áreas da Linguística, Sociolinguística, Políticas Linguísticas e Estudos Culturais. O *corpus* analisado foi composto por registros gerados a partir de entrevistas semiestruturados nas quais se buscou delinear as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa. Foram entrevistados 07 progenitores bilíngues residentes no Brasil (03 brasileiros e 04 estrangeiros) que, à época da geração dos registros, eram ou haviam sido casados com falantes de outras línguas que não as suas próprias línguas maternas. A análise dos dados revelou que, dentre outros, fatores como *a*) as atitudes (dos próprios cônjuges, de seus filhos, de parentes, de amigos, etc.) em relação às línguas e culturas em jogo na família; *b*) o grau de prestígio das línguas envolvidas; *c*) o grau de experiência prévia dos pais com ambientes plurilíngues e multiculturais; *d*) o contexto sócio-histórico em que ocorreu a imigração e *e*) as relações de poder entre os cônjuges contribuíram para a transmissão, ou não, da LMCI aos filhos nas famílias em questão. É preciso ressaltar, no entanto, que nenhum dos fatores pode ser, isoladamente, considerado determinante das políticas linguísticas adotadas nessas famílias, uma vez que tais políticas só podem ser explicadas pela inter-relação entre diferentes fatores. A expectativa é que os resultados dessa pesquisa possam servir de subsídio para se pensar políticas familiares de incentivo à transmissão da língua de progenitores imigrantes, minoritária na família, a seus descendentes.

PALAVRAS-CHAVE: representações; casais interétnicos; bilinguismo familiar; identidade linguística; identidade cultural.

ABSTRACT

The study described in this dissertation has investigated the representations, here understood as discursive constructions, of bilingual parents of intercultural marriages to describe and understand the ways in which these couples' representations shape their disposition to transmit their Immigrant Spouse's Mother Tongue (ISMT) within the family setting. It is a qualitative study which conducts an interpretative analysis of the participants' representation of family bilingualism, their own cultural and linguistic identities and that of their spouse's. The theory which supports this study was generated mainly in the field of Applied Linguistics, in an interface with Linguistics, Sociolinguistics, Language Policies and Cultural Studies. The data was collected through semi-structured interviews aiming to delineate the participants' profile utilizing a life story approach. The participants in this study were 7 bilingual parents (4 immigrants and 3 Brazilian citizens) living in Brazil at the time of the interviews, who were or had been married to speakers of a mother tongue other than their own. The study aimed to identify among other factors a) the (spouses' themselves, their children's, relatives', friends', etc.) representations of the languages and cultures at play within the family; b) the status of the languages within the family; c) the spouses' multilingual and multicultural background; d) the social-historical context at the time of immigration and e) the relationships of power between the couple as influential in the (non)transmission of the Immigrant Spouse's Mother Tongue to their children within the family setting. It must be highlighted, however, that none of these factors alone can be regarded as conclusive to the language policy adopted within the family as such policies can only be explained when considered the interrelation among those factors. The study intends to offer subsidies on family language policies that promote the transmission of the immigrant parents' language, i.e., the minority language within the family, to their children.

KEY WORDS: representations; intercultural couples; family bilingualism; linguistic identity; cultural identity.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – OS CONTORNOS DA PESQUISA

1.1 Introdução	01
1.2 A Ideologia do Monolinguismo e do Monoculturalismo	03
1.2.1 O Brasil e suas Políticas Linguísticas e Culturais	06
1.2.2 A Diversidade Linguística e Cultural Brasileira	11
1.3. A Caracterização da Pesquisa	13
1.3.1 O Problema e a Justificativa da Pesquisa.....	13
1.3.2 O Objetivo e as Perguntas da Pesquisa	18
1.3.3 A Organização da Dissertação	22

CAPÍTULO 2 – O ARCABOUÇO TEÓRICO

2.1 A Identidade como Representação	23
2.1.1 A Identidade Cultural.....	24
2.1.2 A Identidade Linguística	28
2.2 O Bilinguismo Individual	31
2.2.1 As Competências que Definem o Conceito	32
2.2.2 O Bilinguismo e suas Vantagens.....	37
2.3 A Transmissão da Língua Minoritária na Família	38
2.3.1 As Contribuições de Mota	39
2.3.2 As Contribuições de Pauwels	42
2.3.3 As Contribuições de Piller	44
2.3.4 As Contribuições de Schüpbach.....	49
2.3.5 As Contribuições de Tuominen.....	51
2.3.5 As Contribuições de Yamamoto	52
2.3.6 Tabela-síntese das Contribuições	54

CAPÍTULO 3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	
3.1 O Paradigma Epistemológico Adotado	57
3.2 As Etapas da Pesquisa	60
3.3 O Contexto e os Participantes	61
3.4 Os Procedimentos de Geração de Registros	64
CAPÍTULO 4 – A ANÁLISE DOS REGISTROS	
A ANÁLISE DOS REGISTROS	67
4.1 A Perspectiva de Bertha	69
4.2 A Perspectiva de Gustavo	75
4.3 A Perspectiva de Rajat	81
4.5 As Perspectivas de Pilar e de Luís	88
4.6 As Perspectivas de Alejandra e de Jair	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	127

CAPÍTULO 1

OS CONTORNOS DA PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Início este trabalho de dissertação com um breve relato de uma particularidade de minha história de vida relacionada ao meu interesse pelo estudo da diversidade linguística e do multiculturalismo.

Tendo eu mesma residido nos Estados Unidos durante o período de realização do Doutorado de meu pai vivi a experiência de tornar-me um indivíduo bilíngue. No início da década de 70, quando ainda não se pensava a globalização e os seus efeitos como os pensamos hoje,¹ saímos de Fortaleza, Ceará, uma família nuclear composta de pai, mãe e quatro filhos, para nossa primeira experiência internacional. Eu, na época com nove anos de idade, levava como bagagem linguística do idioma inglês um exemplar do *Picture Dictionary*, da Oxford, cujas ilustrações das palavras *apple* e *boots* jamais me saíram da memória.

Apesar de a Universidade Federal do Ceará (a qual meu pai estava vinculado) ter, na época, um convênio com a *University of Arizona*, em Tucson, Arizona, e, conseqüentemente, de haver um total de 23 famílias residindo naquela cidade, durante o nosso período de permanência, meus pais optaram por morar em um bairro onde havia poucos brasileiros. Entendiam eles que nossa vivência internacional seria mais rica quanto mais imersos estivéssemos na cultura local.

¹ Segundo Hall, desde há muito a humanidade vem pensando a globalização. Entretanto, argumenta o autor, geralmente se concorda que, desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações (HALL, 2000, p. 68-69).

Encontrei-me na primeira semana de aula (aproximadamente vinte dias depois de nossa chegada) às voltas com uma professora ítalo-americana e colegas mexicano-americanos, que tentavam gentilmente me ajudar. Acredito ser desnecessário dizer que o efeito desta primeira experiência não poderia ter sido mais aterrorizador. No entanto, como é peculiar às crianças, logo eu estava ‘ambientada’ e mergulhando no idioma oficial daquele país.

No caso de nossa família criou-se, não de forma consciente e estruturada, uma política linguística familiar de bilinguismo com a seguinte configuração, falávamos português em casa com os nossos pais, que falavam muito pouco o inglês, e falávamos inglês ou português entre os irmãos, geralmente a depender do assunto e das pessoas que participavam das interações. Meus pais promoviam a manutenção de nosso idioma materno, porque sabiam que retornaríamos ao Brasil e aqui retomaríamos nossa vida escolar e social. Ao mesmo tempo, não restringiam de forma alguma nosso uso da língua inglesa em casa; ao contrário, a política linguística familiar adotada era francamente pró-bilinguismo.

É preciso ressaltar, além disso, que por estarmos vivendo em um estado norte-americano fronteiriço com o México, o ambiente em que vivíamos era composto por grande quantidade de imigrantes mexicanos e americanos de origem mexicana e sofria forte influência da cultura daquele país, elementos que, certamente, foram para nós ‘acolhedores’ e ‘reconfortantes’, por encontramos neles traços comuns com a cultura brasileira. Entretanto, esses fatores não nos distanciaram de nossa experimentação da cultura norte-americana. Hoje sei que, bem diferente disso, começara ali o meu contato com culturas e línguas diversas que certamente moldaram a minha visão de mundo, e,

consequentemente, a minha vida futura. Importa ressaltar que meus pais sempre atribuíram essa nossa experiência multicultural um valor muito positivo.²

Como se vê, essa era uma política linguística e cultural familiar muito interessante, pois ao mesmo tempo em que se incentivava o uso e o desenvolvimento da língua materna, fomentava-se a instauração do bilinguismo no âmbito da família e o contato com culturas diversas.

De volta ao Brasil, prossegui meus estudos e acabei graduando-me em Letras e, como professora de inglês, venho, ao longo dos anos, vivendo em ambientes multiculturais e plurilíngues, o que alimenta meu cada vez mais crescente interesse por questões dessa natureza.

Assim, atribuo à minha história de vida o desejo de desenvolver um projeto de pesquisa de mestrado que teve por objetivo entender melhor alguns dos condicionantes que levam os pais a promover, ou não, o bilinguismo e o multiculturalismo no interior de suas famílias.

1.2 A IDEOLOGIA DO MONOLINGUISMO E DO MONOCULTURALISMO

O fenômeno da globalização vem despertando em estudiosos de diferentes áreas do conhecimento o interesse em e a necessidade de investigar as formas como sua amplitude atinge as mais diversas e diversificadas sociedades no âmbito econômico, político, cultural e linguístico.

Embora, conforme argumenta Hall (2003), as sociedades multiculturais não sejam algo novo – movimentos migratórios já ocorriam bem antes da expansão europeia, a

² Utilizo o termo *multicultural*, neste trabalho, com o sentido proposto por Mota (2004, p.57) que, apoiada em Kramsch (1998), afirma que ele se refere à *coexistência de grupos de identidades múltiplas em uma sociedade multicultural ou aos múltiplos papéis sociais que o indivíduo assume em várias comunidades discursivas*.

partir do Séc. XV – a globalização³ contribuiu para evidenciar implicações importantes da mobilidade populacional na modernidade tardia ou pós-modernidade, entre elas a diversidade linguística e cultural, tema de interesse para a investigação aqui apresentada.

Na modernidade, entretanto, o que imperou foi a ideologia da uniformidade linguística e da homogeneização cultural:

O mito do monolinguismo consolida-se, historicamente, a partir da Revolução Francesa, que é quando surge o conceito de Estado-Nação. Instala-se, nesse período, o lema “unidade é igual a uniformidade”. Para se ter um Estado, uma unidade política, seria preciso garantir uniformidade linguística e cultural no interior de seu território. E, assim, a aversão à diversidade linguística vai se consolidando na história. Firma-se, pouco a pouco, a noção de que o plurilinguismo seria algo nefasto, ruim, uma condição a ser combatida: o projeto de modernidade insiste na necessidade de tornar o Estado homogêneo – uma língua, uma cultura, uma religião – para garantir a continuidade da ideia de nação constituída (Maher, 2006, p.31).

E é sobre alguns dos mitos que ancoram a ideologia do monolinguismo e do monoculturalismo, concebidos como *expressões de civilização avançada e requisitos indispensáveis para a construção dos Estados nacionais* (HAMEL, 1995, p.3), bem como sobre as políticas que buscam sustentá-la, que me detenho a seguir.

Começo apontando que, segundo vários autores (GROSJEAN, 1982; ROMAINE, 1989; HAMEL, op. cit.; SPOLSKY, 1998, dentre outros), o bi/multilinguismo não pode ser considerado um estado de exceção no mundo, pois

comunidades de fala monolíngues são raras; países monolíngues são mais raros ainda (...). A maior parte dos países tem mais de uma língua que é falada por uma parte significativa da população e a maioria das línguas contam com um número significativo de falantes em mais de um país (SPOLSKY, op. cit., p.51).

³ Segundo esse autor, um complexo de processos e forças de mudança é convenientemente sintetizado no termo “globalização”.

Na mesma direção argumentativa, Valdés (1995, p.26) afirma que:

Todas as nações do mundo têm grupos de indivíduos no interior de suas fronteiras que não falam a língua principal da sociedade ou que a falam com limitações, e que para funcionar em sua vida cotidiana usam outras línguas além da, ou no lugar da língua nacional.

Segundo levantamento encontrado em Nincao (2008, p.50), o número de línguas vivas existentes no mundo gira em torno de 7.000, ao passo que, a Organização das Nações Unidas contabiliza apenas 193 países estabelecidos. Assim sendo, quando se compara o número de línguas e de países expressos acima é preciso colocar imediatamente sob suspeição o fato, frequentemente representado no senso comum, de que a grande maioria dos países reconhecidos oficialmente seja monolíngue. Ou como afirma a autora, corroborando o que inúmeros outros especialistas argumentam, *a conclusão inevitável decorrente dessas cifras é que o mundo em que vivemos se define, entre outras características, por sua natureza plurilíngue.*

A existência de comunidades multilíngues no planeta pode, de acordo com Spolsky (1998), ser historicamente resultante de diferentes fatores. Um deles é a migração - voluntária ou involuntária - de grupos de falantes de uma dada língua para um território com uma língua distinta de suas próprias. Relatos de migração forçada podem ser encontrados, tanto em relatos bíblicos (o exílio babilônico, por exemplo), quanto em análises sociológicas mais contemporâneas: a guerra na ex-Yugoslávia, para ficar apenas em um caso, promoveu uma movimentação forçada de falantes de servo e croata para outros territórios linguísticos europeus. Após a segunda guerra mundial, um conjunto expressivo de falantes de turco, grego, espanhol, italiano, etc., impulsionados pelas dificuldades econômicas de seus países de origem, acataram o incentivo oferecido por vários países do norte da Europa para se tornarem *guest workers*, incrementando ainda

mais o multilinguismo já existente nesses países. Os Estados Unidos, sem dúvida alguma, um dos alvos preferidos de imigração voluntária, recebeu, nos séculos XIX e início do século XX um contingente significativo de *comunidades de fala de alemão, norueguês, grego, italiano, hebraico, polonês, ucraniano, japonês, de várias das línguas chinesas e de espanhol* (SPOLSKY, op. cit., p.53). Isso sem contar a comunidade de fala de língua portuguesa nesse país.⁴

O multilinguismo mundial também pode ser explicado, do ponto de vista histórico, pela *conquista e a subsequente incorporação de falantes de diferentes línguas em uma única unidade política* (SPOLSKY, op. cit., p.53). A incorporação da Alsácia pela França, de populações ameríndias pela Espanha e por Portugal, de Porto Rico pelos Estados Unidos, da Lituânia, da Eslovênia e da Estônia pela Rússia - para ficar apenas em alguns poucos exemplos - são circunstâncias históricas que ajudam a explicar o perfil essencialmente plurilíngue que caracteriza o mundo. Perfil esse que, importa mais uma vez ressaltar, é quase sempre ignorado, pois o bi/multilinguismo é, no mais das vezes, *visto como incidental e tem sido tratado com um caso especial ou um desvio da norma* (ROMAINE, 1989, p.8).

1.2.1 O Brasil e suas Políticas Linguísticas e Culturais

Para explicar a eleição do monolinguismo como padrão de normalidade é relevante dar destaque para o fato de que as políticas linguísticas sempre foram pensadas como forma de garantir a hegemonia de certas línguas (e, conseqüentemente, de certos grupos sociais e étnicos). Alguns pesquisadores têm-se dedicado a investigar

⁴ Segundo Mota (1999), imigrantes portugueses foram para os Estados Unidos em duas grandes ondas: a primeira, entre 1871 e 1926; e a segunda, a partir de 1966; na década de 80, foi a vez de imigrantes brasileiros começarem a aportar nesse país norte-americano, recrudescendo ainda mais seu caráter multilíngüe (MOTA, 2007).

os efeitos de políticas linguísticas de várias nações, evidenciando os interesses ideológicos, políticos, econômicos e sociais nelas contidos e denunciando sua natureza excludente e, conseqüentemente, mantenedora de desigualdade linguística e cultural. Diz Le Breton (2005) que as línguas de grande difusão assumem um papel político de destaque e imprimem seus traços característicos a uma civilização, evidenciando o poder dos Estados que as utilizam.

O Brasil não escapou dessa ideologia. Também as políticas linguísticas brasileiras visaram criar um Estado homogêneo. Destaco duas medidas importantes que denunciam, em momentos cronologicamente distantes, o esforço de se manter o Brasil um país monolíngue através da supressão das múltiplas línguas faladas no território nacional. Primeiramente, das línguas indígenas e depois das línguas de imigrantes. A fim de situar esses dois momentos historicamente, recorro a Beremblum (2003) e Oliveira (2000, 2003) para apresentar, de forma sucinta, um panorama do processo histórico e político de construção da língua nacional brasileira, do descobrimento até os dias atuais.

Segundo Beremblum (op. cit.), quando aportaram por aqui, os portugueses encontraram uma diversidade de línguas faladas no território, cenário esse que impossibilitou a rápida introdução e imposição da língua portuguesa. No entanto, sendo a comunicação com os povos indígenas imprescindível para garantir os objetivos e interesses da colonização, os missionários jesuítas foram levados a estudar as línguas indígenas. Surgiu, nesse processo uma língua de contato, a *língua geral*, utilizada para a comunicação entre os vários grupos indígenas, os missionários e as famílias portuguesas aqui estabelecidas. O padre José de Anchieta, preocupado em estabelecer uma escrita para a língua indígena, que favorecesse sua disseminação e aprendizagem, sistematizou essa língua e elaborou a primeira gramática brasileira, publicada em 1595. Dava-se, assim, a modificação do tupi como consequência das imagens e interpretações que os

jesuítas construíram daquela língua, enquadrando-a nos modelos da gramática ocidental (BEREMBLUM, 2003, p.63).

Ainda segundo a autora (op. cit.), durante a época colonial, a implantação pela Coroa portuguesa de uma política obscurantista nas terras colonizadas e a forma de seleção e distribuição dos escravos dificultavam o assentamento de comunidades étnicas, culturais e linguísticas. Como consequência, as línguas africanas alcançaram penetração significativamente menor do que a das línguas indígenas.

Até o século XIX, esclarece Beremblum (op. cit., p.64), as bibliotecas dos jesuítas, compostas apenas de livros para a prática da catequese, constituíam a única exceção à proibição oficial de implementação de imprensas e difusão de livros publicados no exterior.

Diz-nos essa autora, ainda, que a partir do interesse da Coroa portuguesa, despertado pelo crescente prestígio e poder dos jesuítas e pela notícia da descoberta de minas de ouro no Brasil, nas primeiras décadas do século XVIII, uma época marcada pela consolidação das línguas nacionais na Europa Ocidental, a difusão do tupi começou a ser vista como uma ameaça para a propagação e afirmação do português. Diante desse cenário, a Coroa determinou, através da Carta Régia de 1727, que os jesuítas do Maranhão ensinassem o português aos índios. Mais tarde, em 1757, na tentativa de tornar o país monolíngue, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da Colônia e decretou a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em todo o território. Ficou, então, oficializado o português como a língua do Brasil.

Ainda segundo Beremblum (op. cit.), apoiada em Dias (1996), com a expulsão dos jesuítas, o quadro linguístico no Brasil foi alterado. Foram igualmente silenciadas as diversas línguas africanas disseminadas em território brasileiro, que juntamente com o tupi e as formas de *bom* e *mau* português, além da separação entre língua escrita e falada, caracterizavam o bilinguismo de grande parcela da população.

O desembarque da família real no Brasil em 1808 foi o marco de uma mudança econômica, social e cultural de grandes proporções. No entanto, é a partir da independência que surge a necessidade de unificar a sociedade heterogênea legada pela Colônia. A construção de uma identidade brasileira era fundamental e nesse processo fazia-se necessário a constituição de uma língua nacional única. Apoiando-se em Gallo (1996), Beremblum (2003, p.71) afirma que a escola desempenhou um papel de imensa importância, contribuindo para que a língua brasileira⁵ fosse se transformando em *língua materna*, estabelecendo um modelo de língua a ser seguido.

Diz-nos, ainda, a autora (op. cit.) que os anos que seguiram à proclamação da República foram decisivos para a configuração do Estado brasileiro, período no qual as particularidades da cultura e da língua do brasileiro ficaram a cargo dos gramáticos. Na entrada do século XX, no entanto, surgiu a figura do linguista como detentor de um saber autorizado, científico, sobre ela. Nas décadas seguintes, com o movimento modernista, surgido das transformações pelas quais atravessava a sociedade naquele momento, a identidade brasileira, assim como a língua brasileira, é amplamente discutida por intelectuais e artistas. Uma época caracterizada pelas disputas em torno da gramática, da ortografia e acerca da denominação da língua nacional no Brasil, como consequência do pensamento que havia brotado, trazia a mescla de raças como elemento distintivo do caráter nacional brasileiro.

As décadas de 30 e 40 são dominadas pelo espírito nacionalista – de “redescoberta” do Brasil, do seu povo e de seus costumes. Um Estado forte e centralizado se consolida politicamente com a implementação do Estado Novo (1930-1945).

Chegamos, então, ao momento da segunda forte investida na consolidação da língua portuguesa como “língua nacional” do país. Segundo denuncia Oliveira (2003,

⁵ Beremblum (op. cit., p. 71-77) referencia autores para uma leitura mais aprofundada.

p.10), o regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas (1937-1945) marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones através do processo que ficou conhecido como "nacionalização do ensino", que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estado em que a repressão linguística contra línguas de imigrantes atingiu sua maior dimensão.⁶

Traz o autor, em seu texto de 2000, que durante o Estado Novo, notadamente entre 1941 e 1945, o governo, instituindo o conceito jurídico de "crime idiomático", ocupou e desapropriou as escolas comunitárias, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas.

Mesmo em tempos globalizados, os *representantes do purismo linguístico deslocam o eixo do debate da defesa da língua portuguesa para o perigo da perda de identidade diante do avanço e penetração cultural do inglês* (BEREMBLUM, 2003, p. 75). Em 1999, por exemplo, o deputado Aldo Rebelo apresentou um projeto de lei que buscava promover, defender e proteger a língua nacional. Entre outras medidas, propunha a restrição do uso de palavras estrangeiras. O projeto, que chegou a ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e suscitou inúmeros debates entre especialistas, tendo sido, como esclarece a autora, engavetado.

Conforme se pode notar, ao longo da história do Brasil os esforços para se manter o ideal de homogeneização linguística nacional têm fundamentação política e refletem o jogo de poder entre as instâncias dominadoras e dominadas – políticas linguísticas, afinal, *são um mecanismo de manutenção de poder do Estado* (TOLLEFSON, 1991, p.10).

⁶ De acordo com dados do censo do IBGE de 1940, de uma população nacional total estimada em 50 milhões de habitantes, 644.458 cidadãos brasileiros, em sua maioria absoluta nascidos aqui, falavam a língua alemã cotidianamente no lar e 458.054 falavam italiano (MORTARA, 1950, apud OLIVEIRA, 2000, s/p).

É evidente que, sendo a língua um traço da cultura, as políticas que visam à eliminação da pluralidade linguística são apenas parte de uma política maior de instalação do monoculturalismo no interior dos Estados nacionais. O ideal proposto na modernidade de que cada país fosse constituído e orientado por uma única cultura homogênea, no entanto, não se sustenta atualmente (HALL, 2006), já que a diversidade cultural salta ainda mais aos olhos em tempos pós-modernos. Segundo Maher (2007a, p.258),

(...) se antes as culturas estavam mais ilhadas e, por isso mesmo, mais protegidas, o fato é que a crescente urbanização, a intensificação dos movimentos migratórios, a globalização, a ampliação e a expansão vertiginosa dos meios de comunicação vêm, cada vez mais, expondo as culturas umas as outras. E é essa exposição que exige, sem mais adiamentos, que nos preparemos para o sempre difícil encontro com o outro, com o diferente. Claro está que muito mais fácil seria viver em um mundo afinado por um mesmo diapasão cultural, como desejavam os teóricos da modernidade. Mas o mundo não é assim: ele é extremamente diverso, dissonante.

1.2.2 A Diversidade Linguística e Cultural Brasileira

A percepção de que o caráter plurilíngue e multicultural não condiz com *a imagem que o país faz de e para si mesmo* (OLIVEIRA, 2003, p.7), fez com que muitos estudiosos, como fez Cavalcanti já em 1999, nos conchassem a prestar atenção à diversidade linguístico-cultural que compõe a nação brasileira:

No Brasil, não se pode ignorar os contextos bilíngues de minorias, uma vez que no mapa do país pode-se localizar em uma pincelada não exaustiva: i. comunidades indígenas em quase todo o território, principalmente, na região norte

e centro-oeste; ii. comunidades imigrantes (alemãs, italianas, japonesas, polonesas, ucranianas, etc.) na região Sudeste e Sul, que mantêm ou não sua língua de origem; iii. comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes e de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira, em sua grande maioria, com países hispano-falantes. Além dessa classificação geográfica, quando se focalizam os contextos bilíngues não se pode esquecer das comunidades de surdos que, geralmente, são criadas em escolas/instituições e que estão espalhadas pelo país (CAVALCANTI, 1999, p.388).⁷

A consciência da diversidade linguístico-cultural mundial e brasileira tem ditado a pauta de várias das pesquisas realizadas contemporaneamente. Algumas das atuais investigações no campo da Linguística Aplicada, campo esse no qual o estudo aqui focalizado se insere, não ignoram essa pauta no que se refere aos direitos linguísticos e culturais das minorias brasileiras: alguns pesquisadores têm contribuído para, nas palavras de Cavalcanti (1999 e 2006), dar visibilidade e fazer ouvir parcelas da população frequentemente silenciadas, bem como para produzir conhecimento sobre as implicações das representações e identidades linguísticas e étnicas de grupos minoritários no estabelecimento e na condução de políticas linguísticas capazes de fortalecer esses grupos, conforme propõe Maher (2008). Uma revisão da bibliografia especializada revela a existência de estudos conduzidos por lingüistas aplicados sobre essas questões em contexto indígena (MAHER, 2006; CÉSAR, 2006; NINCAO, 2008), em contexto de surdez (CAVALCANTI E SILVA, 2007; SILVA, 2008), de fronteira (SANTOS e CAVALCANTI, 2008; SANTOS, 2004, 2003) ou de imigração (JUNG e GARCEZ, 2007; FRITZEN, 2008). Na base desses estudos está uma premissa importante: a pluralidade linguístico-cultural brasileira não é um problema, e, sim, uma das riquezas do país.

⁷ É importante ressaltar que, segundo a autora, todos os contextos bilíngues que enumera são de alguma forma também "bidialetais", pois contemplam alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade de português convencionalizada como padrão (CAVALCANTI, op.cit, p. 388)

1.3 A CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

1.3.1 O Problema e a Justificativa da Pesquisa

As pesquisas que contribuem para que as minorias brasileiras ganhem visibilidade e tenham condições de exercer seus direitos à diferença linguística e cultural são certamente muito necessárias. Ocorre que o exercício desses direitos implica necessariamente a educação das demais parcelas da sociedade brasileira para a diferença, como argumenta Maher (2007a, p.257-258):

Sem que o entorno aprenda a respeitar e a conviver com diferentes manifestações linguísticas e culturais, mesmo que fortalecidos politicamente e amparados legalmente, estou convencida de que os grupos que estão à margem do 'mainstream' não conseguirão exercer, de forma plena, sua cidadania.

E aqui me vejo compelida a retomar os aspectos de minha própria de vida que explicitarei na introdução a este capítulo. O fato de ter sido exposta a uma outra língua e a outras culturas tornou-me, sem sombra de dúvida, mais capaz de apreciar a diversidade, educou-me para o relativismo linguístico-cultural. Assim, é preciso enfatizar a relevância da produção de conhecimento que contribua para a promoção do bi/multilinguismo e para o respeito ao multiculturalismo entre as elites sociais brasileiras. Afinal, é fundamental não esquecer que as políticas públicas de erradicação da diversidade linguístico-cultural no país foram forjadas pelos setores da população brasileira que advém das classes sociais mais privilegiadas. As experiências dessas classes com outras línguas e culturas podem contribuir – embora não seja garantia, evidentemente, uma vez que é impossível ignorar questões de poder que sempre estarão em jogo – para que a ideologia do monolingüismo e do monoculturalismo perca força em nosso país. Segundo Cruz (2006, p.34-35), a exposição do indivíduo a outra língua e cultura

*(...) implica mudança mediante transformação: primeiro, mudança de atitude para aceitar a língua e a cultura alvo do jeito que elas são e não do jeito que nós gostaríamos que elas fossem, ou seja, iguais às nossas; segundo, essa aceitação implica uma nova abertura para novas formas de dizer e perceber o mundo, formas essas que se expressam linguisticamente, através das peculiaridades gramaticais e lexicais, e culturalmente através dos modos de comportamento, hábitos, costumes, ritos, adequações sociais etc. Por sua vez, essa percepção pode ajudar-nos a nos transformar em seres menos preconceituosos ao fazer com que passemos a perceber e aceitar as diferenças linguísticas, culturais e comportamentais como modos de ser e de conceber o mundo nem melhores nem piores que os nossos.*⁸

No que se refere aos estudos que ajudam a promover o bilinguismo em setores majoritários da sociedade brasileira, é digno de nota o número significativo de investigações na área de aquisição e aprendizagem de línguas estrangeiras principalmente por parte de jovens e adultos. Se as pesquisas que focalizam o ensino de línguas estrangeiras para adolescentes são, no entanto, em número bem menor, é preciso atentar para o fato de que, segundo Rocha (2008), os estudos que se voltam para a área de LEC (Língua Estrangeira para Criança) são ainda mais escassos. Segundo a autora (2007), apesar de não haver consenso na literatura especializada de que as crianças aprendem línguas mais facilmente que os adultos, vários estudiosos enfatizam os benefícios de uma aprendizagem desde a infância, e que, desde que algumas condições sejam observadas, esse tipo de ensino contribui, não apenas para o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança, mas também para que o relativismo linguístico-cultural comece a ser construído já em tenra idade.

⁸ Claro que essa postura de respeito ao plurilinguismo e ao relativismo cultural depende da natureza da exposição a outras línguas e culturas, principalmente quando essa ocorre em ambiente escolar, pois há sempre o risco de, nesses ambientes, o aluno se deparar com o que Mota (2004b, p.39) denomina *pedagogia da assimilação*, pedagogia essa cujos objetivos são exatamente o oposto: enfraquecer as identidades linguísticas e culturais dos alunos e supervalorizar a língua e a cultura estrangeira.

A promoção do bilinguismo infantil em escolas bilíngues no país vem sendo investigada por alguns pesquisadores como, por exemplo, Mello (1999) e Moura (2009). Acerca da presença das chamadas *escolas bilíngues* no Brasil, cuja existência começou em meados do século XX, tendo a maioria delas surgido há menos de uma década, Moura (op. cit.) afirma:

*Inicialmente, essas escolas tinham o objetivo de atender filhos de imigrantes ou de estrangeiros que morariam no país por um certo período, que tinham intenção de manter sua língua e cultura e em alguns casos, adquirir a língua portuguesa. Parte dessas escolas passou também a acolher crianças de famílias brasileiras, inclusive de famílias monolíngues que procuravam a escola [bilíngue] com objetivos diversos, como dar aos filhos a oportunidade de **um contato precoce** com a segunda língua. (MOURA, 2009, p.15) (grifo nosso).⁹*

Se, como é possível observar, a aquisição do bilinguismo precoce em instituições escolares já vem sendo, ainda que de maneira incipiente, objeto de investigação em nosso país, nenhuma pesquisa com foco nas políticas linguísticas familiares de promoção do bi/plurilinguismo em contexto brasileiro, no entanto, foi encontrada.¹⁰ Importa destacar, ainda, que, mesmo quando se considera o conjunto de pesquisas sobre bilinguismo produzidas por pesquisadores estrangeiros, o foco das investigações recai, quase sempre, nos processos de aquisição do bilinguismo por parte das crianças – o papel e a perspectiva dos pais nesse processo é muito mais raramente investigado (PILLER, 2001, p.65). E essa, parece-me, é uma lacuna a ser preenchida, fato que, espero, contribui para justificar o estudo exploratório retratado nesta dissertação.

⁹ É preciso enfatizar que, segundo Cavalcanti (1999), as altas mensalidades das escolas bilíngues brasileiras as tornam proibitivas para a imensa maioria da população brasileira. É preciso, portanto, como argumentam Scheyerl e Siqueira (2006), haver mais investimentos na democratização do acesso a línguas estrangeiras no Brasil.

¹⁰ Importa esclarecer que, neste trabalho, não estou fazendo distinção entre *política linguística* e *planejamento linguístico*, na esteira do que preconiza Maher (2008).

É relevante para este trabalho o fato de que se tem evidenciado um número cada vez maior de imigrantes estrangeiros nas últimas décadas como parte de um intenso movimento migratório observado em todo o mundo. E o Brasil não é exceção, já que o país, segundo Baeninger (2003, p.2), vem, aos poucos, se consolidando como rota dos deslocamentos populacionais internacionais, *tanto com fluxos de saídas de brasileiros para o exterior quanto com a recente entrada de estrangeiros no País*. Segundo Patarra (2005, p.28):

*Os países de nascimento [do] contingente [de imigrantes] que passou a residir no Brasil [nas últimas] décadas estiveram concentrados no Mercosul Ampliado, respondendo por cerca de 40% dos imigrantes internacionais, seguidos dos imigrantes da Europa (mais de 20%), Ásia (12,5%) e América do Norte (9,1%). Essas evidências indicam, por um lado, que o país aumentou sua inserção nas migrações do Mercosul; por outro, houve uma relativa retomada das migrações de ultramar, com fluxos de Europa e Ásia.*¹¹

Ainda de acordo com essa autora, o Brasil se vê, hoje, diante de um *mercado dual de imigrantes*: por um lado, temos um número cada vez maior de imigrantes pobres, ilegais, oriundos principalmente de países sul-americanos, que deixam seus países, fugindo da desigualdade social e econômica; por outro, e em menor número, verifica-se o deslocamento de imigrantes documentados, *mão-de-obra qualificada, empresários e pessoal de ciência e tecnologia - de origem européia e americana* (PATARRA, op. cit., p.28)

De uma forma ou de outra, o fato é que hoje os contornos da imigração brasileira são bem diferentes daqueles do final do século XIX e início do século XX, quando 4

¹¹ De acordo com Sala e Carvalho (2008, p.287), em 2000, foram recenseados, 683.830 imigrantes internacionais, representando 0,40% da população total do Brasil e o número de imigrantes oriundos dos países do Cone Sul (argentinos, bolivianos, paraguaios, uruguaios e chilenos) *aumentou de 102.757 para 118.612, entre 1991 e 2000, passando de 13,4% para 17,3% do total dos imigrantes internacionais.*

milhões de imigrantes pobres vieram para o país trabalhar nas lavouras no estado de São Paulo e do sul do país.¹² Há uma parcela de imigrantes, enfim, que se insere nas classes mais privilegiadas do país.

O que importa destacar é a tendência ao aumento de uniões interétnicas em decorrência dessas novas ondas migratórias internacionais (PILLER, 2000; MILLAN; HAMM, 2004). O problema que se coloca, então, é: esses casais interétnicos criarão seus filhos brasileiros em ambientes plurilíngues e multiculturais ou adotarão políticas de assimilação linguístico-cultural?

Ingrid Piller, uma pesquisadora australiana que desenvolve pesquisas em análise do discurso, multilinguismo, aprendizado de segunda língua e língua e gênero, com foco nas práticas linguísticas de casais bilíngues ressalta, em seu texto de 2001, que não é apenas o Estado que desenvolve e implementa políticas linguísticas: também os indivíduos o fazem.¹³ Apoiada em Grosjean (1982), ela argumenta que o bilinguismo infantil não é um acontecimento natural ou acidental - ele é, antes, fruto de um planejamento familiar. Referindo-se a casais bilíngues, a autora afirma que *pais bilíngues podem escolher entre educar seus filhos em apenas uma de suas línguas, normalmente a língua majoritária do país onde vivem, ou educá-los como bilíngues* (PILLER, 2001, p.62). No entanto, sublinha a autora, o planejamento por parte dos pais, é raramente o foco principal de investigações sociolinguísticas, aparecendo quase sempre como assunto correlato, ou seja, como *pano de fundo no cenário em que o bilinguismo se desenvolve* (PILLER, op. cit., p.63).

¹² Ver http://www.portalbrasil.net/brasil_populacao.htm (acessado em 05/10/2008).

¹³ Pauwels (2005) ressalta que, embora eventuais apoios de políticas educacionais e governamentais de apoio à diversidade linguística e étnica possam ser valiosos, o *impacto de tais políticas será de pouco valor se a família não fomentar em seu interior a aquisição da língua materna e fornecer um ambiente propício a prática continuada da língua em questão* (PAUWELS, op. cit., p. 125).

1.3.2 Os Objetivos e as Perguntas de Pesquisa

O objetivo do estudo relatado nesta dissertação foi analisar indícios de políticas familiares de promoção e preservação, ou não, da diversidade linguística em discursos de progenitores bilíngues. Para tanto, entrevistei 07 progenitores que têm em comum o fato de seus filhos serem frutos de casamentos interétnicos em que um dos cônjuges é imigrante. À época da geração de registros, todos os sujeitos de pesquisa, 05 deles casados e 02 separados, residiam no Brasil. As inquietações que me levaram a conduzir a pesquisa em pauta podem ser formuladas mais especificamente como: os fatores que levam um casal exogâmico, a, consciente ou inconscientemente, encorajar a aquisição por parte de seus filhos, não apenas da língua dominante no país em que vivem, mas também da língua materna do cônjuge imigrante. E, em sentido inverso, os fatores que desencorajariam tal comportamento.

De modo a poder realizar essa investigação, considere, no estudo aqui relatado, a noção de **identidade linguística**. Segundo Rampton (1995, p.340), a identidade linguística do sujeito bilíngue é constituída pelas representações culturais que ele estabelece com as línguas que compõem o seu repertório verbal. Quando a representação construída acerca dessas línguas é positiva, a tendência é que haja investimentos na manutenção do seu próprio bilinguismo e na promoção do bilinguismo familiar (TOUMINEN, 1999, PILLER, 2001; PAUWELLS, 2005; SCHÜPBACH, 2009). O oposto também é verdadeiro, já que o nosso comportamento é afetado por nossas atitudes linguísticas. Como insiste Calvet (2002, p.65):

Uma das reservas que se pode manifestar contra as definições da língua que a reduzem a um “instrumento de comunicação” é que elas podem levar a crer em uma relação neutra entre o falante e sua língua. Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se deixa para lá

em seguida. Ora, **as relações que temos com nossas línguas e com as dos outros não são bem desse tipo**: não tiramos o instrumento-língua de seu estojo quando temos necessidade de nos comunicar, para devolvê-lo depois, como pegamos um martelo quando precisamos pregar um prego. Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam que torna superficial a análise da língua como simples instrumento. Pode-se amar ou não um martelo, sem que isso mude em nada o modo de pregar um prego, enquanto **as atitudes linguísticas exercem influências sobre o comportamento linguístico** (grifo nosso).

Por outro lado, é preciso também considerar que atitudes linguísticas têm uma relação estreita com atitudes culturais. Quanto mais positiva for a relação do falante com a cultura¹⁴ do país onde uma dada língua é falada, mais favorável será a aquisição e o uso dessa língua: atitudes culturais negativas tendem a provocar rejeições linguísticas (CALVET, 2002). Assim, para se entender os fatores que levam, ou não, os pais a promover o bilinguismo familiar, é preciso também considerar o modo como as **identidades culturais** são percebidas nesse processo.¹⁵ É importante que se faça a ressalva, entretanto, que, segundo Schüpbach (2006, p.91), não há uma relação de causa e efeito inequívoca entre as representações dos pais acerca das línguas e culturas envolvidas e os comportamentos colocados efetivamente em prática com seus filhos. Elas se constituem em indícios importantes, no entanto, do que tais práticas podem estar sendo ou ter sido.

A manutenção e a transmissão de línguas minoritárias no âmbito familiar em contexto de imigração é um empreendimento que envolve sempre muito esforço (GROSJEAN, 1982; PAUWELLS, 2005; JACKSON, 2009), já que os pais precisam ficar muito atentos por um período de tempo muito grande para que o bilinguismo de seus

¹⁴ Embora adote para este trabalho a palavra cultura no singular, entendo que são, como nos ensina Maher (2007a, p.263), *sincréticas e híbridas e absolutamente permeáveis umas às outras*.

¹⁵ Com relação à questão da identidade cultural, a ser discutida de forma mais aprofundada no capítulo 2 desta dissertação, adianto que, da minha perspectiva, essas não são fixas no tempo e no espaço, mas sim (re)construídas nas relações sócio-históricas, como nos ensinam Cucho (2002) e Hall (2006).

filhos se desenvolva (YAMAMOTO, 2002). Apesar disso, a literatura traz vários casos bem sucedidos de famílias em que ambos os pais são imigrantes falantes de uma mesma língua e conseguem transmitir a língua do país de origem a seus filhos. É mais difícil a aquisição da língua majoritária, i.e., da língua nacional do país hospedeiro impedir a aquisição da língua materna do casal porque, em primeiro lugar, essa última é geralmente a língua de interação entre os cônjuges e, por esse motivo, pode mais facilmente ser utilizada como a língua de interação entre pais e filhos. Em segundo, é preciso considerar que os cônjuges, nesse tipo de composição familiar, tendem a compartilhar atitudes positivas em relação à língua e à cultura de origem.

Em lares formados por casais interétnicos, no entanto, a questão da transmissão da língua materna do cônjuge imigrante se torna ainda mais complexa,¹⁶ já que a atitude do casal em relação às línguas e culturas envolvidas pode não ser compartilhada: as identidades linguísticas e culturais em jogo, como já afirmamos, exercem um papel importante na promoção, ou não, do bilinguismo familiar. Sem que haja uma intervenção mais consciente, sem uma política familiar planejada, o fato de um dos cônjuges ser falante nativo da língua dominante, i.e., da língua nacional do país hospedeiro, pode levar ao uso exclusivo ou predominante dessa língua no ambiente familiar e ao desencorajamento do bilinguismo nesse contexto. Portanto, para o estabelecimento de tal política é preciso entender a dinâmica que envolve as representações acerca das atitudes do casal em relação à língua majoritária e à língua minoritária da família e das atitudes com relação à cultura dominante e à cultura estrangeira em questão.¹⁷

¹⁶ Há vários estudos que confirmam que casais endogâmicos têm maiores probabilidades de transmitir a língua minoritária aos filhos do que casais exogâmicos (ver, por exemplo PAUWELS, 2005 ou SCHÜPBACH, 2009). Isso não significa dizer, no entanto, que a transmissão da língua materna dos progenitores, em famílias endogâmicas, seja um empreendimento seguro ou isento de conflitos entre pais e filhos, como explica Mota (2004).

¹⁷ Considerando que as construções identitárias do casal são afetadas pelas relações de poder entre eles (Jackson, 2009), essas também foram consideradas na análise dos registros gerados para o estudo aqui relatado.

Diante do exposto, defini como perguntas de pesquisa:

- 1. As políticas linguísticas adotadas pelas famílias dos sujeitos de pesquisa, considerando as representações dos progenitores entrevistados, se configuram como políticas favoráveis à transmissão das línguas minoritárias nas famílias ou não?**

- 2. Que fatores, ainda segundo essas representações, podem explicar a implementação de tais políticas?**

Com relação a essa segunda pergunta, interessa particularmente observar:

- a) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca do bi/multilinguismo contribuem para determinar as políticas familiares observadas?**

- b) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca das línguas de seu próprio repertório verbal (suas identidades linguísticas) e das línguas do repertório verbal de seus (ex)cônjuges se configuram como fatores intervenientes significativos na determinação das políticas familiares adotadas?**

- c) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca de suas próprias identidades culturais e das identidades culturais de seus (ex)cônjuges se constituem em fatores significativos no estabelecimento dessas mesmas políticas?**

Minha expectativa é que os resultados da pesquisa em pauta possam servir de subsídio para se pensar políticas familiares de incentivo à aquisição da língua materna do cônjuge imigrante e a subsequente promoção do bi/multilinguismo e multiculturalismo familiar no Brasil.

1.3.3 Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No capítulo I, caracterizei a pesquisa aqui retratada. Discorri, inicialmente, sobre o plurilinguismo e multiculturalismo mundial, as políticas linguísticas brasileiras e a diversidade linguístico-cultural do país, de modo a poder, em seguida, explicitar o problema que originou o estudo, bem como sua justificativa, seus objetivos e as perguntas que o nortearam.

No capítulo II, explicito o embasamento teórico que dá sustentação a este trabalho. Na primeira parte do capítulo, focalizei a questão da *identidade como representação*, apoiando-me em autores como Hall (1996 e 1997), Woodward (2000), Silva (2000) e Bauman (2005). Em seguida, discuti o conceito de *bilinguismo* individual, tal como discutido em Grosjean (1982), Romaine (1989), Mello (1990) e Maher (2007b). A última seção do capítulo é devotada a uma discussão sobre a questão das políticas linguísticas familiares e a transmissão de línguas maternas de progenitores imigrantes tal como ela nos foi apresentada em Mota (2004a), Pauwells (2005), Piller (2000 e 2001), Yamamoto (2002), Schüpbach (2006 e 2009) e Tuominen (1999).

Tanto a orientação epistemológica, quanto os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa aqui relatada são descritos no capítulo III. No capítulo IV, procedi à análise dos registros gerados para a pesquisa em pauta, registros esses provenientes de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos que dela participaram. Após a análise dos registros, teço minhas considerações finais. Nessas considerações focalizo as conclusões possíveis advindas do entrecruzamento do que foi observado na análise feita dos dados sobre cada uma das famílias em questão. Ao final do trabalho, listo as referências bibliográficas nele utilizadas.

CAPÍTULO 2

O ARCABOUÇO TEÓRICO

A pesquisa aqui apresentada pretende contribuir para aumentar nossa compreensão acerca dos modos como a política linguística familiar em contexto de imigração e de casamentos interétnicos é condicionada pelas representações dos progenitores. Mais especificamente, interessa-me refletir sobre as formas como essas representações afetam a disposição da família para a transmissão da língua materna do cônjuge imigrante para os filhos. De modo a descrever os pressupostos teóricos que constituíram os pilares de minha pesquisa, preocupei-me, neste capítulo, em refletir, inicialmente, sobre o modo como as identidades linguístico-culturais são representadas. Em seguida, uma vez que já discuti o bilinguismo social no capítulo 1, debruço-me sobre o bilinguismo visto do ponto de vista do indivíduo. Encerro este capítulo discorrendo sobre os fatores intervenientes na promoção do bilinguismo familiar, ou seja, na transmissão da língua materna do cônjuge imigrante no seio da família interétnica.

2.1 A IDENTIDADE COMO REPRESENTAÇÃO

Início esta parte deste capítulo de dissertação explicitando que para Hall (1997, p.61), a linguagem é

[...] o processo pelo qual os membros de uma cultura utilizam a língua (amplamente definida como qualquer sistema que empregue signos, qualquer sistema significante) para produzir significados. Esta definição já carrega a importante premissa de que as coisas – objetos, pessoas, eventos do mundo – não têm em si qualquer significado estabelecido, final ou verdadeiro. Somos nós – na sociedade, nas culturas humanas – que fazemos as coisas significarem, que significamos.

Decorre daí que, para esse autor, um dos fundadores dos Estudos Culturais, é preciso ficarmos atentos para o fato de que, ao discutirmos identidades, estaremos lidando não com essências, como pressupõe o senso comum, mas com *representações*: identidades são construções discursivas permanentemente (re)feitas.¹⁸ Refeitas, como já afirmei no primeiro capítulo deste trabalho, levando-se em conta as relações histórico-sociais entre os sujeitos (HALL, 1996.; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

2.1.1 A Identidade Cultural

Minha experiência transcende a língua e o lugar, apesar de ser definida por eles, constituída pela distância geográfica, pela histórica contida em minhas línguas, por minha história de vida, pela história de minhas identidades. Eu sou bilíngue, eu vivo em dois mundos ao mesmo tempo. Eu estou aqui tanto em inglês, quanto em hebraico. Eu estou tanto em Israel com minha família, quanto aqui no Canadá (...) Meu presente é moldado por minhas memórias, por memórias cuja continuidade é fragmentada por mudanças. Minha experiência é moldada pelos fragmentos do meu presente, não aqui, mas aqui também... Eu estou em Israel, mas não estou lá. Eu estou aqui.

Promislow, 2003, p.10-11

Segundo Cuche (2002), as grandes indagações acerca da questão da identidade ocorrem, frequentemente, relacionadas à questão da cultura. No entanto, o conceito de cultura associado à identidade merece cuidado: as noções de cultura não podem ser levianamente tomadas por identidade cultural, ainda que haja estreita ligação entre elas. A cultura se apóia principalmente em processos inconscientes, ao passo que a identidade remete a uma norma de vinculação inerentemente consciente com base em oposições simbólicas (Cuche, op. cit., p.176).

¹⁸ Importa aqui ressaltar o fato de que os estudos de identidade cultural clamam cada vez mais por uma maior compreensão da linguagem, assim como os estudos da linguagem se esforçam para compreender questões de identidade. Ambas – identidade e linguagem – estão, contemporaneamente, intensamente imbricadas.

Ainda na ótica desse autor, a identidade não é construída no vácuo; ela é construída por meio da linguagem, no interior das relações sociais que determinam a posição dos agentes e, por essa razão, orientam suas representações e suas escolhas. Assim, importa considerar que, em um processo dinâmico, a identidade se constrói e reconstrói constantemente sempre em uma relação de oposição – o eu que sou em oposição ao eu que não sou –, estabelecida em um movimento relacional.

Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam sem suas relações (Cuche, op. cit., p.182).

Decorre daí, então, que a identidade não existe em si; ela supõe a alteridade, a presença de um outro: é, portanto, sempre contrastiva. Dessa forma, a identidade se constrói em um processo de concessão, negociação entre a identidade autodefinida e a identidade definida pelo outro, no qual a auto-identidade será legitimizada em maior ou menor grau, a depender da relação de poder entre as partes.

Para Hall (1996), devemos olhar o sujeito pelo viés de sua mutabilidade, flexibilidade e incompletude, já que

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (...) Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de ‘identificação’, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, op. cit., p.38-39).

Apoiado em Bourdieu, Cuche explica que a identidade é, assim, o objeto de disputa nas lutas sociais e que *somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja*

de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros (Cuche, op. cit., p.186).

É preciso atentar, ainda, para o fato de que quando pensamos a questão das identidades culturais, não podemos perder de vista que estamos pensando em um construto, pois

no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2006, p.47).

Procurar significar cada identidade cultural de forma “pura”, portanto, seria o equivalente a desconsiderar a heterogeneidade característica de todo grupo social. *Nenhum grupo ou indivíduo está a priori preso a uma identidade unidimensional*, explica Cuche (2002, p.192). A tentativa de atribuir à identidade um caráter monolítico inviabiliza a compreensão dos fenômenos de identidade híbrida, hifenizada, múltipla, difusa, tão características da contemporaneidade. Ou, no dizer de Hall (2006, p.62), as culturas nacionais são atravessadas por divisões internas, de modo que *as nações modernas são, todas, híbridos culturais*, apesar de as identidades nacionais continuarem a ser representadas como unificadas. Mesmo sendo esse fenômeno já antigo, a globalização acentuou o deslocamento das identidades culturais nacionais. Argumentando na mesma direção, Woodward afirma que *a globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas* (WOODWARD, 2000, p.20). Além do surgimento de novas identidades híbridas, ambos os autores também enfatizam que ao mesmo tempo em que a globalização tende à homogeneização cultural, ocorre, simultaneamente e como forma de resistência a ela, o surgimento de novas

identidades nacionais e locais. E, enfatiza Silva (2000, p.87), essas identidades que se formam não são mais integralmente nenhuma das identidades originais, mesmo possuindo características delas.

A suposta “dupla identidade” de imigrantes, antes pensada como duas identidades opostas e, assim, implicando divisão, é, na verdade, uma só *sincrética e não dupla* (Cuche, 2002, p.193). No relato da pesquisa desenvolvida por Mah (2005, p.37), acerca da relação entre competências nas línguas de herança e identidades étnicas, encontramos dois depoimentos que ilustram bem as identidades híbridas, hifenizadas, nas quais identidades “étnicas” e identidades “de jovens canadenses” de segunda geração formam um todo integral e indivisível:

É uma coisa totalmente separada... tem uma entidade própria... Não é como estar preso entre dois mundos, é ser um canadense hifenizado. (Sunny, filho de imigrantes gregos, idade 23).

É como Cuba Libre...é rum ou é Coca? É rum e Coca. [...] É simplesmente uma mistura. Uma cultura mista onde se junta tudo em uma só. Não é assim como eu sou mais isso do que aquilo. (Pedro, filho de imigrantes filipinos, idade 25).

Cada indivíduo integra, sinteticamente, portanto, as múltiplas referências identitárias constituintes da sua história (Cuche, op. cit., p.195). Importa ressaltar, no entanto, que as identidades híbridas podem ser fontes *de dilemas inquietantes (...)* que tendem a fazer da “*identidade*” um tema de *graves preocupações e agitadas controvérsias* (BAUMAN, 2005, p.16), como atesta o trecho de reportagem reproduzido a seguir:¹⁹

¹⁹ Trecho da matéria “Brasil vira destino final de refugiados”, de Alexandra Moraes, publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 18/06/2006.

Dragica nascida na cidade sérvia de Pancevo, a 16 km de Belgrado, veio para SP com o ex-marido húngaro e as três filhas, nascidas no que hoje é a Croácia, ao saber que a família estava em lista de extermínio.

“Vou me naturalizar”, diz.

Dragica afirma não se sentir mais refugiada, mas ainda hesita sobre ser brasileira. “Me chamaram outro dia pra ir a um evento, aí tocou o hino[brasileiro]. Pensei, p. eu canto o hino ou não canto?”, pergunta, reiterando que o conhece de cor. “É complicado, aí eu chorei.”

Por fim, é relevante destacar o que Cuche (op. cit., p.200), considerando os ensinamentos de Barth (1969) afirma: o fator divisor entre dois grupos étnicos culturais não é a diferença cultural, e sim a “fronteira”: o desejo de ser diferente, marcando limites entre “eles” e “nós”.

2.1.2 A Identidade Linguística

Nós somos todos nascidos em uma língua; nós nos conhecemos e conhecemos aos outros através da língua; nós nomeamos nossos mundos; nós tecemos nossos mundos enquanto tecemos nossas palavras.

Hasebe-Ludt, 1999, *apud* Promislow, 2003, p.8.

Eu sou a soma de minhas línguas – a língua de minha família e de minha infância, a língua de minha escolarização e de minhas amizades, da língua do amor e do mundo em mutação ao meu redor.

Hoffman, 1989, *apud* Promislow, 2003, p.4.

Quando se discute a questão da identidade cultural em contexto de bilinguismo, não se pode excluir dessa discussão a questão da **identidade linguística**, ou seja, o modo como os sujeitos interpretam culturalmente sua relação com as línguas com as quais convivem (RAMPTON, 1995, p.340). Assim como a identidade cultural, a identidade linguística não contém em si mesma qualquer essência: também ela deve ser considerada ideológica e fluida no tempo e no espaço social porque é co-construída na interação com múltiplos outros fatores.

Jackson (2009) postula que, em lares bilíngues, a escolha da língua a ser transmitida para a criança é moldada pelas identidades linguístico-culturais dos cônjuges e pelas relações de poder entre eles. Dessa forma, o autor evidencia que, para os casais interétnicos, essa escolha se mostra uma prática muito mais politizada e complexa do que supomos, já que a ideologia linguística de ambos os cônjuges determina a importância simbólica atribuída por cada um deles às línguas do repertório verbal da família. Esse é o motivo pelo qual enfatiza que os casamentos interétnicos constituem um cenário extremamente fértil para investigações sobre línguas em contato, (re)construções identitárias e discursos sobre o bilinguismo (JACKSON, op. cit., p.60).

Bastante útil para se refletir sobre identidades linguísticas em lares bilíngues é o conceito de “mercado linguístico”, uma contribuição de Bourdieu (1983). Para esse autor, os bens materiais (a força de trabalho, as mercadorias, os serviços) e os bens simbólicos (os conhecimentos, as obras de arte, a linguagem, etc.) circulam, nas sociedades capitalistas, em relações de trocas desiguais. Dessa forma, *não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos* (BOURDIEU, op. cit., p.24). O fato de se atribuir valores diferentes a diferentes línguas e dialetos faz com que os falantes sejam percebidos como indivíduos que possuem quantidades desiguais de “capital simbólico”. Esses valores, essas

ideologias linguísticas – que derivam das crenças dos indivíduos sobre as línguas e seus falantes – podem determinar, segundo Jackson (2009, p.61), a importância simbólica alocada, por cada um dos cônjuges em casamento exogâmicos, às línguas em jogo: a escolha de uma dada língua, em detrimento de outra, para interagir com o cônjuge e com os filhos *pode refletir, tanto a subversão quanto o exercício do poder nas relações sociais, nas quais os indivíduos procuram, através de suas práticas linguísticas, benefícios simbólicos.*

É relevante para este trabalho ressaltar que as identidades linguísticas em contexto de imigração implicam frequentemente a existência de conflitos familiares, como esclarece Mota (2007). Discorrendo sobre as dificuldades de socialização, dentro e fora do ambiente familiar, enfrentadas por imigrantes brasileiras nos Estados Unidos, a autora afirma que essas mulheres, ao conviver com duas línguas (português e inglês), têm que enfrentar uma *sobrecarga de desafios linguísticos*, pois ao mesmo tempo em que elas

(...) relatam uma trajetória de frustração, insegurança e fracasso, em que a dificuldade de aquisição da segunda língua torna cada vez mais distante o sonho de poder ativamente participar da sociedade norte-americana (...), a percepção de que o inglês vai rapidamente se tornando a língua dominante dos filhos, faz com que essas mulheres se sintam responsáveis pela competência comunicativa dos filhos em português, a fim de garantir a preservação da identidade brasileira da família (MOTA, op.cit., p.145).

O jogo entre línguas e subjetividades mobiliza questões identitárias em sujeitos bilíngues, já que eles se veem frente à necessidade de construir pontes entre mundos separados, sendo parte de ambos, e criar *territórios fronteiriços* não apenas entre identidades, mas também entre suas línguas, como argumento a seguir.

2.2 BILINGUISMO INDIVIDUAL

Eu sou bilíngue, independente da língua que falo. Aprendi a me expressar em duas línguas. Eu falo hebraico em inglês, assim como falo inglês em hebraico. Eu falo hebrês, uma “entrelíngua” com aqueles que sabem tanto hebraico quanto inglês.

Promislow, 2003, p.4

Vários pesquisadores, como Hamel (1985) e Maher (2005), dentre outros, argumentam que o mito do monolinguismo teve sua origem no episódio da Torre de Babel – o grande “castigo” histórico da humanidade. Relata a Bíblia, sobre esse episódio, que, há muitos anos, quando havia somente uma língua no mundo e empregavam-se as mesmas palavras, todos os homens se uniram para construir uma torre que chegasse ao céu e garantisse que eles não seriam dispersados pela Terra. Deus castigou os homens por essa ousadia e, frustrando o projeto, confundiu suas línguas e dispersou-os dali por toda a superfície da Terra.²⁰

Fato é que os homens da Torre de Babel, espalhados por toda a superfície da Terra, não permaneceram incomunicáveis no “caos linguístico”; ao contrário, passaram a falar também as línguas uns dos outros. Porém, este intercâmbio entre línguas não pode ser visto de forma simplista: é preciso considerar o papel das línguas e o poder que permeia o uso destas. Constituído e reconstituído historicamente nas entranhas das ideologias linguísticas, políticas e sociais, esse intercâmbio, marcado por confrontos pelo poder, vem ocorrendo ao longo dos tempos por diversas razões de natureza migratória, educacional, política e cultural entre outras.²¹

²⁰ Conforme argumenta Maher (op.cit., p. 98), está localizada aí a origem da crença de que o ser humano deve ser monolíngue e que multilinguismo leva à impossibilidade de comunicação entre os homens, à confusão mental, etc...

²¹ Ver Grosjean (1982).

No que segue, discuto o conceito de bilinguismo no plano do indivíduo, para em seguida, discorrer sobre as vantagens dessa prática.

2.2.1 As competências que definem o conceito

São muitos os pesquisadores que têm conceituado bilinguismo ao longo das últimas décadas; nas palavras de Maher (2007b, p.72), *o conceito de bilinguismo há muito aflige a academia*. Definir o sujeito bilíngue é uma tarefa árdua porque, em primeiro lugar, o fenômeno tem estreita relação com questões sociais complexas e, em segundo, porque pode ser definido a partir de diferentes critérios. Esse é o motivo pelo qual, a definição do indivíduo bilíngue tem sido objeto de questionamentos. Ainda assim, permanece um grande desafio discuti-lo de maneira inovadora, o que não pretendo, aqui, intentar. Opto, apenas, por trazer nesta dissertação alguns dos conceitos problematizados por vários autores, entre eles, Grosjean (1982), Romaine (1989), Mello (1999) e Maher (2007b) e a forma como estes sugerem que se pense o sujeito bilíngue.

Se diferentes definições do sujeito bilíngue encontram contestações nas vozes da academia, no imaginário popular, contudo, essa definição é quase sempre consensual: no senso comum, o que prevalece é a definição de Bloomfield, que vê o bilíngue como sendo um falante que *tem controle das duas línguas de maneira semelhante à do nativo* (BLOOMFIELD, 1993 *apud* MELLO, 1999, p.42).

A noção do sujeito bilíngue de Bloomfield, sob a ótica dos autores citados acima, é falha por se sustentar em uma visão idealizada do falante nativo. Para começar, o que se deve entender por “controle semelhante ao de um nativo”? As variações que os falantes nativos imprimem à sua língua são percebidas por todos nós; são, vale ressaltar, próprias da região, da profissão, da idade, do grau de instrução aos quais pertencem, no momento da enunciação. Há de se considerar, ainda, suas competências linguísticas, pois existem

falantes nativos que não lêem e/ou escrevem. Os gêneros discursivos constituem ainda outro fator a ser ressaltado e a depender da mídia de que faz uso, o mesmo falante nativo comporta-se de formas variadas. Diante da impossibilidade, posteriormente reconhecida por Bloomfield, de se definir o grau de perfeição a partir do qual se possa considerar um falante estrangeiro um bilíngue, sugere o próprio lingüista que a distinção seja relativa. Contudo, ainda percebe-se “a sombra” da perfeição refletida na relatividade proposta: o bilíngue situado em um algum ponto do continuum inerente à noção do “controle” que tem o falante nativo da sua língua. Além disso, destaca Mello (1999, p.43), *o falante não é um mero controlador de um conjunto duplo de estruturas lexicais e gramaticais*.

Sustentada em Grosjean (1982), a autora problematiza, ainda, a definição de Thiery (1978, apud MELLO, op. cit., p.43), que considera um bilíngue verdadeiro aquele que se pode passar por membro de duas comunidades linguísticas do mesmo nível social e cultural. Argumenta Mello que essa definição, análoga a de Bloomfield, faz supor a ideia de perfeição e de modelo a ser seguido. Essa definição excluiria todos aqueles falantes que, embora não possuam a fluência de um nativo, usam as duas línguas regularmente. Se não podem ser considerados bilíngues e não são evidentemente monolíngues, indaga a autora, como rotulá-los?

Macnamara (1967 apud Grosjean, 1982, p.232) considera a noção de *continuum* em sua definição de bilinguismo. Para ele, é bilíngue a pessoa que possui um mínimo grau de competência em uma língua estrangeira em pelo menos uma das quatro habilidades linguísticas (fala, compreensão auditiva, leitura e escrita). Seria bilíngue, portanto, uma pessoa que fala uma língua estrangeira sem ter, no entanto, aprendido a ler ou escrever nessa língua. Aponta Grosjean (op. cit.) que essa noção de continuum de fluência em cada uma das línguas, considerando-se ainda cada uma das habilidades, levou ao desenvolvimento de testes de avaliação do grau de bilinguismo e à distinção

entre *bilíngue equilibrado* (aquele igualmente fluente nas duas línguas) e *bilíngue não equilibrado* (aquele mais fluente em uma de suas línguas)²².

Grosjean (1982), Romaine (1989), Mello (1999) e Maher (2007b), entre outros, denunciam a inadequação do conceito de bilinguismo equilibrado (ou *ambilinguismo*) por ser ele um conceito fundamentado na idealização de uma perfeição – um falante capaz de operar em suas duas línguas de modo idêntico em todos os domínios. Tomando a si própria, sujeito bilíngue português-ínglês, como exemplo, Maher argumenta:

O bilíngue – não o idealizado, mas o de verdade – não exibe comportamentos idênticos na língua X e na língua Y. A depender do tópico, da modalidade, do gênero discursivo em questão, a depender das necessidades impostas por sua história pessoal e pelas exigências de sua comunidade de fala, ele é capaz de desempenhar melhor em uma língua do que na outra – e até mesmo de se desempenhar em apenas uma delas em algumas práticas comunicativas. (...) eu diria que minha competência de leitura de textos acadêmicos sobre, digamos, políticas linguísticas, é praticamente equivalente nas duas línguas. Minha capacidade de debater, oralmente, o mesmo assunto em um congresso científico é, entretanto, bem maior em português do que inglês. Mas se a tarefa for marcar uma consulta médica por telefone, meu desempenho nas duas línguas será, novamente, equivalente. (MAHER, 2007b, p.72).

Para Maher, o importante é compreender que a *carga funcional* do sujeito bilíngue, ao contrário do que ocorre com o monolíngue, encontra-se dispersada nas duas línguas de seu repertório verbal. Portanto, a compreensão e avaliação da sua competência comunicativa implicam necessariamente que se leve em conta as funções que essas duas línguas têm para ele; assim, quando seu comportamento linguístico é avaliado somente em uma dessas línguas, o sujeito bilíngue estará sendo avaliado apenas parcialmente. Por fim, a autora adverte que as competências do sujeito bilíngue não são fixas, estáveis, a configuração do seu repertório verbal vai-se adaptando para atender às exigências de cada uma das línguas que o constituem.

²² Ver Grosjean (1982) e Romaine (1989) para compreensão detalhada dos graus de bilinguismo e dos métodos para avaliação do mesmo.

Na literatura especializada que revisamos também é problematizada a definição de Halliday *et alli* para quem um falante seria considerado bilíngue quando funcionasse em duas línguas em todos os domínios comunicativos sem apresentar qualquer interferência de uma língua na outra (Romaine, 1989).

Maher (op. cit.) defende ser essa *interferência* um elemento intrínseco à competência comunicativa do bilíngue, que *prevê* em sua gramática a mudança de código e os empréstimos linguísticos (*code-switching* e *borrowing*).²³ A autora aponta para a idealização no que se refere à *negação de um comportamento discursivo no qual haveria uma suposta “contaminação perniciosa” entre as línguas utilizadas* (op. cit., p.74). Argumenta Maher que a perspectiva de utilização das suas duas línguas separadamente, mantendo-se, assim, cada uma delas “pura”, será percebida pelo próprio indivíduo bilíngue e por qualquer outra pessoa que conviva em comunidades bilíngues como *uma ficção, um mito – um “bom” bilíngue transita de uma língua para outra justamente porque, diferente do monolíngue, tem competência para tanto* (MAHER 2007b, p.74-75). A mudança de código é um recurso comunicativo poderoso o qual os falantes bilíngues frequentemente utilizam para atribuir, de forma pragmática, sentidos diversos aos seus enunciados, expressando, por exemplo, afeto e relação de poder, entre outros. Para a autora, ecoando a voz de vários outros pesquisadores, entre eles Grosjean (1982) e Romaine (1989), longe de se caracterizar como um déficit, o *code-switching* é um recurso discursivo sofisticado ao qual só os falantes bilíngues têm acesso, *um aspecto do desempenho do sujeito bilíngue que, dizem os dados empíricos, é constitutivo do seu discurso, é uma de suas riquezas e especificidades* (MAHER, op. cit, p.75). Também

²³ Romaine (1989, p.121) utiliza a definição de *code-switching* de Gumperz (1982), p. a justaposição no interior de um mesmo enunciado de trechos de fala pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais distintos. Grosjean (1982) define, ele próprio, *code-switching* como o uso alternado de duas ou mais línguas em uma mesma enunciação ou conversa. Ver ambos os autores para maior compreensão dessa prática. É preciso distinguir *borrowing* de *code-switching*. *Borrowing* caracteriza-se pelo uso de uma palavra ou expressão de uma língua em outra, mas de modo “naturalizado”, i.e., em conformidade com as regras de gramática ou padrões fonéticos da segunda língua. Ver em Romaine (op. cit.) uma discussão mais ampla acerca dessa distinção.

segundo Mello (1999), o sujeito bilíngue utiliza suas línguas de modo isolado, alternado ou mesclado, a depender da situação, do tema da interação, dos participantes do evento de fala e da sua intenção em transmitir sua mensagem.

Maher propõe que busquemos investigar não o comportamento que se possa julgar característico do sujeito bilíngue, mas, sim, *como se comporta o sujeito que faz uso de duas línguas*. É necessário que se abandonem as idealizações, argumenta e, apoiada em Grosjean, que sugere que se procure entender o sujeito bilíngue de uma perspectiva holística e sócio-funcional, afirma:

como alguém que opera em um universo discursivo próprio, que não é nem o universo discursivo do falante monolíngue em L1, nem o do falante monolíngue em L2. (...) ele funciona em um terceiro lugar, lugar esse que, sendo permeável à permeabilidade das línguas que o constituem, está permanentemente em construção (MAHER, 2007b, p.77-78).

Se nos desvincilharmos dos parâmetros para avaliação do sujeito bilíngue que tomam por referência noções de língua e de falantes nativos ideais, acredita Maher, poderemos classificar as variações linguísticas não como *impuras, imperfeitas, mas como moradia legítima* dos falantes bilíngues. Sugere a autora que pensemos a competência do indivíduo bilíngue em termos de práticas discursivas concretas, e que além de avaliarmos a fluidez na distribuição funcional entre suas duas línguas e os graus de competência que exhibe, consideremos também os processos de mudança e reestruturação no interior desse repertório ao longo do tempo.

Enfim, importa ressaltar que o bilinguismo é um fenômeno multidimensional, e, portanto, há diferentes tipos de bilíngues no mundo. É necessário que adotemos uma definição bem ampla para abrigar todos os tipos existentes. Maher (2007b, p.79) acredita essa possa ser suficiente: *o bilinguismo, uma condição humana muito comum, refere-se à capacidade de fazer uso de mais de uma língua*.

Mello (1999), que também rechaça a noção do “bilíngue perfeito”, explica, apoiada em Mackey, que a alternância de códigos é determinada na interação verbal pelo grau de domínio da língua e por sua função. São três os fatores contribuintes para a frequência e proporção da alternância: o tópico, os interlocutores e a tensão da situação. Por fim, o autor também leva em conta *o uso de elementos pertencentes a uma dada língua enquanto o indivíduo fala ou escreve uma outra* (Mackey, 1972 *apud* MELLO, 1999, p.46). Assim, defende Mello que, considerando o que o indivíduo bilíngue faz cotidianamente, as pessoas com quem interage verbalmente e o assunto dessas interações, bem como as intenções no ato da fala desses sujeitos, Mackey se livra do referencial ao bilíngue perfeito.

2.2.2 O Bilinguismo e suas Vantagens

É comum encontrarmos depoimentos de leigos fazendo referência ao fato de que a aprendizagem de uma segunda língua na infância pode fazer com que ela venha a ter dificuldade de comunicação, provoque confusão mental porque representaria uma sobrecarga cognitiva. Vários pesquisadores apontam, entretanto, que essas desvantagens não correspondem à realidade (ver, a guisa de exemplo, GROSJEAN, 1982 e ROMAINE, 1995).

O bilinguismo traz, notadamente, *benefícios sociais*. Segundo Moura (2009), a demanda social pela ampliação do repertório linguístico no Brasil tem crescido significativamente nas últimas décadas. O conhecimento de outras línguas, particularmente do inglês e do espanhol, é vantajoso tanto do ponto de vista profissional, quanto acadêmico: a exigência de proficiência em uma língua estrangeira pode ser observada nos exames vestibulares e nos processos seletivos para ingresso em cursos de pós-graduação. Atestam a vantagem profissional e acadêmica trazidas pelo

bilinguismo, o número crescente de cursos de línguas (presenciais e à distância) e de escolas bilíngues de prestígio que se vem instalando no país (MOURA, op. cit., p.19).

Dentre outras vantagens frequentemente associadas ao bilinguismo, destacamos: maior clareza comunicativa devido à maior riqueza lexical; aumento da capacidade de aprendizagem de outras línguas; maior prontidão mental e maior predisposição ao pensamento abstrato; maior consciência da relatividade dos fatos e aumento do pensamento divergente/criativo (GROSJEAN, 1982; ROMAINE, 1989).

Certamente, é possível discorrer sobre muitos outros aspectos relacionados ao bilinguismo, como, por exemplo, o modo como se dá o desenvolvimento da criança bilíngue, do ponto de vista social, cognitivo e discursivo. Essa e outras questões relacionadas ao fenômeno, no entanto, vão para além dos limites que me impus para essa pesquisa: nesse estudo, como já dito, o foco recai, sobretudo, sobre **as representações dos pais** acerca dos fatores envolvidos na transmissão, ou não, da língua materna do cônjuge imigrante. E é sobre essa questão que discorro a seguir.²⁴

2.3 A TRANSMISSÃO DA LÍNGUA MINORITÁRIA DA FAMÍLIA

Sabemos haver um crescente interesse no desenvolvimento de pesquisas no Brasil acerca do bilinguismo social e individual, bem como de políticas públicas e educacionais que visam garantir os direitos linguísticos de minorias nacionais, incluindo aí as comunidades de imigrantes. Contudo, não identificamos, conforme já apontado, nenhum estudo sobre políticas linguísticas familiares que focalizam os fatores que tendem a promover, ou não, a transmissão da língua materna do cônjuge imigrante no seio da família interétnica em contexto brasileiro. No intuito de fundamentar a análise dos registros gerados para a minha pesquisa, apresento aqui, portanto, contribuições

²⁴ Para uma discussão acerca do desenvolvimento da criança bilíngue e de outras questões ligadas ao bilinguismo familiar remeto o leitor a Grosjean (1982) e Romaine (1989).

advindas de especialistas que realizaram pesquisas sobre esse tema tendo por sujeitos de pesquisas famílias residentes em países estrangeiros. Antes de fazê-lo, entretanto, importa esclarecer que a opção por focalizar os autores em separado deveu-se à necessidade de deixar claro que, muito embora haja pontos de convergências entre as conclusões a que chegaram, os contextos de pesquisa estudados, bem como os objetivos contemplados pelos diferentes autores, são bastante diversos.

2.3.1 As Contribuições de Mota

Mota (2004a), debruçando-se sobre dados gerados etnograficamente, investigou as estratégias de progenitores de 12 famílias de imigrantes ilegais brasileiros residentes nos Estados Unidos para garantir a preservação da língua portuguesa no interior dessas famílias. Embora o escopo do estudo realizado por essa pesquisadora brasileira seja mais amplo, já que a autora analisou também os fatores que favoreciam à manutenção do português nos repertórios linguísticos dos sujeitos de pesquisa em outros domínios sociais (trabalho, escola, igreja e lazer), atendo-me aqui a discutir, sobretudo, as conclusões do estudo no que se refere às questões ligadas às estratégias empregadas para tanto pelos progenitores no contexto em questão.

A pesquisadora chama a atenção para o fato de que a diferença de ritmo de aquisição da língua do país hospedeiro nas famílias analisadas se constituía em fontes de tensão e conflito familiares: enquanto os filhos rapidamente viam suas competências comunicativas em inglês aumentarem, os pais demonstravam muito maior dificuldade na aquisição dessa língua que, no contexto investigado, se configurava como a língua de muito maior prestígio, o que provocava o surgimento de relações assimétricas de poder entre gerações no âmbito doméstico. Observou-se, também, que contribuía em muito para tal conflito familiar o fato de que o processo de perda da língua materna nos filhos seguia *um ritmo bem mais acelerado do que o de aquisição da segunda língua nos pais*

(MOTA, 2004a, p.152), dificultando o diálogo entre pais e filhos. Como forma de reverter esse quadro, Mota verificou que todos os pais observados tentavam *impor o português como língua dominante na comunicação familiar*. Outras motivações para tal atitude foram declaradas como sendo: a) para assegurar a manutenção de tradições brasileiras vivas no seio da família, no caso dos pais que declararam ter intenção de residir permanentemente nos Estados; b) para assegurar que seus filhos poderiam dar prosseguimento aos seus estudos no Brasil sem prejuízo algum, no caso dos pais que tinham a intenção de, após terem o retorno financeiro e linguístico-cultural esperado com a imigração, voltar a fixar residência em nosso país e c) para assegurar que nenhum impedimento linguístico dos filhos, como o seu monolinguismo em inglês, impedisse a possibilidade de retorno ao Brasil, no caso de a família optar por retornar ao país.

Dessa forma, enfatiza a autora,

A imposição do uso do português em casa atende, na verdade, a duas necessidades expressas pelos pais: a primeira, se refere ao desejo de assegurar a manutenção da identidade brasileira, de manter o vínculo com a terra de origem, deixando aberta a possibilidade de retorno; a segunda, manifesta a garantia de preservar a autoridade paterna/materna na dinâmica das relações interpessoais no contexto familiar. Nesse sentido, é através do uso do português que os pais vinculam a escolha linguística à necessidade de pertencimento a uma identidade nacional e, por outro lado, mantêm a estabilidade na hierarquia de poder entre gerações (MOTA, 2004a, p.155).

Importa aqui considerar que, aliada à estratégia de imposição do português como língua de comunicação familiar, os pais frequentemente recorriam à correção excessiva do modo como os filhos empregavam a língua de origem. É preciso ressaltar que essa segunda estratégia, assim como a primeira, tende a ser contraprodutiva, pois favorece mais à perda linguística do que a sua manutenção. Mota observou que os filhos, além de considerarem abusiva a tentativa dos pais de imporem sua língua materna, interrompiam,

quando corrigidos, suas falas ou continuavam a interagir com seus progenitores, mas, dessa feita, em inglês.

Para efeito deste estudo, é relevante o que Mota aponta em relação à crença equivocada por detrás das estratégias empregadas pelos vários dos pais que investigou para assegurar o bilinguismo português/inglês de seus filhos: por não acreditarem que o uso espontâneo, significativo de sua língua materna possa ser suficiente para garantir o seu uso pelos filhos, vários pais optavam por *criar uma dinâmica de sala de aula dentro de casa*:

Em algumas famílias são estabelecidos horários regulares para o estudo sistemático da língua portuguesa através de livros didáticos brasileiros, na tentativa de manter um currículo paralelo coerente com o sistema escolar no Brasil. Além disso, o período de férias escolares muitas vezes se transforma em “curso intensivo” de português. Acreditam que “instalar uma escola brasileira” em casa seja a única forma de fazer que os filhos mantenham “o respeito à língua portuguesa” (MOTA, 2004a, p. 157).

Essa crença, como demonstraram os dados analisados pela pesquisadora, no entanto, não procede e não conduz aos efeitos desejados: muito mais eficiente, no que concerne ao uso da língua de imigração em casa, foram as interações sociais motivadas pela presença de artefatos e símbolos da cultura do país de origem presentes no ambiente doméstico, bem como pelo acompanhamento da vida social brasileira através do visionamento de programas de televisão e da leitura de jornais e revistas brasileiros. Outras atitudes dos pais observados que, segundo a autora, favoreciam a manutenção do português como língua de interação entre eles e seus filhos foram *a preservação dos laços familiares com parentes no Brasil (visitas, trocas de fotos, presentes, emails, telefonemas) e a não rejeição ao convívio com a comunidade brasileira no país hospedeiro* (MOTA, 2004a, p.159).

2.3.2 As Contribuições de Pauwels

Pauwels (2005), que investigou os desafios e papéis da família na manutenção da língua materna de imigrantes na Austrália,²⁵ argumenta que a presença na família de pessoas (avós e outros parentes mais velhos) que não dominam a língua majoritária do país onde a família reside cria situações favoráveis para o desenvolvimento do bilinguismo nas crianças. Também favoráveis ao uso e reforço da língua minoritária na família são as visitas de parentes que residem no país de origem do cônjuge imigrante, bem como visitas da família à terra natal desse último:

(...) para as crianças pequenas e adolescentes tais visitas não só fornecem um contexto real de imersão linguística, mas também a oportunidade de aquisição de registros apropriados para a idade e de uso da língua da comunidade com pessoas da mesma faixa etária (PAUWELS, op. cit., p.126).

A autora ressalta, além disso, que em lares onde há acesso à língua minoritária da família através de meios eletrônicos, visuais e por outras mídias veem-se aumentadas as chances de se conseguir manter o bilinguismo dos filhos, já que se aumenta a exposição deles a essa língua.

No que concerne os desafios elencados por Pauwels (2005, p.127) que famílias que se propõem a transmitir a sua língua de herança têm que enfrentar, destaco, dada a sua relevância para a minha pesquisa:

- **o grau de proficiência na língua materna de imigração**

Nem sempre os pais têm o nível de proficiência linguística necessário para assegurar a transmissão da língua de herança familiar.

²⁵ Embora nesse estudo a autora se concentre em famílias endogâmicas, quero crer que seus achados refletem um cenário de promoção do bilinguismo familiar compartilhado também pelas famílias exogâmicas investigadas em minha pesquisa.

- **o esforço necessário**

A transmissão da língua de imigração, mesmo entre famílias muito comprometidas com esse tipo de empreendimento, demanda muito esforço e dedicação, além de um investimento financeiro significativo, tanto no que se refere à compra de materiais (livros, filmes, materiais de áudio, jogos) visando facilitar o uso da língua pelas crianças, quanto a viagens ao país natal.

- **as atitudes da comunidade (imigrante) com relação à língua minoritária**

As atitudes e reações da comunidade imigrante como um todo, assim como de parentes e amigos, afetam a família no que tange à promoção da língua de herança. Também o ambiente imediato da família (parentes, amigos, colegas de trabalho) pode influenciar, tanto positiva, quanto negativamente os esforços da família para a promoção e manutenção do bilinguismo de seus filhos.

- **as experiência prévias com ambientes plurilingues**

A experiência prévia com ambientes plurilingues é um fator significativo. Progenitores que cresceram em lares bilíngues antes da imigração tendem a compreender melhor essas situações e, portanto, a ter expectativas mais realistas. Famílias cujos pais tiveram pouca ou nenhuma experiência com ambientes multilíngües tendem a ter atitudes opostas.

Também relevante para este trabalho são duas estratégias que Pauwels (2005, p.128) apresenta como sendo eficazes na transmissão e manutenção da língua minoritária da família: o **uso persistente** e o **uso consistente** dessa língua, tanto entre o casal como entre esse e os filhos.

2.3.3 As Contribuições de Piller

Piller desenvolveu diversas pesquisas tentando compreender as perspectivas dos pais acerca do bilinguismo dos filhos e o papel que os primeiros desempenham nesse processo. Em seu estudo, realizado entre 1997 e 2001, a autora investiga o impacto que os discursos públicos (*public discourses*)²⁶ acerca do bilinguismo têm nas decisões e práticas de pais bilíngues. Seu *corpus* é composto de narrativas orais e escritas elaboradas por famílias bilíngues comumente consideradas “bilíngues de elite”, i.e. *casais internacionais de classe média, expatriados, e acadêmicos que criam (ou se interessam por criar) seus filhos em uma língua outra que não a língua nacional do país onde residem* (PILLER, 2001, p.62). Dado o ideal de uniformidade linguística, esses pais frequentemente enfrentam oposições, entretanto, de profissionais da área médica, de professores, bem como de leigos (de parentes ou mesmo de estranhos bem intencionados). Para fazer frente a essas oposições, esses casais recorrem a *newsletters* e a comunidades *online* de apoio a famílias bilíngues em busca de apoio mútuo e auto-ajuda. Durante quatro anos e meio, essa investigadora australiana acompanhou a publicação dessas *newsletters* e participou de várias dessas comunidades virtuais de modo a construir o *corpus* analisado em sua pesquisa.

Em seu estudo, a autora analisou o que os seus sujeitos de pesquisa tinham a dizer sobre as políticas linguísticas de suas famílias. Piller organizou seus dados considerando o que os pais diziam sobre (1) o bilinguismo infantil como investimento; (2) a importância do uso consistente da estratégia adotada; (3) a importância de iniciar o bilinguismo desde cedo; e (4) o bilinguismo equilibrado como expectativa e indício de sucesso (PILLER, 2001, p.71).

²⁶ A autora chama de *discursos públicos* aqueles que veiculam com frequência entre casais bilíngues e que são geralmente oriundos de *newsletters* de entidades pró-bilinguismo.

Com relação à visão do bilinguismo infantil como investimento, os discursos analisados, nos quais termos semanticamente ligados à área financeira, tais como “bens”, foram abundantes, indicaram que o que os pais mais valorizam no que se refere ao investimento feito no bilinguismo infantil é que há segurança de retorno: seus filhos falarão a segunda língua como falantes nativos, já que a aquisição de uma segunda língua na infância é vista, por eles, como um processo fácil e rentável. Por outro lado,

o aprendizado de uma segunda língua mais tarde, principalmente como língua estrangeira na escola, é visto como um empreendimento que demanda muito mais esforço e, portanto, como um investimento maior, que traz baixo retorno (porque só se pode esperar um nível limitado de proficiência ou porque não se espera que aqueles que aprendem mais tarde alcancem um nível de proficiência igual ao do nativo) (PILLER, 2001, p.71).

Alerta a pesquisadora australiana, entretanto, que há risco de frustração quando se toma o bilinguismo como um investimento certo, principalmente se o retorno esperado for uma proficiência igual à proficiência de falantes nativos como propagandeam os adeptos do conceito de *bilinguismo equilibrado*.

Piller, após fazer uma extensa revisão bibliográfica, aponta quatro estratégias utilizadas pelos pais na promoção do bilinguismo familiar, a saber:

Estratégia 1: Uma Pessoa, Uma Língua (cada progenitor fala a sua língua materna com a criança)

Estratégia 2: Língua do Lar x Língua da Comunidade (a língua utilizada em casa é uma língua minoritária na comunidade)

Estratégia 3: Mudança de Código e Mistura de Línguas (os pais alternam o uso da língua minoritária da família com a língua majoritária da comunidade)

Estratégia 4: Introdução Consecutiva das Duas Línguas (os pais retardam a exposição da criança à língua majoritária)

No que se refere às estratégias observadas nas narrativas que analisou, Piller (op. cit., p.74) observa que:

Sem dúvida, a estratégia escolhida com mais frequência é “Uma Pessoa, Uma Língua”, aparecendo em segundo lugar, “Língua do Lar x Língua da Comunidade”. As razões pela escolha de uma ou de outra estratégia parecem estar relacionadas ao grau de proficiência de um progenitor na língua do outro. Se apenas um dos pais fala a língua minoritária (bem), “Uma Pessoa, Uma Língua” pode ser a única opção.

A autora aponta, além disso, que os pais atribuíam muita importância à consistência, isto é, eles percebiam como necessário que, uma vez tendo se elegido uma dada estratégia como ideal, o casal deveria se ater a ela. Dada à ênfase atribuída ao uso consistente da estratégia, relata a autora, não foi surpreendente constatar que a terceira estratégia (“Mudança de Código e Mistura de Línguas”), *na qual certo grau de inconsistência é inerente*, não tenha aparecido como sendo usada em nenhum dos registros que observou (PILLER, 2001, p.72), o que a pesquisadora julga ser difícil acreditar. É preciso que se esclareça que, de um modo geral, os participantes da pesquisa em questão, consideravam essa estratégia como inferior a todas as demais, apesar dos estudos apontarem, como já vimos na seção anterior, que a mudança de código e a mistura de línguas é frequente e constitutiva do discurso de sujeitos bilíngues.

A análise das narrativas de pais que a autora realizou demonstrou também que os pais tendem a tomar como verdadeiro o fato de que seria melhor que iniciassem o aprendizado das línguas de seus filhos o mais cedo possível, já que esse é considerado um período crítico para a aquisição de uma segunda língua: enquanto a criança adquiriria a L2 de maneira “natural”, de forma “inconsciente”, a posterior aquisição de uma língua,

ao contrário, implicaria esforço consciente. Ora, embora a “Hipótese do Período Crítico”²⁷ venha sendo muito questionada na literatura especializada, ela é, segundo Piller (op. cit., p.75) ainda considerada, pelos pais que pesquisou, uma premissa importante, já que é endossada pela literatura sobre bilinguismo que aparece nas *newsletters* que guiam suas práticas.

Finalmente, o estudo indicou que os pais presumem que, tendo feito as melhores escolhas e empregado estratégias corretas, seus filhos se tornarão bilíngues equilibrados, isto é, alcançarão altos níveis de proficiência em ambas as línguas. Essa crença, como já vimos, é questionada por vários teóricos da atualidade: os sujeitos bilíngues exibem graus de proficiência diferentes em suas línguas e o grau de competência na segunda língua não deve ser avaliado comparativamente à competência do falante nativo. E é, segundo Piller (op. cit., p.77), porque acreditam no contrário que *muitos pais relataram ter experienciado um sentimento de fracasso quando seus filhos rejeitam o bilinguismo ou quando não demonstram ter o equilíbrio perfeito entre as duas línguas.*

A autora enfatiza em seu texto de 2001 que as conclusões advindas de sua pesquisa a levam a acreditar que as ideologias linguísticas as quais exaltam o bilinguismo como um valor *per se* podem ser tão danosas quanto aquelas que o condenam.

Em um outro estudo (PILLER, 2000), a investigadora focalizou as escolhas da língua de interação feitas por casais interétnicos e o tipo de motivação por trás de tais escolhas, tendo por base um dos fatores identificados por Siquan (1980, apud PILLER, op. cit., p.4) . Ela ressalta que muitos casais que entrevistou afirmaram que a escolha da língua utilizada – a língua do cônjuge imigrante ou a língua majoritária – era motivada pelo *hábito* inicialmente instalado entre os cônjuges, quer dizer, a língua utilizada pelo casal

²⁷ A “Hipótese do Período Crítico”, desenvolvida por Stephen Krashen, apregoa que idealmente as crianças deveriam ser expostas a uma segunda língua já no primeiro ano de vida, se o que se deseja é o desenvolvimento “natural” do bilinguismo (DULAY, BURT e KRASHEN, 1982).

quando se conheceram seria a língua escolhida na maior parte das situações. O estranhamento que afirmavam sentir quando passavam para uma outra língua que não aquela utilizado nos primórdios de sua união, pode, segundo Piller (op. cit., p.5) ser explicado por questões identitárias:

(...) há evidências de que os bilíngues dizem coisas diferentes em diferentes línguas, o que torna evidente o motivo pelos quais casais interculturais se prendam à língua utilizada quando se conheceram; eles podem perder a sensação de que se conhecem, a sensação de que estão ligados um ao outro.

Evidentemente, esse fato tem um peso importante na transmissão, ou não, da língua minoritária da família para os filhos.

Se alguns casais disseram que o hábito era o fator determinante da escolha da língua de interação entre os cônjuges, outros mencionaram que tal escolha era ditada pela compensação: o casal optava por interagir na língua do cônjuge imigrante como forma de compensar esse último pelo sacrifício de ter imigrado para o país hospedeiro.

E aqui, questões de poder se fazem presentes. A distribuição de poder em casais imigrantes em que um dos membros é falante nativo da língua do país hospedeiro, tende a ser assimétrica em favor desse último:

Tornar-se estrangeiro e ter que usar um código que não é o seu código nativo coloca uma pessoa em uma situação duplamente marginalizada, enquanto que ser um nativo que utiliza o código nativo posiciona a pessoa em uma posição duplamente vantajosa. O cônjuge imigrante se vê em situação desprivilegiada, já que se vê destituído de sua identidade de falante nativo (PILLER, 2000, p.6).

Como forma de compensar esse desequilíbrio de forças, casais interétnicos podem assumir o compromisso de que a língua nativa da família será a língua do cônjuge imigrante.

2.3.4 As Contribuições de Schüpbach

Schüpbach (2009), como parte de estudo sobre a relação língua e identidade de imigrantes suíços, falantes da variação alemão-suíço, na Austrália, deteve-se na análise das representações de seus sujeitos de pesquisa sobre os fatores favoráveis e desfavoráveis à promoção da aquisição e à manutenção da variedade da língua alemã (o alemão-suíço) na família. Ela entrevistou 14 participantes que representam quatro tipos de famílias: a) famílias compostas por casais endogâmicos; b) uma família composta por uma mãe solteira; c) uma família mista (*blended family*), em que uma mãe divorciada, cujo primeiro marido era suíço, se casa, após o divórcio, com um australiano e d) famílias compostas por casais exogâmicos.

O estudo em questão revelou, em primeiro lugar, que a decisão de transmitir, ou não, o alemão-suíço aos filhos e, nos casos em que a decisão fora por fazê-lo, quão bem sucedida teria sido o casal nessa tarefa, não pode ser correlacionado com **o tipo de família**. Alguns casais endogâmicos, que, em princípio, tenderiam a assumir essa empreitada e nela ser mais bem sucedidos, não o fizeram ou não conseguiram levá-la a cabo. Por outro lado, observou-se que circunstâncias aparentemente mais desfavoráveis à transmissão linguística, como, por exemplo, a da família composta apenas por uma mãe-solteira, podem ser transpostas (SCHÜPBACH, 2009, p.27).

Os resultados da pesquisa em questão corroboram, além disso, os achados de Piller (2001) e de Pauwels (2005): também entre os sujeitos da pesquisa de Schüpbach, a representação de que **o uso consistente de uma estratégia** - por exemplo, *um progenitor, uma língua* - é visto como sendo mais eficaz na transmissão da língua minoritária.

As **atitudes e crenças** dos casais investigados por Schüpbach (op. cit.) foram consideradas, pela autora, fatores cruciais na decisão de transmitir ou não a língua

minoritária, nas estratégias empregadas por aqueles que decidiram fazê-lo, bem como nos resultados obtidos. Dentre os resultados de sua pesquisa, cumpre ressaltar a importância das **circunstâncias sócio-históricas de imigração** no que se refere a políticas linguísticas familiares adotadas: casais que imigraram para a Austrália durante as décadas de 50 a 70, período mais assimilacionista na história do país, fizeram pouco ou nenhum investimento na transmissão da língua minoritária da família. A pesquisadora afirma que questões de gênero estão associadas a esses procedimentos, pois, na maioria das famílias

(...) o pai fala a língua da comunidade, enquanto que a mãe fala a língua majoritária, o inglês. Considerando que grande parte das famílias adotou papéis tradicionais – cabia, sobretudo, à mãe cuidar da criação dos filhos – é razoável supor que o casal percebesse a socialização linguística e, conseqüentemente, a transmissão linguística como ações que pertenciam ao domínio materno, em concordância com a ideologia de gênero predominante naquela época (SCHÜPBACH, 2009, p.20).

Por outro lado, os casais que imigraram posteriormente, em uma era em que a Austrália se caracterizou por uma política de maior respeito à diversidade, demonstraram **atitudes e crenças** mais positivas com relação ao bilinguismo e despenderam mais esforços para sua promoção no interior de suas famílias.

Ainda no que se refere às atitudes e crenças dos pais com relação ao bilinguismo e à transmissão da língua em questão, alguns dos sujeitos dessa pesquisa relataram que a falta de utilidade prática do alemão-suíço na Austrália, devido ao número limitado de falantes dessa língua no país e ao baixo prestígio dessa variedade da língua alemã no país de origem, pesou na decisão de não transmiti-la aos seus filhos.

Importa enfatizar, mais uma vez, que, segundo Schüpbach (2009, p.28), os casos apresentados em seu estudo demonstram que

(...) atitudes e crenças são simultaneamente muito particulares e influenciadas pelo ambiente sócio-histórico. São altamente individuais no sentido de que são forjadas por emoções e experiências prévias. Por outro lado, elas não existem em um vácuo, mas são atadas às circunstâncias e ideologias sócio-históricas e são por elas influenciadas.

Uma outra contribuição relevante de Schüpbach para a minha pesquisa foi encontrada em seu texto de 2006. Também tendo como pano de fundo o contexto da investigação acima comentada, a autora chama a atenção para o fato de que, na análise de representações sobre políticas linguísticas em contexto de imigração, o casal não deve ser considerado uma entidade monolítica. Questões de gênero, como já vimos, têm que ser consideradas em análises referentes a atitudes e práticas de transmissão linguística, muito embora os estudos que focalizam essa variável não sejam conclusivos. Apoiada em Pavlenko (2001), Schüpbach (op. cit, p.92) esclarece que, enquanto alguns estudos enfatizam o papel da mulher como guardiãs da língua de imigração, outros afirmam não ser possível associar inequivocadamente a transmissão ou não da língua minoritária à figura materna. De qualquer maneira, alerta a pesquisadora australiana, é preciso considerar separadamente a perspectiva dos pais e das mães.

2.3.5 As Contribuições de Tuominen

Tuominen (1999) observou 18 famílias em Seattle, Estados Unidos, nas quais pelo menos um dos progenitores era um imigrante oriundo de diferentes países. Os resultados da pesquisa conduzida por essa pesquisadora da Universidade de Washington sugerem a existência de dois fatores que podem influenciar os pais no que se refere a sua decisão de transmitir a língua minoritária da família, isto é, a língua do cônjuge imigrante: a) o modo como se autoidentificam e b) suas atitudes em relação à língua em questão e à

promoção do seu uso na família. A pesquisadora identifica, além disso, fatores que potencialmente contribuiriam para o sucesso ou o fracasso no processo de transmissão sustentável da língua minoritária para os filhos nesse contexto familiar: a) as estratégias utilizadas pelos pais; b) a frequência de viagens ao país onde essa língua é falada; c) o fato de as crianças serem expostas à língua minoritária da família em outros contextos que não apenas o contexto familiar; e) o grau de instrução dos pais e o nível sócio-econômico da família; f) questões de gênero e g) as características individuais das crianças. É preciso que se ressalte que Touminen (op. cit.) esclarece que, em primeiro lugar, nenhum dos fatores envolvidos na transmissão das línguas de imigrantes pode ser considerado decisivo já que eles sempre irão se relacionar uns aos outros, e, em segundo, que esses fatores tendem a mudar com o tempo, principalmente as atitudes dos pais em relação à língua e suas identificações.

2.3.6 As Contribuições de Yamamoto

Um outro estudo que julgamos importante resenhar é o de Yamamoto (2002). A pesquisadora investigou o modo como o bilinguismo é percebido e como as línguas são usadas por casais interétnicos residentes no Japão, em que um dos cônjuges era falante nativo da língua majoritária do país. Seus sujeitos de pesquisa foram divididos em dois grupos: casais cujas línguas eram o japonês o inglês e casais cujas línguas eram o japonês e uma outra língua que não o inglês. Considerando que o desenvolvimento do bilinguismo na infância é um processo influenciado pelo ambiente linguístico (quantidade e qualidade de exposição a uma dada língua; a escolha das línguas utilizadas pelos pais; a língua de instrução na escola) e por fatores socioculturais e familiares (atitudes da sociedade em relação ao bilinguismo e às línguas em questão; atitudes dos pais em

relação a suas próprias línguas e a diferença de status entre elas), Yamamoto se propôs a investigar se havia diferenças entre os dois grupos de famílias no que diz respeito a esses fatores.

As principais diferenças encontradas pela pesquisadora se referiram a) ao modo como os pais avaliavam as atitudes da sociedade majoritária em relação ao bilinguismo e b) ao modo como as línguas eram utilizadas no interior das famílias. No que tange ao primeiro item, os resultados de sua pesquisa sugerem que a depender das línguas envolvidas, a percepção das famílias acerca do **valor atribuído ao seu bilinguismo pela sociedade dominante** pode variar consideravelmente. Enquanto que a imensa maioria dos sujeitos pesquisados percebe seu bilinguismo como benéfico, no grupo dos sujeitos em que o inglês era a língua materna de um dos cônjuges a maioria percebia que a combinação japonês/inglês era vista pela população japonesa como ‘muito positivo’ ou ‘um tanto quanto positivo’, muitos dos sujeitos do grupo de língua materna outra que não o inglês afirmaram acreditar, de um modo geral, que a percepção da população japonesa da sua língua materna era “negativa”.

A autora considera importante ressaltar, assim, que alguns dos participantes relataram detectar uma relação de hierarquia entre as combinações linguísticas que compõem o quadro de bilinguismo com a língua japonesa. Um número significativo de entrevistados disse acreditar que o bilinguismo de outras combinações que não a do seu é percebido como mais valioso e acreditam que o Inglês tem um status especial no Japão e é, assim, extremamente valorizado. Por outro lado, vários afirmaram acreditar que o bilinguismo de outras combinações, especialmente com outras línguas asiáticas, não é valorizado e reflete atitudes discriminatórias do povo japonês contra esses falantes. Considerando que essas crenças influenciaram o modo como as famílias utilizaram a língua do cônjuge imigrante com seus filhos, Yamamoto (2002, p.545) conclui que **as representações do status da língua minoritária na sociedade dominante exercem**

influências na transmissão e manutenção dessas línguas: famílias bilíngues que têm no seu bojo uma língua de imigração vista como sendo de maior prestígio tendem a apresentar atitudes mais favoráveis à transmissão dessa língua do que famílias bilíngues que envolvem uma língua de imigração tida como de menor prestígio no país hospedeiro .

2.3.6 Tabela-síntese das Contribuições

Conforme explicitado no início deste capítulo, os contextos de pesquisa e objetivos contemplados por esses pesquisadores são bastante diversos. No entanto, os pontos de convergências entre as conclusões a que chegaram apontam para relevância de se considerá-los em estudos que contemplam entender as políticas linguísticas familiares, como é o caso da pesquisa aqui relatada. Portanto, trago, para melhor visualização pelo leitor, uma tabela síntese dos fatores levantados por esses pesquisadores, que considero importante para análise do *corpus* deste estudo.

TABELA-SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES

FATORES	MOTA	PAUWELS	PILLER	SCHÜPBACH	TUOMINEM	YAMAMOTO
Estratégia	×	×	×	×	×	
Artefatos/símbolos de cultura; material de apoio (TV, CDs, livros, internet, etc.)	×	×				
Presença de avós/ tios na família		×				
Visitas de parentes do CI		×			×	
Viagens ao país do CI		×			×	
Grau de proficiência na L2		×				×
<i>Background</i> plurilíngue e multicultural do casal		×				
Língua de interação do casal			×			
Tipo de constituição familiar				×		
Atitudes e crenças dos cônjuges				×	×	
Atitude da comunidade/sociedade quanto à LMCI		×		×		×
Circunstâncias sócio-históricas				×		
Questões de gênero				×	×	
Status da LMCI			×	×		×

CAPÍTULO 3

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, justifico, inicialmente, o paradigma epistemológico o qual orientou o estudo que serviu de base para esta dissertação. Em seguida, descrevo as etapas de desenvolvimento da pesquisa realizada, o contexto pesquisado, o processo de seleção dos participantes, bem como os participantes eles mesmos. Por último, explico os procedimentos e instrumentos utilizados para a geração de registros.

3.1 O PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO ADOTADO

A pesquisa descrita nesta dissertação enfocou histórias de vida a partir de uma abordagem qualitativa-interpretativista.

Para Denzin e Lincoln, o caráter qualitativo de um trabalho investigativo supõe *uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados* (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.23). Muitos são os pesquisadores (ver, por exemplo, MOITA LOPES, 2006) que defendem a relevância da investigação de natureza interpretativista em trabalhos de Linguística Aplicada. Compreender uma determinada ação social, de acordo com essa perspectiva, requer por parte do investigador o esforço por interpretar os significados que engendram essa ação (SCHWANDT, 2006).

Na pesquisa qualitativa, a realidade é encarada como uma construção social e o que se valoriza é a relação entre o próprio pesquisador e o que ele estuda. Neste sentido, cabe ao pesquisador preocupar-se com os significados atribuídos pelo sujeito à sua vida e ao mundo que o cerca. Afinal, se a realidade não pode ser objetivamente apreendida, resta ao pesquisador tentar conhecê-la pela forma como ela se apresenta, ou seja, pelas

representações construídas pelos próprios sujeitos. O pesquisador deve compreender a pesquisa como um processo em construção e considerar a voz do indivíduo investigado, na medida em que ela revela um conhecimento construído sobre sua realidade (DENZIN e LINCOLN, 2006, GONZÁLEZ REY, 2002; LÜDKE e ANDRÉ, 1986). O sujeito de pesquisa torna-se, assim, não um objeto, mas um co-participante do trabalho.

Ao tomar como referência o ponto de vista dos participantes, procura-se construir uma visão holística do fenômeno estudado, valorizando as visões globais que abarcam os aspectos históricos e culturais das formas de saber e das representações dos sujeitos da pesquisa (CHIZZOTI, 2006).

Na investigação qualitativa, o pesquisador, sempre procurando fazer mais compreensíveis os mundos da experiência que investiga, utiliza uma variedade de métodos interpretativos inter-relacionados, uma vez que um único método é incapaz de abarcar sozinho a complexidade da experiência humana. Para González Rey (op.cit.), os instrumentos a serem utilizados durante o trabalho de campo não devem ser aprioristicamente determinados, mas sim construídos juntamente com os participantes, de acordo com as necessidades e as interlocuções que aparecem ao longo do percurso. A pesquisa, assim, passa a se colocar a serviço dos sujeitos, de suas interações e dos contextos nos quais eles se encontram.

A abordagem qualitativo-interpretativista desta pesquisa justifica a escolha pela **história de vida** como instrumento metodológico. Embora a maioria dos fatores relacionados à transmissão linguística no ambiente familiar tenham sido, tradicionalmente, identificados e descritos por meio de estudos censitários de base quantitativa, entendo, na esteira do que argumenta Schüpbach (2009), que a reconstrução e a análise de histórias de vida são instrumentos valiosos nesse tipo de pesquisa por revelarem, não apenas as atitudes, as representações e os valores individuais dos sujeitos investigados, mas

também as relações sociais nas quais esses sujeitos se encontram inseridos. Segundo Pavlenko (2007, p. 164-165 apud SCHÜPBACH, op. cit., p.18), as histórias de vida

(...) fornecem ‘insights’ sobre como os indivíduos percebem os fatos acontecidos e atribuem sentidos a esses fatos. Uma vez que [as histórias de vida] têm por base fundamentalmente narrativas retrospectivas – vistas como representativas da realidade subjetiva, mais do que de verdades objetivas verificáveis – elas permitem que usemos as percepções e interpretações dos participantes [de nossas pesquisas] como um recurso para clarear as atitudes e crenças pessoais e sociais subjacentes.

O termo “história de vida” abarca múltiplas particularidades teórico-metodológicas (como biografias, autobiografias, memórias, relatos) que se propõem a descobrir *as possibilidades heurísticas das trajetórias de vida pessoais, inseridas em uma realidade histórica e social* (CHIZZOTI, op. cit., p.101). Nessa abordagem, que vem sendo utilizada por vários pesquisadores interessados em investigar políticas linguísticas que levam à transmissão de línguas maternas de imigrantes, os registros analisados são considerados *construções discursivas* (PAVLENKO, 2007, p.181), pois como afirma Schüpbach (2009, p.18),

*(...) o que os sujeitos de pesquisa relatam sobre a transmissão linguística intergeracional, o modo como esses relatos são feitos e avaliados e os motivos que eles dão para o que fizeram (ou não fizeram) **são o centro do interesse e não necessariamente o que aconteceu de fato*** (grifo meu).

O uso de histórias de vida é feito por diversas disciplinas, como a antropologia, a história social, a psicologia social e a educação. Afirmar Bertaux:

*Histórias de vida são relatos de práticas sociais do tipo “objetivo” ou socioestruturais, quando privilegiam as formas materiais de vida, relações de trabalho e classe etc., ou do tipo “subjetivo” ou sociosimbólicos quando **revelam atitudes, representações e valores individuais que refletem as relações sociais*** (grifo meu) (BERTAUX, 1997, apud CHIZZOTTI, op. cit., p.102).

Entre as diversas formas de se utilizar o método biográfico, ganha destaque a entrevista. Lüdke e André afirmam que a entrevista é um dos instrumentos chave das pesquisas qualitativas por proporcionar, quando bem utilizada, *uma atmosfera de influência recíproca* entre pesquisador e pesquisado, ganhando vida no diálogo entre as duas partes (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.23-24).

Neste trabalho, optei por fazer uso da **entrevista semiestruturada**, um instrumento que rejeita perguntas rigidamente pré-formuladas e que convida o sujeito entrevistado para um diálogo. Valoriza-se, deste modo, a reflexão, os questionamentos e os comentários surgidos ao longo do processo dialógico. Esse tipo de entrevista, volto a ressaltar, possibilita ao pesquisador construir uma relação com os participantes da pesquisa, que passam a ter papel ativo no trabalho de investigação, na medida em que são convidados não apenas a falar, mas também a refletir sobre suas experiências sociais e culturais.

3.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

O estudo aqui relatado foi desenvolvido em três etapas.

Na primeira etapa, realizou-se o levantamento do arcabouço teórico que dá suporte ao trabalho, com destaque para a leitura de parte da literatura existente sobre representações e identidades linguístico-culturais (HALL, 1996 e 1997; BAUMAN, 2005; RAMPTON, 1995; MOTA, 2007 e 2008 e JACKSON, 2009) e sobre bilinguismo (GROSJEAN, 1982; ROMAINE, 1989; MELLO, 1999; MAHER, 2007b) e políticas familiares em lares interétnicos (MOTA, 2004; PAUWELS, 2005; PILLER, 2000 e 2001; SCHÜPBACH, 2006 e 2009, TOUMINEN, 1999 e YAMAMOTO, 2002).

Em um segundo momento, foram definidos o contexto da pesquisa e os sujeitos que participariam da mesma. Durante o trabalho de campo, procurou-se investigar pistas discursivas que nos indicassem as representações desses sujeitos acerca das políticas

referentes à transmissão, ou não, da língua minoritária da família, das atitudes com relação ao seu repertório verbal e às línguas de seu cônjuge, bem como as representações referentes às identidades culturais do casal.

Na terceira etapa, iniciou-se o trabalho de análise e discussão dos registros gerados durante a segunda fase do trabalho.

3.3 O CONTEXTO E OS PARTICIPANTES

Os registros da pesquisa em pauta foram gerados em Campinas – SP, entre novembro de 2007 e novembro de 2008.

Foram entrevistados 07 progenitores bilíngues que, à época da geração dos dados, eram ou haviam sido casados com falantes de outras línguas que não as suas próprias línguas maternas. Todos os sujeitos da pesquisa tinham em comum o fato de serem parte de casamentos exogâmicos. Chamamos, aqui, de casamentos exogâmicos os matrimônios interétnicos que geraram filhos criados em lares bilíngues e multiculturais.

Separadamente, entrevistei os dois membros de dois casais (Pilar/Luís e Alejandra/Jair).²⁸ O desenho de pesquisa inicial contemplava a entrevista de um terceiro casal (Rajat/Márcia). No entanto, por motivos alheios a nossa vontade, foi possível entrevistar apenas um dos membros (Rajat) desse casal. Os demais sujeitos de pesquisa entrevistados (Bertha e Gustavo) estavam, à época, separados de seus cônjuges.

Importa esclarecer que os participantes da pesquisa pertenciam à classe social média alta, tinham nível educacional superior com pós-graduação, estavam na faixa etária de 30-70 anos e residiam no Brasil há mais de 10 anos.

Nos quadros que seguem, sistematizo as informações anteriormente fornecidas.

²⁸ Todos os nomes dos participantes da pesquisa em questão são fictícios, de modo a garantir o seu anonimato.

ENTREVISTAS REALIZADAS COM CASAIS			
	NOME	NACIONALIDADE / TEMPO NO PAÍS	ESTADO CIVIL
(1)	PILAR	chilena / 25 anos	casada
	LUÍS	brasileiro	casado
(2)	ALEJANDRA	venezuelana / 11 anos	casada
	JAIR	brasileiro	casado

ENTREVISTAS REALIZADAS COM APENAS UM DOS CÔNJUGES			
	NOME	NACIONALIDADE / TEMPO NO PAÍS	ESTADO CIVIL
(1)	BERTHA	austríaca / 10 anos	separada (ex-marido: brasileiro)
(2)	GUSTAVO	brasileiro	separado (ex-esposa: holandesa)
(3)	RAJAT	indiano / 35 anos	casado (esposa: brasileira)

Incluo, a seguir, uma breve descrição dos participantes da pesquisa e da composição de suas famílias no momento das entrevistas:

BERTHA

Bertha, uma austríaca de 40 anos, residia no Brasil havia 10 anos quando foi entrevistada. Ela conheceu João, seu ex-marido brasileiro, no país. O casal, quando Bertha foi entrevistada, estava separado havia 2 anos. Bertha e João tiveram 2 filhos: um menino de 7 anos e uma menina de 2 anos. No momento da entrevista, Bertha estava de mudança de volta para a Áustria, com os filhos.

GUSTAVO

Gustavo, um brasileiro de 44 anos, foi casado com Betje, uma holandesa que conheceu no Brasil e com quem viveu no país por 11 anos, antes de se mudarem para a Holanda. O casal se separou 2 anos e meio após chegarem àquele país. Ele permaneceu na Holanda por mais 5 anos e meio, e, à época da entrevista, estava de volta ao Brasil havia 1 ano. As duas filhas do casal tinham, então, 17 e 14 anos.

RAJAT

Rajat é um indiano que, quando entrevistado, tinha 68 anos e residia no Brasil havia 35 anos. É casado com Márcia, uma brasileira que conheceu quando estava no país havia 1 ano e com quem se casou logo depois. O casal tem um filho que, no momento da entrevista, tinha 33 anos. Rajat tem também uma enteada, filha do primeiro casamento de Márcia (38 anos, à época).

PILAR E LUÍS

Pilar e Luís se conheceram no Chile onde viveram por 2 anos e 6 meses antes de se mudarem para o Brasil. Pilar é chilena e, no momento da entrevista, tinha 49 anos. Luís, então com 54 anos, é brasileiro. O casal, que morava no Brasil havia 25 anos, tem três filhos, cujas idades eram, à época, 21, 24 e 26 anos.

ALEJANDRA E JAIR

O casal se conheceu na Venezuela. Jair, 43 anos, é um brasileiro que havia residido naquele país por um período de 3 anos, período ao final do qual conheceu Alejandra, com quem se casou. Alejandra é venezuelana e, quando entrevistada, tinha 33 anos. O casal, que tem uma filha, então com 3 anos, estava residindo no Brasil havia 11 anos.

2.4 OS PROCEDIMENTOS DE GERAÇÃO DE REGISTROS

Conforme dito anteriormente, optei por gerar nossos registros por meio de questionários semiestruturados (perguntas semiabertas exploratórias), que permitem ao pesquisador ter a flexibilidade para fazer as adaptações que se fizerem necessárias durante as entrevistas. A entrevista semiestruturada constitui-se em uma das principais técnicas de geração de registros nas ciências sociais. Entre as principais vantagens desse instrumento estão seu caráter interativo e a possibilidade de captação imediata e corrente da informação desejada, o que pode permitir possíveis correções, esclarecimentos e adaptações (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.53).

Ciente das exigências e dos cuidados éticos que devem cercar qualquer tipo de entrevista, elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelos participantes (ver Anexo I). Nesse termo, constavam informações sobre a pesquisa em questão (seus objetivos e seu caráter sigiloso) e esclarecimentos sobre sua realização (data, local, gravação das entrevistas). Os entrevistados também foram informados sobre o direito de conhecer, caso o desejassem, os resultados finais do trabalho.

Algumas entrevistas foram realizadas na residência ou local de trabalho do participante, outras, na residência do pesquisador, conforme maior conveniência para o entrevistado. As conversas foram gravadas em um dispositivo digital MP3, o que

contribuiu para deixar os entrevistados mais à vontade, uma vez que esse é um aparato pequeno e discreto.

As entrevistas foram guiadas por perguntas previamente elaboradas que funcionaram como um roteiro durante as entrevistas (ver Anexo II). Nesse roteiro, os temas foram agrupados em blocos, de forma a nortear o pesquisador no processo de obtenção das informações desejadas, permitindo-lhe aprofundar-se gradativamente nos assuntos e garantindo o encadeamento das questões focalizadas.

TEMAS FOCALIZADOS NAS ENTREVISTAS	
BLOCO 1	Aquecimento
BLOCO 2	Informações sobre o entrevistado
BLOCO 3	Informações sobre o (ex)cônjuge
BLOCO 4	Informações sobre os filhos
BLOCO 5	Informações sobre outros familiares
BLOCO 6	Política linguística familiar
BLOCO 7	Fechamento

Conforme orientam Lüdke e André (op. cit.), o roteiro utilizado nas entrevistas semi-estruturadas tentou obedecer a um encadeamento lógico, partindo de assuntos mais simples para os mais complexos.

Por fim, as entrevistas foram posteriormente roteirizadas e transcritas, de modo a facilitar a sua revisitação durante a análise dos dados. Na transcrição dos registros, observou-se o que segue:

CONVENÇÕES UTILIZADAS NAS TRANSCRIÇÕES DOS REGISTROS	
...	pausa de mais de 02 segundos
(...)	supressão de trecho da fala
((INC))	trecho incompreensível
/	corte sintático
[xxx]	explicação fornecida pelo pesquisador
MAIÚSCULAS	entoação enfática
P.	pesquisadora

CAPÍTULO 4

A ANÁLISE DOS REGISTROS

Neste capítulo, procedo à análise dos dados gerados para o estudo que serviu de base para esta dissertação, tendo em mente as perguntas e subperguntas de pesquisa explicitadas no capítulo 1, quais sejam:

1. As políticas linguísticas adotadas pelas famílias dos sujeitos de pesquisa, considerando as representações dos progenitores entrevistados, se configuram como políticas favoráveis à transmissão das línguas minoritárias nas famílias ou não?

2. Que fatores, ainda segundo essas representações, podem explicar a implementação de tais políticas?

a) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca do bi/multilinguismo contribuem para determinar as políticas familiares observadas?

b) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca das línguas de seu próprio repertório verbal (suas identidades linguísticas) e das línguas do repertório verbal de seus (ex)cônjuges se configuram como fatores intervenientes significativos na determinação das políticas familiares adotadas?

c) De que modo as representações dos sujeitos de pesquisa acerca de suas próprias identidades culturais e das identidades culturais de seus (ex)cônjuges se constituem em fatores significativos no estabelecimento dessas mesmas políticas?

A análise dos dados está organizada em 07 seções. Nessas seções, exponho o levantamento acerca da política linguística da família dos 07 entrevistados e dos fatores que presumidamente levaram, ou não, à transmissão da **Língua Materna do Cônjuge Imigrante** (doravante **LMCI**) na sua família.

Com intuito de orientar o leitor, adianto que a análise prévia desses discursos revelou que

- 02 famílias, cujos filhos são crianças, estavam, à época das entrevistas, transmitindo a LMCI aos filhos (Bertha/João e Alejandra/Jair);
- 01 família, com filhos também já adultos, transmitiu apenas uma das LMCI aos filhos (Rajat/Márcia)²⁹ e
- 02 família, com filhos também já adultos, não transmitiu a LMCI aos filhos (Gustavo/Betje e Pilar/Luís).

No quadro abaixo, sintetizo a análise das percepções dos entrevistados acerca das políticas linguísticas adotadas por suas famílias em relação a seus filhos:

	A LMCI estava sendo transmitida aos filhos	<u>Uma</u> LMCI foi transmitida aos filhos	A LMCI <u>não</u> foi transmitida aos filhos
BERTHA/JOÃO	X		
GUSTAVO/ BETJE			X
RAJAT/MARCIA		X	
PILAR/LUÍS			X
ALEJANDRA/JAIR	X		

²⁹ O fato de Rajat possuir duas “línguas maternas” será discutido nas seções 4.3 e 4.4.

Nessas seções, procuro analisar, sempre que relevante, as **representações de cada um dos entrevistados** sobre:

- suas experiências linguísticas e culturais antes de constituírem suas próprias famílias: **(a)** a(s) língua(s) falada(s) por eles mesmos, por seus pais e outros familiares na infância; a(s) língua(s) que aprenderam no seu processo de escolarização e **(b)** viagens ou outro(s) tipos de experiência(s) com cultura(s) diferente(s) da sua;
- o processo de constituição de suas famílias, processos esses ocorridos, em alguns casos, antes da imigração para o Brasil e, em outros, quando o casal já se encontrava em nosso país;
- as escolhas referente à(s) língua(s) adotadas nas interações familiares;
- as atitudes (dos próprios cônjuges, de seus filhos, de parentes, de amigos, etc.) em relação as línguas em jogo na família e ao bi/multilinguismo;
- as atitudes (dos próprios cônjuges, de seus filhos, de parentes, de amigos, etc.) em relação às culturas do país hospedeiro e do país de origem;
- outros fatores que determinaram a transmissão, ou não, da LMCI.

Isso posto, passemos, então, à análise dos dados.

4.1 A Perspectiva de Bertha

A fim de compreender a perspectiva de Bertha sobre a política linguística que teria sido adotada em sua família, inicio destacando o perfil multilingue e multicultural da entrevistada atestado no excerto abaixo:

Eu fui filha de dois austríacos, mas eu nasci na Bélgica. Morei até os três anos lá, então até os três anos falei três línguas: alemão, a língua dos meus pais, flamengo a língua da minha babá, e francês, a língua do ambiente (...). Aí a gente voltou pra Áustria e aí meus pais só falavam

alemão comigo, eu perdi completamente o, o francês e o flamengo. Mas meus pais falam várias línguas, então sempre tinha gente de outros países... eu via meus pais falando inglês, francês, italiano. Meus avós são italianos, então falar várias línguas pra mim é o normal. Agora, em casa, a gente falava alemão (...) aprender outras línguas, acho que é uma coisa/eu sempre senti isso como um enriquecimento muito grande (...) é uma coisa gostosa falar duas línguas (...) sempre vai fazer bem, nem que seja só pela consciência de diferenças culturais, linguísticas, de aprender outras línguas...

Quero crer ser possível atribuir a política linguística de transmissão da LMCI adotada pela família de Bertha, pelo menos em parte, à sua percepção, nitidamente positiva, acerca do rico ambiente sociolingüístico em que cresceu e das várias línguas que configuram (ou configuraram) seu repertório linguístico, fortemente favorável a promoção do multilinguismo. É importante lembrar que progenitores que tiveram contato com ambientes bilíngues ou foram criados em famílias bi ou multilíngües antes da imigração têm, segundo Pauwels (2005), não apenas uma melhor compreensão dessas situações, mas também expectativas mais realistas e melhores estratégias para a transmissão da Língua Materna do Cônjuge Imigrante (LMCI). De fato, a transmissão da língua materna de Bertha estava, à época da entrevista, em franco progresso - ela interagia com os filhos, primordialmente, em alemão, enquanto o ex-marido falava com as crianças, praticamente, apenas em português, caracterizando, assim, o uso da estratégia “um progenitor - uma língua”. Bertha tinha claro o desejo de transmitir sua língua materna para o filho, embora a realização desse desejo exigisse dela certo esforço, conforme observamos no trecho transcrito a seguir:

(...) eu queria falar/ que ele falava alemão também, né?... Então, no início, foi super estranho pra mim falar alemão de novo, porque eu não falava aqui (...) Aí eu me esforcei, me acostumei e fui falando só alemão com a criança.

Assim, percebe-se a força motora que impulsiona o bilinguismo do menino advém do esforço deliberado da mãe para transmitir a ele a LMCI, o que parece ter sido motivado, não apenas pela atitude francamente favorável de Bertha em relação ao multilinguismo em si, mas também pelo prestígio internacional que, de sua perspectiva, o seu país hospedeiro atribui à sua língua materna:

Aqui no Brasil [o bilinguismo] com português-alemão, não [é visto negativamente], pelo contrário, né? As crianças se sentem especiais, desperta curiosidade...

Os dados aqui analisados, portanto, corroboram o que afirma Yamamoto (2002): as representações do *status* da língua minoritária na sociedade dominante exercem influências na decisão acerca da transmissão e manutenção, ou não, da LMCI.

Para os interesses da análise aqui desenvolvida, é relevante destacar, ainda, que Bertha atribui o sucesso da transmissão da LMCI para seus filhos a um conjunto de outros fatores coadjuvantes. Observemos o trecho abaixo destacado da entrevista:

(...) ele [o filho] fala bem porque ele passou um tempo lá e porque os meus pais também vêm [para o Brasil]. Se fosse só por mim, ele não teria aprendido alemão tão bem... porque depois de um tempo ele sabia que eu entendia português também, então ele só respondia em português, aí eu fazia de conta que não entendia até ele falar em alemão. Mas ele só melhora... mas ele só melhora/sempe melhorava bastante nos dois três meses que a gente passava na [Áustria]... e agora que a gente passou cinco meses, então ele aprendeu bem, né?

Segundo Tuominen (1999), ainda que não se possa considerar como fatores decisivos no processo de transmissão sustentável da LMCI para os filhos, a frequência de viagens ao país onde a LMCI é falada e o fato de as crianças serem expostas a essa

língua em outros contextos que não apenas o contexto familiar contribuem para o sucesso ou o fracasso desse empreendimento. Além disso, observe-se outro fator mencionado pela entrevistada (*porque os meus pais também vêm [ao Brasil]*), o qual corrobora os achados também de Pauwels (2005) e Mota (2004): para ambas as autoras a preservação de laços com familiares (avós, tios, etc.) que não dominam a língua majoritária do país de imigração cria situações favoráveis para o desenvolvimento do bilinguismo nas crianças. É relevante também apontar que Bertha lança mão, além disso, de outros recursos (*eu trazia filmes de lá em alemão, ou CD ou livros, ou tal...*) para ajudá-la nesse empreendimento.³⁰

Há que se considerar, além disso, o fato de que, no discurso de Bertha, a atitude de João, seu ex-marido, com relação a LMCI, aparece como sendo positiva, como atestam os excertos abaixo:

(...) aí medida em que a gente foi ficando junto e tal, teve filho, ele tinha mais interesse em aprender. (...) ele queria aprender a língua que os filhos dele falam, porque eu falava alemão com eles em casa, então ele não queria ficar por fora, ele tinha uma vontade de aprender [o alemão].

(...) ele fala razoavelmente bem alemão (...) ele fala, hoje, português com as crianças, mas ele fala/sabe alemão...

A disponibilidade do pai de seus filhos para aprender a língua alemã pode ter se constituído em um fator contributivo de peso no que se refere à própria disposição de Bertha para transmitir a LMCI aos filhos do casal: tivesse ele demonstrado uma atitude hostil em

³⁰ É importante chamar a atenção para o fato de que é a condição financeiramente confortável da família Bertha/João que possibilitou que investimentos, tanto no que se refere à compra de materiais (livros, filmes, materiais de áudio, jogos), quanto às viagens ao país natal de Bertha, fossem feitos, favorecendo, segundo Pauwels (2005), a transmissão da LMCI aos filhos do casal. Em contextos em que a imigração ocorre em situação de precariedade financeira tais investimentos seriam, certamente, muito mais difíceis de serem feitos.

relação ao alemão, essa imigrante austríaca teria, muito provavelmente, tido mais dificuldade em eleger sua língua materna como língua de interação com seus filhos (TUOMINEM, 1999).

Quando se considera que, segundo Piller (2000), a língua com maior probabilidade de ser repassada aos filhos é determinada pelo hábito interacional inicialmente instalado entre os cônjuges e que, no caso da família em questão, a língua portuguesa era a língua de interação “natural” entre o casal (***Com meu marido nunca falei alemão, a gente tentou algumas vezes, mas num deu muito certo, não... a nossa língua era o português...***), fica mais evidente a relevância da decisão de Bertha de interagir em alemão com os seus filhos se é que o que se desejava é que eles se tornassem bilíngues: a aquisição do português estava assegurada, não apenas pela exposição que as crianças teriam a essa língua no ambiente externo à família, mas também no próprio contexto familiar.

Como vimos, a avaliação positiva que Bertha faz de seu multilinguismo e de sua língua materna, a sua representação do *status* do alemão no Brasil, somados à atitude positiva de seu ex-cônjuge em relação à língua alemã e à utilização de estratégias eficientes, segundo os autores em que me sustento, entre eles, Piller (2000), Pauwels (2005) e Mota (2004a), criam condições favoráveis à transmissão da língua minoritária na família, e, com efeito, coloca, essa família no rol daquelas que, muito provavelmente, serão bem sucedidas em manter o bilinguismo de seus filhos. Contribui para essa hipótese, também a atitude positiva que Bertha demonstrou ter com relação à língua portuguesa. Essa atitude, como nos ensina Tuominem (1999) pode se constituir em forte aliada no seu propósito de continuar mantendo o uso dessa língua no lar, mesmo após o retorno dela com os filhos para a Áustria, conforme se pode ver no trecho da entrevista destacado a seguir:

Hoje eu falo mais português [com os filhos] porque agora a gente tá voltando/eu e as crianças, a gente vai voltar pra Áustria, então lá eu quero continuar falando português com eles. Pra mim não faz diferença, eu me sinto em casa em português... Obviamente que não falo perfeitamente, mas não tem essa coisa de ser uma língua estrangeira. (...) Eu quero reforçar isso [o fato de as crianças continuarem a falar português] (...) Pra mim é bom também manter o português, então eu vou me esforçar... Eu acho que tem muitos brasileiros morando em Viena, então eu vou procurar contato com eles.

Note-se que a atitude de Bertha com relação à língua portuguesa (*eu me sinto em casa em português*) não foi afetada pelo término de sua relação conjugal: ela continua, mesmo após a separação, tendo uma relação bastante positiva com a língua materna do ex-marido. Sua relação claramente positiva com o português pode ser atestada, também, pelo fato de que, embora tivesse escolhido, enquanto fora casada, o alemão como língua de interação com os filhos, Bertha, respondendo à minha indagação sobre como se via falando uma outra língua que não a sua língua materna com as crianças, afirma fazer uso do português quando deseja expressar afeto:

Essas palavras de carinho eu falo [para as crianças] em português, porque alemão num tem... Parece mais, mais claro português, alemão num tem, num tem... (...) essas coisinhas de carinho infantil, sempre falo mais em português, né?... "meu gostosinho"... essas coisas num tem em alemão...³¹

Essa mesma fala revela, além disso, uma concepção do comportamento do sujeito bilinguismo não idealizada – ela faz aqui, com naturalidade, menção à mudança de código (*code-switching*) em sua prática comunicativa. Além disso, há que se considerar que ela não parece tomar o “falante nativo” como modelo de proficiência ideal em contexto de bilinguismo (*me sinto em casa em português... Obviamente que não falo*

³¹ Observe-se que Bertha parece reservar a uma outra língua de seu repertório verbal, que não a sua própria língua materna, a função de expressar emotividade em suas interações com os filhos, um comportamento, segundo Pavlenko (2004, apud Schüpbach, 2006, p. 91-92), frequentemente encontrado em pais bilíngues.

perfeitamente, mas não tem essa coisa de ser uma língua estrangeira). Essa perspectiva realista do que implica “ser bilíngue”, nunca é demais lembrar, é um fator muito favorável à implementação do bilinguismo no âmbito familiar em contexto de imigração, já que, segundo Pauwels (2005), ela possibilita a definição e a utilização de estratégias mais eficientes de transmissão da LMCI: concepções equivocadas de bilinguismo, bem como do processo de aquisição da língua de imigração (MOTA, 2004a), tendem, é importante enfatizar, a promover o estabelecimento de estratégias contraprodutivas.

Os dados gerados durante a entrevista com Bertha, a imigrante austríaca, sugerem, fortemente, estarmos diante de um contexto familiar amplamente favorável à criação de filhos bilíngues português-alemão, mesmo após a dissolução do matrimônio dos progenitores em questão. O retorno da mãe e dos filhos à Áustria não parece, quando se considera as representações discursivamente construídas pela primeira, ser um impedimento a manutenção desse bilinguismo, já que ela parece estar atenta às estratégias que possibilitarão a sua continuidade:

(...) Pra mim é bom também manter o português, então eu vou me esforçar... eu acho que tem muitos brasileiros morando em Viena, então eu vou procurar contato com eles.

(...) eu trazia filmes de lá em alemão, ou CD ou livros, ou tal... agora [que vou voltar para a Áustria], eu pretendo fazer o contrário.

Na base dessa probabilidade estão, sem dúvida alguma, a atitude positiva da mãe frente ao multilinguismo.

4.2 A Perspectiva de Gustavo

Para começar a entender a perspectiva de Gustavo sobre a política linguística adotada na sua família, é preciso destacar que ele, monolíngue em português, com

noções básicas de inglês aprendido na escola, não tinha nenhuma vivência prévia em ambientes multilíngües ou multiculturais quando conheceu Betje.³² Até o momento de sua imigração para a Holanda, país de origem de sua ex-esposa, 16 anos depois de terem se conhecido, o perfil lingüístico da família era monolíngue em português:

(...) apesar de ela [Betje] de ser holandesa, deu uma esquecida da cultura dela e... e... absorveu TOTALMENTE o lado brasileiro, e acabou não dando muita atenção com relação a ensinar a língua dela pras crianças, até pelo fato dos pais falarem português, a irmã falar português, e/ela achava que inglês seria mais importante no futuro do que holandês... Ela falava o português assim, razoável, até, mas ela ficou totalmente sozinha no Brasil... e numa faculdade no interior de Minas, que também poucas pessoas falavam inglês, então ela, praticamente, ela passou por uma lavagem cerebral com relação à língua, ficou totalmente isolada, só no meio de brasileiros e ela, no fundo, realmente resolveu assumir esse lado: "Tou no Brasil, sou brasileira" e acabou. É tanto que ela fala português fluente...

Diferentemente de Bertha, Betje, o cônjuge imigrante nessa família nos primeiros 16 anos do casamento, não julgou, da perspectiva do marido brasileiro, útil ou importante transmitir sua língua materna para as filhas. O fato de que os pais e a irmã de Betje falavam português, de ela não ter um grau de lealdade étnica acentuado (*Tou no Brasil, sou brasileira*) e de ter um alto nível de proficiência na língua majoritária do país hospedeiro (*É tanto que ela fala português fluente*) contribuiu para construir um cenário familiar não favorável à transmissão da LMCI. O monolinguismo familiar, no entanto, é desafiado por um fato novo: um novo movimento migratório. Vejamos:

E isso foi/criamos nossos filhos dessa maneira [monolíngues em português], até 2000. Em 2000, quando a gente resolveu ir pra Holanda, daí começou a surgir realmente a preocupação de ser/de acabar sendo

³² O pai de Betje é um executivo holandês, de carreira internacional. Quando ela tinha dois anos, a família imigrou para a Suíça e, posteriormente, para a Inglaterra. Betje chegou ao Brasil com 10 anos de idade, quando o pai assinou um contrato de trabalho por 10 anos e a família veio residir na cidade de São Paulo. Ao final desse período, pai, mãe e irmã retornaram para a Holanda e Betje, já cursando faculdade no interior de Minas Gerais, resolveu ficar no Brasil.

uma convivência bilíngue em casa porque tanto eu quanto as crianças precisávamos aprender holandês...

Nesse ponto, Gustavo passa a enfrentar a necessidade, não apenas de adquirir a língua da esposa, que até então havia sido o cônjuge imigrante no Brasil – holandês – , como também de manter a sua língua materna que, de majoritária, passa a ser a língua minoritária na família. A análise dos trechos da entrevista em que Gustavo deixa entrever suas representações acerca desse período revelam sofrimento e desconforto:

EU fui muito resistente de início porque eu tive uma certa depressão e o tempo todo tendo que aprender holandês e chegava em casa num tinha a MÍNIMA disposição pra/de tentar falar holandês, queria falar a MINHA língua, dizer o que eu sentia na MINHA língua e assim foi durante um bom tempo (...) a partir do momento que eu comecei a aprender melhor holandês e as crianças também começaram, ai começou até a haver, de vez em quando, realmente, conversas metade em holandês, metade em português (...) MUITOS da família dela tavam dizendo que a gente deveria falar só holandês em casa, não ter mais o bilinguismo; isso seria bom pra mim e para as crianças... Mas foi uma situação difícil, né? Só quem é estrangeiro num país estranho é que vai entender isso... você chegar em casa e você tá com sua família e você quer falar a sua língua... Houve influência da família sim, é tanto que ela [Betje] passou a falar só holandês com as crianças até influenciada pela família (...) eu só achava que EU não precisava partir pra isso.

O trecho acima revela as inúmeras ameaças percebidas por Gustavo à sua identidade linguístico-cultural. Havia, por um lado a pressão de familiares de Betje para que se deixasse de lado o seu idioma materno (*MUITOS da família dela tavam dizendo que a gente deveria falar só holandês em casa, não ter mais o bilinguismo; isso seria bom pra mim e para as crianças...*) E, por outro, a disposição de sua esposa de assim proceder (*[Betje] passou a falar só holandês com as crianças até influenciada pela*

família). Não se pode perder de vista, afinal, que, enquanto no Brasil, Betje decidira, do ponto de vista do marido, assumir uma *identidade brasileira (Tou no Brasil, sou brasileira)* – era de se esperar, portanto, que ela tivesse a expectativa que ele fosse ter o mesmo tipo de comportamento na Holanda, algo que Gustavo, aparentemente, não estava disposto a fazer (*eu só achava que EU não precisava partir pra isso*). O trecho abaixo reforça a validade dessa interpretação:

Entre eu e ela ainda... você pode dizer que isso [manter o português como língua de interação entre o casal] foi (...) assim uma situação meio dominante, ou alguma coisa assim, mas eu ainda me recusava a falar outra língua com ela em casa (...) porque a gente se conheceu em/falando português então era muito estranho de repente entre nós tá fal/Eu não fui pra Holanda assim de total, livre e espontânea vontade (...) Isso aí foi uma opção feita porque ela era de LÁ.

Na base da decisão de Gustavo de não permitir que Betje impusesse sua língua materna como a nova língua de interação do casal estava, como ele mesmo parece admitir, uma disputa por poder entre o casal, já que, como insiste Piller (2000), as pessoas que podem interagir utilizando suas línguas maternas estão em situação de mais poder: o uso da segunda língua, sempre coloca o falante em uma situação de maior vulnerabilidade. É preciso considerar, além disso, como essa mesma autora postula, que, na base da exigência de Gustavo, estivesse também o desejo de evitar o sentimento de estranhamento, de não conexão com a esposa como consequência da substituição da língua de interação entre o casal. Interessa ressaltar, ainda, que a exigência de Gustavo, a julgar por sua queixa de que sua imigração da família para a Holanda não aconteceu por sua livre e espontânea vontade, pode ter sido fundamentada também pelo desejo de que ele fosse, de alguma, compensado pelo sacrifício que fizera por ter aceitado imigrar para o país de origem de Betje. De qualquer maneira, não é possível ignorar que a

escolha da língua de interação entre cônjuges exogâmicos não é uma questão banal e deve ser avaliada cuidadosamente por casais que têm a intenção de cultivar o bilinguismo na família, uma vez que, como argumenta Jackson (2009, p.4) o uso de uma língua tem que ser vista como um *'ato de identidade'*.

Se no início a relação de Gustavo com o holandês se constituiu em fonte de tensão entre marcar o espaço da sua identidade de pai e marido na dinâmica familiar, até o momento da segunda imigração familiar construída exclusivamente em português, depois de todo o processo de aquisição da nova língua, da separação do casal, e de seu retorno ao Brasil, pode-se perceber um “balanço”, um “acerto de contas” com a experiência de tornar-se bilíngue e da sua atitude com relação ao holandês:

(...) A minha relação com o fato de eu ser bilíngue hoje em dia é praticamente só na família... no meu contato familiar é que eu mantenho isso, de certa maneira aprendi a gostar, e eu acho interessante assim pra manter o contato (...) a única coisa é que, aqui no Brasil, praticamente num tem utilidade... Me sinto em casa quando chego lá [na Holanda], me sinto numa situação confortável na hora que eu chego lá... de conseguir me comunicar com as pessoas e expressar o que eu quero na língua deles e você também tem outra receptividade das pessoas (...) Não sou um estrangeiro que chega lá e, assim, vai obrigá-los a se esforçar pra entender... Sou um estrangeiro que fala a língua deles, então você é mais bem aceito... nesse sentido (...) de qualquer maneira eu to falando a língua que faz parte da cultura das minhas filhas (...) Eu não acho que foi nada um sacrifício, nada sem sentido. Só profissionalmente isso num ajuda muito (...) muitas empresas lá a língua oficial, dentro da Holanda, a língua oficial é inglês, pisou lá dentro é só inglês... Pra mim, aprender holandês foi útil porque eu vivia lá, mas em termos profissionais inglês teria sido mais útil. (...) Se eu tivesse que escolher ter imigrado pra algum país, assim, eu teria ido pros Estados Unidos ou pra Austrália, num iria pra Holanda... Isso aí foi uma opção feita porque ela era de LÁ.

Se por um lado Gustavo sinaliza uma atitude positiva com relação ao holandês, por outro, ele percebe essa língua sem utilidade fora do ambiente familiar, apontando, dessa forma, para uma relação ambígua com esse idioma. No entanto, releva evidenciar-se o valor afetivo a ela atribuído dentro desse contexto e com relação à possibilidade de, através da aquisição dessa língua, compartilhar de parte da cultura das filhas. É curioso observar, também, a forma como ele parece perceber e atribuir valor também social a essa língua, quando na Holanda como estrangeiro. Pode-se supor, com base em seu discurso, que Gustavo percebe o valor das línguas na relação de poder entre nativos e estrangeiros, e dessa forma, vê o valor positivo de poder se proteger da discriminação. Observa Mota (2007, p.157), com relação à fluidez das identidades a partir dos significados produzidos pelas representações, que, em favor de assegurar um interesse maior, ao assumir uma outra identidade, *o sujeito garante sua posição através do "controle" da ação do outro e marca sua presença, sinalizando o grau de poder diante do outro em um jogo de negociação de identidade.* Dessa forma, quero poder crer que a experiência de Gustavo como imigrante e a aquisição de uma segunda língua, a língua oficial do país hospedeiro, descortinaram para Gustavo o caráter cambiante e fluido das identidades, que permite a negociação entre elas. Em seu caso, sua identidade linguística híbrida e móvel configurando-se como garantia da expressão de sua visão de mundo e de si mesmo na língua do outro, ao mesmo tempo em que assegura sua aceitação no território estrangeiro, o permite demarcar sua diferenciação entre os estrangeiros que não conseguem fazer o mesmo e são, por isso, estigmatizados.

A forte identificação que Gustavo mantém com sua língua materna se reflete no desejo de que suas filhas mantenham essa língua mesmo após a separação dos pais e à volta de Gustavo ao Brasil e é, muito provavelmente, o que o motiva a continuar despendendo esforços nessa direção, principalmente, dado ao contexto que ele parece

perceber como de “alto risco de perda”, conforme ele descreve no excerto de seu discurso, transcrito abaixo:

Que eu saiba praticamente não é falado mais português [na família] ... porque a Betje tá casada de novo, com holandês, e ele num fala português... então cria, assim, uma situação estranha... A Betje NÃO é brasileira, então não tem necessidade mais de querer ficar mantendo a língua com as crianças. E EU converso só em português com as crianças, não falo mais a não ser em situações/a mais nova encontra dificuldade... tem o vocabulário muito restrito, aí, então, eu peço: fale em holandês que eu te passo o que você deveria tá falando em português... Então, ainda procuro falar português com ela o máximo possível pra ela não perder isso aí, porque pra ela de qualquer maneira, vai ser um diferencial pra ela no futuro porque na Europa inglês é normal, alemão, mas português, espanhol, poucas pessoas falam.

Os dados gerados durante a entrevista com Gustavo apontam para a importância das identidades linguísticas dos cônjuges na decisão de transmitir, ou não, a LMCI para os filhos. Betje não despendeu esforços para transmitir a sua língua materna enquanto imigrante holandesa no Brasil, ao passo que Gustavo, porque, apresentando, aparentemente, um maior grau de lealdade étnica e linguística do que a ex-esposa, insistiu na manutenção do bilinguismo de suas filhas depois de sua imigração à Holanda.

4.3 A Perspectiva de Rajat

Para começar a entender como Rajat percebe a política linguística presumidamente adotada em sua família, observe-se o que ele afirmou no trecho, abaixo destacado, da entrevista com ele realizada:

Então, a minha língua mãe é malaialam... Malaialam eu aprendi em casa, como criança, e depois inglês, e depois hindi. São três línguas com que eu cresci...

É importante esclarecer que a República da Índia não tem uma língua nacional. O hindi, língua materna de cerca de 20% da população, é, de acordo com a constituição do país, a língua oficial da União. O inglês, introduzido no país após a sua incorporação ao Império Britânico no final do século XVIII, tem um *status* especial, sendo atualmente considerada língua oficial subsidiária ao hindi. É importante levar em conta, porém, que cada estado da Índia pode legislar sua própria língua oficial, considerando a demografia linguística local. Das 415 línguas faladas no país,³³ apenas 22 têm *status* de línguas oficiais regionais. O malaialam, a “*língua mãe*” de Rajat, é uma dessas 22 línguas.³⁴

Vejamos como Rajat percebe sua experiência nesse contexto sociolinguisticamente tão complexo:

Inglês é/como todo mundo na Índia começa a aprender a partir de quinta série... Inglês não se aprende, de ponto de vista de conversa, é mais pra ler e escrever... A conversa é muito pouco... Então, conversa em casa, escola, tudo é na língua regional, malaialam... (...) [depois] a gente começa a aprender hindi que é língua nacional... Hindi tem menos peso do que inglês... Então inglês tinha mais peso... Agora, quando você entra no colegial, que é a décima segunda série, dois anos, na minha época, todo ensino passa a ser em inglês. Mas, fora do colégio, ainda conversa em língua/na primeira língua, a regional... Todo o ensino em faculdade é em inglês... Ainda hoje, na Índia, quase 95% de universidades, a língua de instrução é em inglês. Bem essa universidade era campus, tinha que eu morar no dormitório, e a língua de conversa, fora da aula também, era inglês... (...) A gente quando saía da cidade,

³³ A maioria dessas línguas pertence à família linguística Indo-européia, representada predominantemente pelo ramo Indo-ariano (essas línguas são faladas por 70% da população) e à família Dravídica (faladas por 22% da população).

³⁴ Utilizada principalmente no Estado de Kerala, o estado com o maior índice de alfabetização do país, o malaialam é uma das línguas Dravídicas e suas raízes remontam ao século X. Para maiores informações sobre a língua malaialam e sobre o perfil sociolingüístico da Índia ver http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=in ou <http://languages.iloveindia.com/>

a gente falava hindi... Eu, monolíngue, passou para TRILINGUE [risos]. Minha habilidade em hindi, pra falar mesmo nunca foi 100% fluente... (...) Em casa malaialam, malaialam... não tinha inglês. A gente lia bastante em inglês, leitura ficção, leitura... Malayalam e inglês. Pelo menos alguma época inglês virou primeira língua minha... Mas, hindi nunca se tornou primeira língua, sempre foi secundário... Malaialam ficou como segunda língua... porque quase nunca usava...

Embora eu inicialmente tivesse operado com a noção de que, para efeito da análise da política linguística adotada na família de Rajat, o idioma malaialam seria considerado a Língua Materna do Cônjuge Imigrante (LMCI), já que essa era a língua de sua família, a língua transmitida a ele por seus pais, trechos do excerto cima (*Pelo menos alguma época inglês virou primeira língua minha... (...) Malaialam ficou como segunda língua... porque quase nunca usava*) me forçaram a rever essa noção. E para tanto, fui buscar apoio teórico em Skutnabb-Kangas (1995). Para essa autora, o conceito de “língua materna” não é tão simples como aparenta ser à primeira vista, já que diferentes “línguas maternas” podem ser atribuídas a um mesmo falante, dependendo do critério estabelecido quando da definição do conceito. A pesquisadora finlandesa apresenta um elenco de 5 definições possíveis de “língua materna”, destacando o critério subjacente a cada uma delas:

- (1) A(s) língua(s) que o indivíduo aprendeu primeiro (critério: **origem**);
- (2) A(s) língua(s) que o indivíduo sabe melhor (critério: **competência**);
- (3) A(s) língua(s) que o indivíduo usa mais (critério: **função**);
- (4) A(s) língua(s) com a(s) qual(is) o indivíduo se identifica (critério: **identificação interna**);
- (5) A(s) língua(s) com a(s) qual(is) o indivíduo é identificado como sendo falante nativo por outros (critério: **identificação externa**);

Para os interesses desta análise, importa considerar que, segundo Skutnabb-Kangas, quando utilizamos os quatro últimos critérios (competência, função, identificação interna e identificação externa), a “língua materna” não é necessariamente sempre a mesma: ela pode mudar várias vezes ao longo da vida do falante. E é exatamente isso que Rajat sinaliza, com clareza, em seu discurso, já que, da sua perspectiva, o critério definidor de “língua mãe”, “língua primeira” ou “língua materna” é a **função**, i.e., é a língua que se usa mais em diferentes momentos. Assim sendo, e, novamente, tomando como verdade que *uma mesma pessoa pode ter diferentes línguas maternas, dependendo do critério utilizado* (SKUTNABB-KANGAS, 2005, p.44), optou-se, nesta dissertação, por considerar que, na família de Rajat, há duas LMCI: malaialam (língua que o progenitor imigrante declara ter aprendido primeiro) e inglês (língua que o progenitor imigrante declara usar mais).

Isso posto, fica a pergunta: que língua(s) Rajat transmitiu ao seu filho e por quê? Devraj, que à época da entrevista tinha 33 anos, fala, segundo o pai, português, inglês, francês, alemão e espanhol. Embora Rajat não tenha julgado importante, nem viável, transmitir malaialam para Drevaj, ele mesmo parece ter uma relação positiva com essa língua:

Malaialam eu entendo perfeitamente... quando eu vou à Índia, falo malaialam em casa... e aqui também tem alguns amigos que falam malaialam... a gente fala malaialam.

Que fatores teriam impedido a transmissão dessa LMCI e favorecido a transmissão do inglês, a outra LMCI da família? O trecho da entrevista destacado abaixo, permite entrever parte da dinâmica familiar que responde a essa questão:

Rajat: **A Márcia cismou, quando Devraj tinha uns 3 ou 4 anos, quando ele começou a ir à escola, a Márcia cismou que ele tinha que aprender inglês... Colocou ele numa pré-escola inglês... St Patrick... Márcia falava com ele só em inglês. Eu falava tanto em inglês [quanto] um pouquinho de português...**

P.: **Malaialam também?**

Rajat: **Malaialam não... ele não ia entender... porque impossível. Meu malaialam já era meio enferrujado por não usar...**

Se a transmissão do malaialam parece não ter ocorrido devido à competência limitada do progenitor imigrante nessa língua, é curioso observar que Rajat credita à sua esposa a decisão de transmitir a língua inglesa ao filho (*a Márcia cismou que ele tinha que aprender inglês*). Mas é preciso também considerar que Devraj estava recebendo *input* em língua inglesa mesmo antes de entrar na escola, já que o inglês era “a língua do casal”:

No início eu falava inglês e ela falava português pra me ajudar a melhorar, mas, também quando era necessário, falávamos inglês [porque foi] assim que a gente se conheceu...

Assim, pesou também na escolha da língua transmitida pela família ao filho, o hábito interacional inicialmente instalado entre Rajat e Márcia: como já apontado, a língua utilizada pelo casal quando se conheceram seria, segundo Piller (2000), a língua com maior probabilidade de ser repassada aos filhos. Acresce-se a isso, o fato de Márcia não ser falante de malaialam, o que, da perspectiva de Rajat, parece ter sido decisivo para a sua não transmissão:

Eu acho isso: se mãe fala a língua com a criança, mãe tem muito mais contato quando é pequeno, uma outra língua fora da região onde mora, é fácil ensinar a criança, se mãe fala/é que mais fala... Mas, pai é falando... pai tem menos contato, trabalha, não ajuda tanto...(…) talvez eles [o filho e a enteada] teriam pegado [o malaialam]... Eu, eu conheço alguns exemplos... (...) filhos que nascem aqui, por exemplo, quando mãe é indiana, eles sempre aprendem a língua da mãe... do pai, nem sempre ... Pai e mãe tendo a mesma língua, eles aprendem por causa da mãe... porque conheço vários amigos indianos que têm crianças falando em casa língua materna.

É evidente que casais endogâmicos tendem a ser mais bem sucedidos na transmissão de um língua minoritária aos seus filhos, mas é preciso ressaltar que, contrário ao que Rajat parece acreditar, mães não podem ser consideradas sempre as únicas “guardiãs” possíveis da língua de imigração (PAVELENKO, 2001 apud SCHÜPBACH, 2006, p.92): pais também podem cumprir essa função. Não devemos nos esquecer que Rajat tinha 68 anos na época em que foi entrevistado e que a atribuição à figura materna o papel de responsável exclusivo pela educação, inclusive linguística, dos filhos, condiz, muito provavelmente, com a ideologia de gênero predominante em sua geração (SCHÜPBACH, 2009). É importante destacar, no entanto, que, mesmo que Rajat atribuísse a si mesmo a função de responsável pela transmissão do malaialam, a sua própria competência limitada nessa língua também foi, muito provavelmente, um fator de impedimento que precisa ser considerado: é preciso ter-se em mente que o grau de proficiência na língua materna de imigração é, segundo Pauwels (2005, p.127), um fator em nada desprezível quando se pensa políticas linguísticas familiares.

Para efeito desta análise, é importante considerar o que Rajat também afirma no trecho acima: *talvez eles [o filho e a enteada] teriam pegado [o malaialam]*. Quando Rajat conheceu Márcia, essa tinha uma filha do seu primeiro casamento: Flávia, à época com dois anos de idade. Observe-se que no trecho destacado há indícios de um desejo

de Rajat não realizado de que, não apenas Devraj, mas também sua enteada, com quem o imigrante indiano mantém uma relação afetiva muito intensa, pudessem ter adquirido malaialam. Mas, se a transmissão dessa língua não foi possível, o mesmo não pode ser dito, pelo menos no que tange ao filho, com relação às tradições do país de origem do progenitor imigrante. E isso, reflexo do fato de que, tanto Rajat quanto sua esposa brasileira atribuíam um valor positivo à identidade cultural do primeiro, se manifesta já na ação inicial de dar ao filho um nome indiano. Os nomes indianos vêm carregados de sentidos importantes. Devraj, o nome fictício dado aqui ao filho de Rajat, por exemplo, significa “o rei dos Deuses”:

Ele [Devraj] ficava com raiva... porque ninguém conseguia pronunciar o nome dele... (...) Ele tem muito interesse na cultura indiana... Flávia nunca desenvolveu muito interesse na cultura indiana não...

O interesse do filho pela cultura indiana, deveu-se, em parte, às visitas de familiares de Rajat ao Brasil e às viagens da família feitas à Índia, ocasiões em que os pais de Devraj investiram na aquisição de artefatos que poderiam incentivar o seu interesse pela cultura local:

Rajat: (...) ele [o filho] se interessava muito pela história indiana, o gibi, a gente trouxe da Índia...

P.: Esses gibis eram em... [que língua?]

Rajat: História indiana, em inglês... Ele lia, ele contava história pro amigo dele também... Ele se interessava bastante por cultura indiana.

Observe-se que os artefatos culturais indianos incentivavam não a promoção do malaialam, mas do inglês, língua essa que, ao longo da entrevista, vai se configurando,

mais e mais, como a segunda língua materna de Rajat. É significativo o fato de ele ter afirmado que o contato com familiares indianos, que se dá frequentemente por telefone e internet, é normalmente feito em inglês. Também essa era a língua de interação quando da visita de seus familiares e conterrâneos ao Brasil.

Quando visitaram a Índia, o filho sentiu a necessidade de aprender um pouco do idioma local da região da família, o malaialam, no que foi segundo Rajat, estimulado a fazer pelos pais e demais familiares. Mas, dado ao fato de terem ficado no país por um período muito curto, o menino não teve tempo de aprender a língua o suficiente para poder nela interagir com seus primos, o que acabou ocorrendo basicamente em inglês. Contudo, a abertura dos pais para o plurilinguismo e o multiculturalismo rendeu dividendos: Devraj, além de falar português e inglês, adquiriu francês quando estudou na França, espanhol, no trabalho e alemão, por ter escolhido para esposa uma moça alemã, com quem vive atualmente na Alemanha. O fato de que ele e de seu filho serem políglotas é motivo de orgulho para Rajat: **Agora ele [Devraj] fala CINCO línguas [abrindo um sorriso largo]... MAIS que eu.**

4.4 As Perspectivas de Pilar e de Luís

Antes de dar início à análise dos dados de Pilar e Luís, é importante esclarecer que o casal tem 3 filhos: o primeiro, nascido no Chile e os demais, no Brasil e que, nem o pai procurou transmitir o português para o filho mais velho, quando ele ainda era o cônjuge imigrante no Chile, nem tampouco a mãe tentou transmitir o espanhol para os filhos depois que a família se mudou para o Brasil. Assim, para compreender a política linguística adotada nessa família é preciso tentar entender como cada um dos cônjuges percebe a não transmissão da LMCI em ambos os contextos configurados.

Começamos, inicialmente, analisando de que forma o *background* linguístico-cultural dos dois cônjuges pode ter contribuído para a determinação dessa política. Pilar é filha de pais monolíngues, também nascidos e criados no Chile, e até imigrar para o Brasil, nunca tinha saído de seu país. Quando conheceu Luís, em seu país natal, era monolíngue em espanhol. Luís também foi criado em família monolíngue e falava apenas português quando deixou o Brasil. Observe-se, nos trechos abaixo, como cada um descreve seu repertório verbal:

Luís: Eu falo espanhol por ter vivido em um país de língua hispânica... (...) Não falava mais nenhum outro idioma. Aprendi porque eu fui pra lá, não conhecia nada [de espanhol]...

Pilar: Eu só falo dois, assim, que eu sei que eu falo, que é o espanhol e português. Bom, o espanhol é minha língua materna e o português, foi aprendizado, primeiro na faculdade e depois, pelo fato de morar no Brasil.

P.: E o que te motivou a estudar português na faculdade?

Pilar: Ah, eu tive um professor de linguística histórica... da evolução da língua latina. (...) Ele também tinha um interesse pelo português... achava uma língua/ah, enfim, que ele tinha uma atração, gostava... E sempre dava exemplos em português... (...) Mas, era uma coisa que era muito mais marcante a questão do português. (...) Assim, aprendi... Aprender, aprender, eu falo que aprendi a ler, porque, também, já me interessei por leitura, questões de literatura. E antes disso, antes de entrar na faculdade, eu tive uma colega, que o pai dela foi exilado, se exilou aqui no Brasil... Então, o pai não voltava pro Chile... enviava música, enviava algumas revistas... E eles vinham passear no Brasil... Então, quando eles voltavam... Eu conheci a Clara Nunes... com... 14 anos!!!! Isso foi 78/79... que eu tive aula até 80. E eu conheci o Luís em 81... Tinha um/não era uma coisa assim tão dirigida. Era um interesse, mas não tinha com quem se falar português... Não se ouvia músicas em português no rádio... As pessoas que vinham pro Brasil, que eu conheci depois, sempre elas tinham música ou livros... Então, era isso... Mais por esse lado... Mas, conhecer brasileiro, eu nunca tinha conhecido um

brasileiro até eu conhecer meu marido... (...) E ele tinha música, tinha livro também...

Para efeito desta análise é significativo ressaltar que Pilar discorre, entusiasmadamente, sobre seu interesse pela língua portuguesa, indicando grande fascínio, também pela cultura brasileira, provavelmente, devido à forma como o contato com essa língua ocorreu – através de músicas, revistas, livros. Hipótese que fica evidente quando Pilar destaca, em tom “orgulhoso”, ter conhecido a Clara Nunes aos 14 anos. O fato de Luís ter sido o primeiro brasileiro que Pilar conheceu e de, também ele, ter músicas e livros parece ter sido por ela percebido como uma grande oportunidade de conhecer mais dessa língua e da cultura por ela veiculada. A relevância desse fato se evidencia quando consideramos que Pilar, mesmo tendo sido criada em ambiente familiar monolíngue e de sinalizar a ausência de diversidade linguística no país naquela época, desenvolveu interesse pelo português, que foi, posteriormente, acentuado pelo igual fascínio de um professor universitário seu por essa mesma língua. Luís, por sua vez, parece creditar o seu bilinguismo estritamente ao fato de ter residido em outro país, como deixa transparecer no excerto a seguir:

Eu fui lá pra passear, meu amigo me convidou pra ir (...) se você quiser ficar lá na minha casa (...) ele era chileno (...) Fiquei lá um tempo... Depois de um tempo, fiz uma prova, prova na faculdade, pra fazer mestrado, uma prova de seleção. Passei e aí, me deram bolsa, eu fiquei estudando lá e... aprendi a falar o idioma, acho razoavelmente bem. (...) Que eu não fui pra isso.

Será que, da perspectiva de Luís, se pode supor que ele não falaria essa língua (ou nenhuma outra) se não tivesse saído do Brasil? Diferentemente, da esposa, ele não faz menção a qualquer interesse prévio pelo espanhol, apesar de ele associar, claramente, sua ida ao Chile a sua amizade com um chileno. Dessa perspectiva, apesar da disposição

de Pilar para aprender uma língua estrangeira – o português –, pode-se pensar em atribuir a atitude desses cônjuges de não transmitir sua língua materna para os filhos, pelo menos em parte, à ausência de pluralidade em seu *background* linguístico-cultural.

Considerando que a política linguística adotada na família está intimamente ligada às representações dos cônjuges acerca das línguas envolvidas, vejamos as percepções de Luís e, depois, de Pilar, acerca de suas línguas e como essas percepções, muito provavelmente, moldaram a política linguística de sua família.

Aqui, sinto a necessidade de abrir um parêntese para esclarecer dois pontos significativos referentes à forma de apresentação da análise aqui desenvolvida, em relação às demais análises deste *corpus*, até o momento apresentadas. Primeiro, percebi, no desenrolar da entrevista com cada um desses progenitores, que eles pareciam estar se deparando, pela primeira vez, com questões sobre as quais pareciam nunca ter, até aquele momento, refletido. Assim, trilhando o caminho entre o **então** e o **agora**, transpareceram estar, eles próprios, tentando compreender suas atitudes e auto-identificações, que, atestando os ensinamentos de Tuominen (1999), estão fortemente sujeitas a mudar com o tempo. Dessa forma, para que se possa evidenciar o trilhar dessas memórias no tempo, se mostra extremamente significativo trazer, com frequência, o diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, que se construiu na necessidade, tanto do pesquisador, quanto do entrevistado, de provocar, questionar ou aprofundar essas reflexões, fato que torna os registros gerados pelos dois cônjuges mais longos e entrecortados. Segundo, e decorrente do primeiro, é que Pilar e Luís constituem a primeira família em que ambos os cônjuges foram entrevistados. Por isso, a fim de facilitar a leitura do fluxo de ideias acerca de um mesmo foco de análise tomo a liberdade de ordenar os trechos relacionados a cada um dos tópicos abordados ao longo da entrevista em um só bloco de excertos, algumas vezes, referentes a um só cônjuge, outras, a ambos.

Isso posto, me ocupo agora das reflexões de Luís. Quando perguntado sobre como se percebe enquanto sujeito bilíngue e sobre a forma como utiliza, hoje, as duas línguas de seu repertório verbal, sua resposta dá margem ao surgimento do seguinte diálogo:

Luís: (...) Só uso o português. Dificilmente mesmo aqui em casa, dificilmente/às vezes eu falo [espanhol], só quando assim/bem pouco, bem pouco mesmo... (...) Só se eu tiver que ler algum artigo que seja em espanhol ou se tiver um livro que um aluno pega em espanhol e sabe que eu sei falar (...) Mas, falar o espanhol, ler assim... Eu, se tiver dois textos e poder transformar, em português ou espanhol, eu cliço no português sempre... Dificilmente eu procuro o outro idioma, né?...

P.: (...) Você usa ele em alguns determinados momentos, você "se pega" falando espanhol? Digamos, você gosta de falar sobre determinadas coisas em espanhol? (...)

Luís: Não..., acho que... que não tem alguma coisa que não tenha tradução específica pro português... Isso agora, né... Falar que... o cara é um "huevon"... Sei lá, outro dia a gente tava falando, comenta alguma coisa, mas é muito pouco... é muito pouco...

P.: Tá...

Luís: (...) Porque eu não/não tenho interesse em nem sequer aprender mais espanhol, pra mim [o que eu já sei] é mais que suficiente, e não tenho interesse nenhum em falar espanhol... Aqui, né?... é claro...

P.: Hum...

Luís: QUANDO eu vou lá, eu tento... QUANDO a gente vai viajar... Já faz algumas vezes que a gente não vai junto, das últimas vezes ela foi sozinha, mas às vezes que a gente vai junto pra lá... agora é foda... não vou conseguir lembrar, mas, acho que quando a gente tá lá, a gente fala espanhol... Eu acho, não me lembro... Acho que quando chego lá, me dá assim: "Tô aqui, então vou conversar com ela em espanhol".

P.: Entendo, você meio que, assim, se investe de "lá falo espanhol, aqui, falo português..."

Luís: hahaha... bipolar, bipolar...

O excerto transcrito acima deixa transparecer que Luís tem uma visão bastante peculiar acerca de sua identidade linguística – ele parece fixar cada uma das suas

línguas em um território geográfico específico. Ao perceber suas duas línguas tão separadamente, é como se ele, ideologicamente, não fosse um sujeito bilíngue: quando no Chile ele acredita que deve se comportar como um monolíngue em espanhol e, quando no Brasil, como um monolíngue em português: ele não parece acreditar na possibilidade de poder transitar entre um língua e outra independente do país onde está (*não tenho interesse nenhum em falar espanhol... Aqui, né?... é claro...*) O fato de ele ter utilizado as palavras *bipolar, bipolar...*, articuladas entre risos, para se definir, reforça a validade dessa interpretação. Observe-se que ele afirma que, estando agora no Brasil, não deseja *sequer aprender mais espanhol*, com o argumento de que *pra mim [o que eu já sei] é mais que suficiente...* E que, quando no Chile, a língua de interação com a esposa deve ser a língua majoritária do país (*Tô aqui, então vou conversar com ela em espanhol*). Considerando essa lógica, em tendo a família imigrado para o Brasil, a língua de interação entre o casal deveria, do ponto de vista de Luís, ser o português? O trecho abaixo atesta a veracidade dessa hipótese:

Luís: **Você perguntou o que a gente fazia lá e aqui... É, lá a gente, na nossa casa, quando a gente morava lá, só conversávamos em espanhol, na casa... Não sei nem se a gente misturava... é, talvez pudesse ensinar algumas palavras [em português] pra ela [Pilar]... (...) Mas, a gente tinha, não muitos/alguns amigos, assim, meio final de semana... Uns brasileiros, como um cara que trabalhava no Banco do Brasil lá/às vezes, nos reuníamos... éramos convidados (...) E lá, com certeza, só se falava português, mas, fora disso, só espanhol mesmo...**

P.: **E o que mudou, quando vocês vieram embora?**

Luís: **Mudou que o idioma mudou. Mudou e, pelo que eu me lembre, eu acredito que eu tenha mudado radicalmente porque eu não, eu não ia falar espanhol com ela porque eu queria que ela aprendesse português. Então, já que a gente tá aqui/e eu acho que era mais/muito mais racional que ela aprendesse/que eu falasse o português com ela e [ela] não ficasse man...mantendo o port/o espanhol...** [em tom de crítica]

Que é o que acontecia com nossos colegas lá, brasileiros... (...) Eles ficavam um pouco de tempo no serviço [falando espanhol], mas, quando se reuniam, só falavam português...

P.: Então você diria que foi bem radical isso?

Luís: É, pelo que eu me lembro, a gente não... É, mudou radicalmente... De um dia pro outro a gente começou a falar português... Provavelmente ela continuava a falar espanhol comigo, e eu, respondendo em português...

P.: Tá...

Luís: É que eu imagino isso, não lembro, mas é que é uma lógica... Não lembro exatamente o que aconteceu, mas, acredito que a lógica foi essa. No início, antes dela aprender, ela falava espanhol comigo e eu respondia em português...

Não deve ser surpreendente que as percepções de Luís acerca do bilinguismo, observadas no bloco anterior, encontram eco nesse excerto. Como ele acredita que se deva estabelecer claramente uma territorialidade específica para cada língua – crença confirmada pela crítica velada que faz aos amigos brasileiros que, enquanto no Chile, falavam praticamente só o português fora do ambiente de trabalho e cujas famílias falavam pouco espanhol – Pilar, tendo pisado em solo brasileiro, também “territorializasse” sua língua materna e passasse a falar apenas português (*já que a gente tá aqui/e eu acho que era mais/muito mais racional que ela aprendesse/que eu falasse o português com ela e [ela] não ficasse man... mantendo o port/o espanhol...*) Considerando que, no caso desta família, os dois cônjuges foram entrevistados, e que, indubitavelmente, as atitudes e identificações de Pilar acerca dessas duas línguas também contribuem para esclarecer a política linguística adotada, passemos às suas reflexões.

Importa, inicialmente, ressaltar que, apesar do fascínio de Pilar pelo português e da possibilidade que se abria para ela de poder falar essa língua a partir do momento em que conheceu Luís, essa possibilidade, de fato, não ocorreu:

Pilar: [no Chile] ele não falava português comigo... E aí, eu vim conhecer uma família brasileira, pelo Luís... Um pessoal do Ceará e da Bahia, duas famílias (...) E eu dei aula de espanhol para eles... Aí eu/nós ficamos amigos dessas famílias. E comecei a dar aula de espanhol pros brasileiros... Mas, eles falavam só português comigo, e eu falava com eles em espanhol... E eu aprendendo ...

P.: Então, como que se dava esse processo... Você não tinha, então, curiosidade de falar com o Luís em português?

Pilar: Não, não... Não se dava essa questão de ele falar português comigo, porque ele falava que tinha esquecido português... Ele achava muito esquisito [falar português]... Porque ele não tinha estado com nenhum brasileiro desde que ele tinha chego no Chile...

Mesmo quando nasceu Vitor, o primeiro filho do casal, o cenário aqui apresentado, segundo as perspectivas de ambos os cônjuges, não se alterou – Luís falava apenas espanhol também com a criança (*Lá ele só escutava espanhol, que eu só falava espanhol [com ele]...*) (*O Luís, não lembro [dele] falando muito português com o Vitor... E eu falava só espanhol com ele, não falava português...*).

Quando indagada a respeito do que mudou em relação às línguas na família após a vinda para o Brasil, Pilar apresentou as seguintes reflexões:

Pilar: Tudo... O Vitor tinha acabado de fazer um ano... Ele era pequeno. Eu não mantive minha língua materna com meus filhos... Nunca questioneei o porquê que eu não falava espanhol... Não que “não me nascesse” falar em espanhol... Eu falava algumas coisinhas, e as crianças não falavam... Eles só escutavam... E em casa, não se falava espanhol, se falava português... Eu não fazia questão de falar espanhol, como vejo com outras colegas, que todo mundo fala espanhol nas casas...

P.: Mas, você pode detalhar só um pouquinho, esse início? Mudou pra cá, e assim, como que abre porta e fecha outra, trocou a língua?

Pilar: Foi, foi bem isso... Porque, nós chegamos no Brasil em maio... o Luís veio antes, no finzinho de abril, eu no fim de maio, com Vitor. Quando eu cheguei, ele já só falava português, já não falava mais espanhol, porque tinha voltado pra casa e ninguém falava espanhol, só se falava português... Nós fomos pra casa da minha sogra... E eu nem pensei, nem lembro de ter questionado: por que estou falando somente português, se posso falar espanhol?... Não... eh... todo mundo queria falar comigo, e eu queria falar com eles... [falar português] era uma coisa que eu achava muito legal... Não me achava estrangeira, pra começar.. Não tinha problema de comunicação, de "AH, que que ela tá falando, não tou entendendo" ... Eu fazia questão de perguntar, de falar...

Assim, a mudança de língua para Pilar parece se justificar, em primeiro lugar, pelo valor positivo que ela atribuía ao português (*[falar português] era uma coisa que eu achava muito legal...*); em segundo, pelo desejo de se assimilar, de assumir para si uma "identidade brasileira" (*Não me achava estrangeira, pra começar...*) e, por último, para que pudesse se comunicar com a família do marido (*Não tinha problema de comunicação, de "AH, que que ela tá falando, não tou entendendo"...*). A falta de questionamentos de Pilar acerca dessa sua decisão de não mais falar sua língua materna (*Nunca questioneei o porquê que eu não falava espanhol...; E eu nem pensei, nem lembro de ter questionado: por que estou falando somente português, se posso falar espanhol?...*) tem que ser analisada à luz do contexto sócio-histórico em que a sua imigração ocorreu. Pilar e Luís vieram para o Brasil no início da década de 70: o espanhol não gozava, então, do prestígio que passou a gozar em nosso país a partir do Mercosul e as vantagens sociais e profissionais do bi/multilinguismo não eram tão salientes à época. Não há como ter certeza de que se essa senhora chilena tivesse emigrado em tempos mais recentes, sua atitude em relação à transmissão, ou não, da sua língua materna aos filhos teriam sido diferente, mas, por outro lado, também não há como não considerar a

hipótese de que ela teria tido uma atitude menos “conformada” com o abandono do espanhol, pois ela demonstra um forte vínculo afetivo com essa língua:

Mas, só sei que eu lia muito em espanhol, eu não queria não ver mais a minha língua... Eu queria ler... Era uma coisa assim, de querer manter, essa questão... Eu falava: “Eu lendo, não vou perder minha língua”.

Os dados revelaram, além disso, que, na base da atitude de Pilar, mais do que sua forte relação identitária com a língua e a cultura do país hospedeiro, está a tensão advinda da postura de sua sogra em relação a língua materna e a cultura de seu país de origem, conforme se pode entrever nos excertos abaixo:

Eu sempre lembro uma questão assim bem maluca... que das poucas vezes que falei espanhol assim em [minha] casa, quando tava a minha sogra, eu sentia que ela se incomodava muito, então, eu evitava fazer isso...

[quando voltava de viagem] tudo que, de repente, fosse do Chile, ela fazia uma cara muito feia e eu me sentia mal, então, falava assim: “Pra levar isso em paz eu num vou comentar nada [da viagem]”...

[se eu elogiasse alguma coisa do Chile] ela falava porque, então, eu num morava lá, se era tão legal (...) Foram poucas vezes que aconteceu isso... mas pra não haver uma zona de atrito, eu disse [pra mim mesma]: “Dessa boca num sai mais um ‘A’”... eu sempre evitei...

Aqui, não se pode perder de vista, como observa Mota (2007, p.157), que, em favor de assegurar um interesse maior, ao assumir uma outra identidade, *o sujeito garante sua posição através do “controle” da ação do outro e marca sua presença, sinalizando o grau de poder diante do outro em um jogo de negociação de identidade*. Dessa perspectiva, quero poder crer que, nesse “jogo” Pilar optou por silenciar sua “voz”, em sua língua

materna – espanhol. Hipótese essa que encontra sustentação na afirmativa de Pilar: ***Meu TOM DE VOZ muda. É impressionante, eu sei que meu tom de voz muda quando falo espanhol ou quando falo português.. é outro, é outra voz, assim pra MIM, né?***

Contudo, a opção de Pilar parece ter-lhe imposto um “preço” – o desapareço de seus filhos em relação à sua língua - do qual ela se ressentia:

Conheci duas chilenas e os filhos falavam espanhol com elas, mas, não os meus filhos...

(...) às vezes eu ficava, assim, não preocupada, mas eu sentia que eles [os filhos] não gostavam da língua, achavam meio chato...

(...) eu acho estranho... minha irmã veio, eu falava espanhol com ela, saíamos e eles [os filhos] falavam: “Não fale espanhol na rua...”

(...) às vezes, eu falava coisas [em espanhol] e eles davam risada...

Porém, aponto como sendo altamente relevante para a análise aqui em desenvolvimento, sublinhar, apoiada em Jackson (2009, p.4), que, da perspectiva de identidade como performance,³⁵ fluida e móvel, o uso de uma determinada língua tem que ser visto como um ‘ato de identidade’, através do qual o sujeito posiciona a si e aos outros. Com base na relevância, para a minha pesquisa, de algumas das percepções desse casal, quero, com intuito de fundamentar uma hipótese que se levanta no excerto apresentado a seguir, apontar que se considere: 1) as circunstâncias histórico-sociais do momento atual, que, como já afirmei, não apenas acolhem a prática do bilinguismo, mas também atribuem prestígio aos falantes bilíngues, e no caso, da língua materna de Pilar – espanhol –, alcança grau de prestígio a ela não atribuído quando essa família mudou para

³⁵ Conceito de Jackson, apoiado na leitura alternativa e não essencialista que Piller faz de identidade como sendo, não aquilo que o sujeito “é” ou “tem”, mas daquilo que ele “faz”. (JACKSON, 2009, p.10)

o Brasil, além das inúmeras mídias que possibilitam maior veiculação de informação e acesso a esses veículos; 2) que a família hoje reside em uma região metropolitana do estado de São Paulo, que oferece ambientes de inúmeras possibilidades de intercâmbio linguístico-cultural; e 3) que os filhos do casal, à época da geração dos registros de dados, tinham entre 26 e 22 anos de idade e não residiam mais com os pais desde que ingressaram na universidade; além de se levar em conta que, aliados a esses fatores, a idade e os mais de 25 anos de convivência dos cônjuges, muito provavelmente, reconfigurou os contornos da relação de poder na dinâmica familiar. Isso posto, passemos ao excerto do bloco da entrevista em que Pilar discorre acerca de como usa as línguas do ser repertório **atualmente**:

Hoje, eu uso bastante [o espanhol], todo dia, [risos]... é muito engraçado porque todos os dias eu falo em espanhol e se eu não estiver dando aula, eu sempre dou um jeito de falar com alguém em espanhol, porque, por exemplo, eu conheço a Blanca... ligo pra ela/porque eu tenho muita mais amigas que falam espanhol do que quando eu morei em XX³⁶, quando eu morei em XXX³⁷, porque lá não tinha, assim à mão... eu falava sozinha/assim, espanhol, eu ensinava/os meus alunos falavam comigo (...). Aqui não, até com a Blanca, assim, se eu não falo, escrevo email. (...). Então, sempre eu tou em contato com a língua mesmo. Eu escrevo em espanhol pra eles [os filhos]... quando eu escrevo. HOJE eu mais escrevo ou falo, se eu tenho vontade, não quero/"Ah..."/"Você tá entendendo...", num tem essa coisa, essa preocupação, será que vai incomodar? Será que vai isso ou vai aquilo? não...

Como nos ensina Cucho (2002), a identidade se constrói em um processo dinâmico e contínuo e sempre na relação de oposição entre o *eu que sou* e o *eu que não sou*. Assim, da perspectiva de Pilar, ela se encontra, hoje, em circunstâncias que lhe permitem

³⁶ Uma cidade pequena do interior do estado de São Paulo.

³⁷ Uma cidade pequena do interior do estado de São Paulo.

sintonizar seu “tom de voz”, quando fala espanhol ou quando fala português, e assim, pode “soltar a sua **voz materna**” – aparentemente silenciada durante um longo período de sua vida. E é exatamente isso que ela sinaliza no excerto abaixo:

Todo dia eu falo em espanhol... Ah, eu gosto, antes eu gostava mais de falar português, achava legal saber falar português. Hoje, pra mim [falar português] é uma coisa natural, não tem nada a ver...

Tendo, anteriormente definido que voltaria à questão da relação de poder entre o casal, que costura o pano de fundo da política de transmissão da LMCI nessa família, com relação ao habito interacional entre os cônjuges, destaco que, como já ficou evidenciado, não houve lealdade linguística – o espanhol, língua em que o casal se conheceu e na qual interagiu pelo período em que morou no Chile, foi substituído, pelo português no momento em que Pilar aportou por aqui. No entanto, divergindo dos casos de Bertha e Gustavo, não transpareceu nos discursos de nenhum dos dois cônjuges ter havido desconforto, ou estranhamento, nem tampouco, necessidade de compensação. A tensão entre sogra e nora imigrante, foi o que, segundo ficou postulado com base nas representações de Pilar, marcou a relação de poder em uma dinâmica mais ampla – a da família. Entretanto, a esse respeito, ressalto um dado que se configura como forte componente desfavorável ao empreendimento da transmissão da LMCI: o fato de o cônjuge imigrante falar a língua majoritária e o casal adotá-la como língua de interação. E nesse caso, há de se considerar, também, este fator, já amplamente explorado nessa análise.

No que diz respeito aos demais fatores que se mostraram intervenientes para a política linguística adotada nessa família, destaco, a relação muito positiva de ambos os cônjuges com a cultura um do outro, que também já ficou bastante explicitada nas

reflexões de Pilar. Com relação às reflexões de Luís, vale ressaltar, que a transmissão da cultura, dissociada da língua, foi um empreendimento que ele abraçou, como nos mostra o excerto abaixo.

Não, em nenhum momento me esforcei, nem sei se devia me esforçar, não tentei ensinar o idioma pra eles... talvez, outras coisas da cultura... Mas, o idioma em si, eu não...

E, vale ressaltar, o fez com entusiasmo e investimento, embora sempre pontuando que tudo acontecia em português:

Luís: A gente ia viajar, né?, então antes de viajar, a gente ia ver por onde ia passar... passava pela Argentina, que também é um país, país da mesma situação, falava espanhol... A gente fazia o roteiro, ficávamos em camping... E comida, se falava sobre comida e sobre música... é, a parte genérica, cultural né?... Mas, sempre falando em português... E tinha toda uma preparação antes da viagem, que eles se envolviam mais, né? "Vamos viajar!"... Começa em outubro novembro, pra viajar em dezembro... Já tinha um evento se aproximando... as coisas se pensava muito... fomos duas vezes de carro...

E, nessas reflexões surge um dado interessante e extremamente significativo para análise aqui desenvolvida, que, da perspectiva de Luís, é surpreendente. Observe-se no trecho abaixo como Luís procura uma explicação para o fato, porque a língua, ele insiste, nunca foi estimulada, nem tampouco ensinada:

Luís: Gozado que eu nunca tinha pensado nisso, mas, apesar que a gente nunca tenha estimulado e, muito menos forçado, parece que o, a cultura, ela tem uma força muito maior que o próprio estimular... Apesar de não

ter escutado tanto... Mas, a gente foi várias vezes pro Chile, cada vez que a gente ia passava um mês lá. Inicialmente [a cada] 3, 4 anos... a gente ia lá e ficava um mês... pouquíssimo, né? Então, a visão deles do idioma foi mais contextualizada do que ensinada... não sei se é isso, talvez... Talvez eles vivenciaram mais o idioma do que foi ensinado... Eles vivenciaram o idioma... Tem alguma coisa por trás disso... Que eles nunca foram ensinado, e talvez, com certeza, pelo fato de ir, de ir no país... Várias vezes, os pais dela ficaram... 3, 4 meses, ficaram em casa... e com eles, com os pais dela, a gente falava em espanhol, e eles [os filhos] tavam por ali, né... pelo menos escutaram... não falaram... Eles gabaritaram, sem terem estudado nunca, e falam, se precisar falar, eles falam...

Para Luís, é surpreendente que os três filhos tenham, inclusive, gabaritado a prova de vestibular. E, de fato, esses excertos trazem dados reveladores. Embora não se possa postular aqui, como parece querer pensar Luís, que filhos de casais interétnicos que são apenas expostos à língua de transmissão, aliada à relação positiva com a cultura decorrente de farta exposição a ela, venham a adquirir essa língua, é certo, que os fatores por ele mencionados, tais como, visitas dos avós falantes da LMCI, exposição à língua fora do contexto familiar, viagens ao país de origem do cônjuge imigrante, relação positiva dos progenitores com a cultura do cônjuge imigrante, são, de fato, alguns dos fatores que promovem o *favorecimento* da transmissão da LMCI no lar interétnico, conforme sustentam os autores em quem venho me apoiando nas análises desse *corpus*, mas não se pode atribuir à eles, apenas, a aquisição dessa língua pelos filhos. E, sublinhando mais um indício da inquestionável necessidade, de se considerar as representações discursivamente construídas pelos cônjuges em casamentos interétnicos, entre todos esses fatores, como um fator de peso, no caso dessa família de peso maior, finalizo a análise das perspectivas de Pilar e de Luís, acerca da política linguística por ela adotada, com um excerto do discurso de Pilar:

Pilar: **Mas é engraçado porque agora eu tenho uma NETA (...) e com a Isabel [a neta], eu falo em espanhol. Mas é tranquilo... ((INC))**

P.: **Assim, ah, "mi abuela"... coisas assim?**

Pilar: **Ah, sí, sí...**

P.: **Coisas que você num fazia com seus filhos, tá fazendo com a neta...**

Pilar.: **Uhum... E é gozado isso... Eu escrevo [para nora], sim, em português e depois [para a neta] em espanhol, assim: "Esse aqui [o bilhete escrito em espanhol] é pra Isabel, depois você mostra a ela"... mas na brincadeira, coisa de Orkut e tal...**

4.5 As Perspectivas de Alejandra e de Jair

A análise das percepções acerca da política linguística adotada nessa família, assim como na anterior, inicia-se com a descrição do *background* linguístico-cultural de ambos os cônjuges. Alejandra nasceu e foi criada na Venezuela, em lar monolíngue e, até imigrar para o Brasil, já casada com Jair, não tinha vivido nenhuma experiência em contextos multilíngue e multicultural, fora algumas viagens a passeio para os Estados Unidos. Jair, brasileiro, monolíngue em português, tampouco tivera experiências em contextos de diversidade linguístico-cultural, antes de imigrar para a Venezuela três anos antes de voltar para o Brasil, casado com Alejandra.

A exemplo do caso de Pilar e Luís, esses progenitores foram criados em ambientes impregnados pela ideologia linguística e cultural própria do monolinguismo e as línguas maternas nesse lar são o português e o espanhol. Porém, as semelhanças parecem terminar por aí. Em primeiro lugar, porque ambos disseram sempre terem sido interessados por aprender línguas estrangeiras:

Alejandra: **Meu idioma materno é espanhol, depois comecei a estudar inglês, desde muito nova... eu sou Venezuelana e tem muita influência**

americana (...) então sempre tive muito contato [com o inglês]...o português, depois que vim morar pro Brasil... também fiz um ano e meio de francês, mais pra fazer leitura de textos acadêmicos.

Jair: (...) eu gostava de línguas ... aqui no Brasil, antes de ter a mínima possibilidade de eu sair [para algum país estrangeiro] e tal.

Além da atitude positiva de ambos com relação a línguas estrangeiras e do fato de que o casal não teve filhos enquanto Jair foi imigrante na Venezuela, eles diferem da família de Pilar e Luís no que diz respeito, também, à LMCI – a língua de transmissão do cônjuge imigrante. Nessa família, a LMCI configurou-se como sendo apenas o espanhol, língua essa que estava, à época da geração de registros, sendo transmitida à filha, Carolina, uma menina com, então, 3 anos de idade. Outra diferença que merece destaque são as circunstâncias sócio-históricas em que a promoção da LMCI, nesse caso, estava se dando: Alejandra e Jair estão criando sua filha em um contexto muito mais propício à promoção do bilinguismo, contrário ao que ocorreu na família de Pilar e Luís. No início da década de 80, o espanhol não era tão valorizado no Brasil, como é agora, principalmente, pelas relações entre países que compõem o Mercosul, nem o plurilinguismo, de um modo geral, e o multiculturalismo eram tão incentivados e valorizados, o que tende a levar os pais de família a fazer maiores investimentos na formação de seus filhos como sujeitos contemporâneos globalizados (PILLER, 2001, p.62).

Vejamos, inicialmente, como Jair descreve o seu repertório verbal e a sua relação com a língua materna da esposa:

P.: Que línguas você fala?

Jair: Português e espanhol mesmo, espanhol lá, morando lá, né?... e português aqui... Inglês, eu não compreendo ouvindo, mas leio bem,

principalmente inglês técnico (...) Hoje o espanhol eu falo e entendo bem (...) ler, eu não sei, porque apesar de saber, se você tiver que por numa escala, é o que sei menos, por praticar menos, mas já escrevi bastante,(...) tradução... versão, eu já fiz na Venezuela, eu escrevia, (...) teve palavras em espanhol que eu aprendi, mas nunca escrevi, (...) existe uma proximidade nos dois idiomas que acaba confundindo a gente... (...) uma pessoa falando espanhol, se é na rua, me chama atenção porque tá falando diferente, mas às vezes a Alejandra liga a TV em outro idioma e eu nem percebo quando muda assim...

Note-se que Jair descreve as línguas do seu repertório verbal já em termos de suas competências nessas línguas, o que nos permite entrever sua percepção dessas como sendo, de fato, mutáveis e transitórias, a depender de seus interesses e necessidades, por exemplo. E, em oposição ao que Luís deixa transparecer, Jair valoriza a convivência delas e as usa quando e como lhe é conveniente ou necessário, conforme se pode observar abaixo:

(...) o inglês quando eu preciso ler alguma coisa, principalmente, assim da área técnica, né?... o espanhol, quando entra alguém [na loja] e eu percebo que tem um sotaque da região da América Latina, né? eu tento falar com ele (...) acaba EU falando o tempo todo em espanhol e eles em português. Mas, são pouquíssimas oportunidades... Ah! quando falo com a família da Alejandra, quando vou pra lá ou quando falo por telefone, né? (...) tem palavras que eu acho que funciona melhor falando em espanhol e acho como tem palavras que falando em português soa melhor.. "fez caso" é um exemplo.. "ubicar"... aí eu uso (...) Mas, escuto tanto ela falar espanhol, que quando ela fala comigo em espanhol, eu nem percebo... (...) Eu ouço muito ela falar espanhol, televisão ela põe em espanhol... filme, né?

Jair tem uma relação bastante positiva com o espanhol e com o português e parece transitar, bastante à vontade, entre as duas línguas. Note-se que ele indica disposição para falar espanhol e até procura criar situações para usar essa língua, deixando entrever

um leve lamento pela falta de oportunidade para utilizá-la com mais frequência. Essa postura certamente favorece à transmissão da LMCI à filha do casal. O casal recorre à estratégia “um progenitor-uma língua” para tanto: enquanto o cônjuge imigrante, Alejandra, fala espanhol com Carolina, Jair fala português, sua língua materna e língua majoritária do país hospedeiro, com a menina.

Alejandra começou a aprender português na Venezuela, com uma professora brasileira, de Curitiba, pouco antes de imigrar para o Brasil. Apesar de, à época, já estar noiva de Jair e já terem decidido vir morar no Brasil, Alejandra falava muito pouco português:

P.: Seu interesse [pelo português] surgiu quando você conheceu Jair?

Alejandra: Interesse não, a necessidade, na verdade, porque interesse mesmo eu nunca tinha tido pelo português, assim como eu tinha tido pelas outras línguas, então foi mais necessidade. Já que iríamos vir pra cá precisaria falar em português...

Assim, apesar de declarar seu interesse por línguas estrangeiras, o português como se pode constatar por sua fala não a interessava, já que não havia tido contato com a língua antes de conhecer o futuro marido: *É incrível como que pro Venezuelano escutar alguém falando português é assim uma raridade.* Jair, diferentemente do que fizera Luís com relação à Pilar, começou a também lhe ensinar português ainda na Venezuela e, já no Brasil, Alejandra aumentou sua competência na língua nacional do país hospedeiro, em cursos e, como ela diz, *através da/da socialização mesmo...*

Com relação à “língua do casal”, na Venezuela essa era, segundo Alejandra, o espanhol:

Alejandra: [em conversa] mais restrita só a nós dois, ele até falava algumas coisas, mas eu, não, respondia em espanhol mesmo. Não posso falar que já lá eu falava com ele em português, não, não falava não.

No entanto, já há bastante tempo, mesmo bem antes de a filha nascer, a língua de interação entre os cônjuges passou a ser o português. Vejamos as percepções dos dois membros do casal a esse respeito:

Alejandra: É, passei a ter o domínio completo da língua e aí, a partir desse momento, passei a falar português com ele, eu acho... Talvez quando não conseguia falar alguma coisa.. ou ele explicava "Isso aí é um mal entendido" (...) Mas, normalmente em casa nós falamos em português, ele fala comigo em português e eu respondo em português também... Eu me sinto agora estranha quando falo com ele em espanhol... é engraçado isso, quando eu falo com ele em espanhol alguma coisa, parece meio estranho...

Jair: Em casa a gente falava mais espanhol, mas a partir de um dado momento, que eu não me lembro quando, eu comecei a falar português, mas ela continuou falando espanhol, e num é o que acontece hoje em dia... Hoje em dia ela fala/hoje em dia todo mundo fala português aqui em casa, mas quando ela fala com a COROLINA, ela fala espanhol (...) mas, escuto tanto ela falar espanhol, que quando ela fala comigo em espanhol, eu nem percebo...

Embora se possa perceber que não é muito claro para nenhum dos cônjuges o momento, ou as circunstâncias em que se deu a mudança, segundo a perspectiva de Jair, o processo parece ter sido gradual. Não se percebe que a mudança do hábito interacional, aqui, tenha se constituído em fonte de tensão, muito pelo contrário, na percepção de

Alejandra, (*é engraçado isso, quando eu falo com ele em espanhol alguma coisa, parece meio estranho.*), o que não corrobora o padrão observado por Piller (2000).

Vejamos o que os dados nos dizem com relação à escolha de cada um dos progenitores da língua de interação com a filha:

Alejandra: **E depois que minha filha nasceu ai mudou bastante, com relação ao código, assim a língua, né? que se falava em casa, porque ai voltou de novo a ser uma casa bilíngue: o meu marido falando em português e eu falando com minha filha em espanhol. Não assim com a intenção de que vou ensiná-la a falar desde pequenininha uma outra língua, mas simplesmente porque não me sai falar português com ela... me sinto assim alheia, não consigo, então falo espanhol com ela desde que ela nasceu... assim, abriu o olho, já foi 100% em espanhol.**

Jair: **Hoje em dia ela fala/hoje em dia todo mundo fala português aqui em casa, mas quando ela [a esposa] fala com a COROLINA, ela fala espanhol (...) Mas tinham algumas situações que a CAROLINA só entendia da forma em espanhol,(...), então tinha hora que eu sentia necessidade de falar em espanhol pra ser entendido, mas hoje já não precisa. (...) eu num sei, eu sinto mais prazer falando com ela [a filha] em português...**

Percebe-se, assim, que, se a língua de interação entre o casal é o português, a estratégia, à época da entrevista, em relação à língua de interação com a filha já se configurava como, de fato, “um progenitor - uma língua”. Alejandra fala espanhol com a filha porque não lhe parece haver outra possibilidade (*simplesmente porque não me sai falar português com ela, me sinto assim alheia, não consigo*): apesar de português ser a língua à qual Carolina estará cada vez mais exposta na direta proporção em que for crescendo, a manutenção da transmissão do espanhol está, em princípio pelo menos, assegurada pelo fato de sua mãe ter uma forte identificação com sua língua materna

(então falo espanhol com ela desde que ela nasceu, assim, abriu o olho, já foi 100% em espanhol). O segundo foco reside na perspectiva de Jair: *eu sinto mais prazer falando com ela [a filha] em português*. Por outro lado, a identidade de “pai” de Jair está fortemente amparada a sua identidade de falante de português. Apesar do ter interagido com a Carolina em espanhol quando essa ainda era bebê, já que era a língua de interação entre a mãe e a filha desde que ela “abriu o olho”, passada essa fase, no entanto, Jair já pôde usufruir do prazer que sente ao falar português com a filha. E essa parece ser a língua na qual ele pretende exercer sua paternidade:

Jair: (...) **eu num gosto que a Carolina me chame de “papi”, eu gosto de “papai”, porque me lembra como eu chamava meu PAI... faz toda a diferença.**

A partir dessa sua declaração, Jair explicou que Alejandra, falando com a filha, o referenciava como *“papi”*, mas isso o incomodava a ponto de ele pedir que sua esposa não o fizesse mais. Então, quando Carolina começou a falar houve pouca oportunidade para que ela o chamasse dessa forma, porque ele logo bloqueou. Hoje, a criança, disse ele, orgulhoso, o chama de **papai**.

Vemos assim, que a família Alejandra e Jair, reúne condições muito favoráveis para a transmissão da LMCI: a progenitora imigrante, embora tendo uma relação bastante positiva com a língua e cultura do país hospedeiro – a tal ponto que ela permite que a língua de interação entre o casal passe a ser a língua portuguesa – tem um vínculo identitário muito forte, não apenas com a sua língua materna, mas também com a cultura do seu país de origem:

Jair: Tem muito [da cultura venezuelana] na decoração [da casa], tem coisa/é como se estivesse lá, muito parecido com a casa dela lá... E a Alejandra ouve música, praticamente/ouve música no carro, no MP3, onde ela ouvir musica, ela tá sempre ouvindo música que é conhecida lá, mesmo que não seja/(...) mesmo que não seja uma música venezuelana (...) ela só ouve essas coisas - o que ela ouve de português, musica brasileira, ela ouve porque EU ponho (...) e ela assiste *COMIGO*, e às vezes num tem interesse (...)porque ela se interessa pouco, ela gosta mesmo de ouvir as músicas, como se estivesse lá [na Venezuela], ela sabe de novidades, tudo... como se estivesse lá...

O pai de Carolina, por outro lado, embora tenha uma ligação emocional forte com sua própria língua materna, é bastante receptivo à cultura e à língua do cônjuge imigrante. Por tudo isso, quer me parecer que as chances de Carolina crescer em um ambiente familiar em que o bilinguismo é valorizado e o respeito à diversidade cultural incentiva são bastante grandes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já apresentado, o corpus dessa pesquisa é constituído de 7 sujeitos bilíngues, 4 homens (1 estrangeiro e 3 brasileiros) e 3 mulheres (estrangeiras), que vivem ou viveram em contexto de casamento interétnico. No entanto, por apresentarem grande diversidade com relação às questões que me interessa investigar, esses sujeitos compõem múltiplos tipos de famílias e agrupam-se diferentemente a depender do foco de análise. Portanto, a fim de captar essa riqueza de detalhes, optei por concluir a análise dos registros evidenciando as particularidades encontradas em cada um dos focos em questão.

No primeiro momento, os 7 participantes constituem 3 tipos de famílias, considerados os **tipos de transmissão da LMCI**. Tomamos como base para esta classificação o relato desses participantes acerca da política adotada por eles para a transmissão, ou não, da LMCI, e, no caso de transmissão, o grau de sucesso obtido.

- **Em fase de Transmissão** – 3 participantes (*Jair e Alejandra e Bertha*) compõem essas famílias, com filhos ainda pequenos (menores de 10 anos). Neste caso, vale ressaltar que *Jair e Alejandra* permanecem casados e residindo no Brasil, enquanto *Bertha* está separada de seu cônjuge brasileiro e retornando para a Áustria com os filhos.
- **Transmissão** de 1 das LMCI – 1 casal compõe este quadro. *Rajat e Márcia* transmitiram a língua materna inglês para o filho, Devraj, hoje poliglota.
- **Não Transmissão** – 3 participantes, *Luis e Pilar e Gustavo*, compõem famílias que não adotaram qualquer política de transmissão da LMCI, sendo que Gustavo adotou uma política de *manutenção de sua língua materna*, com as filhas a partir da imigração da família para a Holanda.

No entanto, importa sublinhar que no caso de Rajat não se pode perder de vista que o status da língua inglesa em comparação ao malaialam está, sem dúvida, em jogo, como se pode perceber em suas falas: (malaialam não... ele não ia entender... porque impossível... meu malayalam já era meio enferrujado por não usar...) (a Márcia cismou que ele tinha que aprender inglês...). *O mesmo se deu na família de Gustavo, onde o baixo status do holandês no Brasil, considerada sua pouca utilidade, pesou para que Betje não tenha tido interesse em transmitir essa língua às filhas. Na direção oposta, podemos creditar a transmissão da LMCI de Bertha ao status que o país hospedeiro atribui ao alemão, segundo sua percepção. Porém, não se pode perder de vista o que aponta Schüpbach (2009): o peso das circunstâncias sócio-históricas na decisão dos progenitores de transmitir, ou não, a língua minoritária. Esse fato é evidenciado em nosso corpus entre as famílias Pilar e Luís e Alejandra e Jair – de mesma LMCI: espanhol, no mesmo território: Brasil. Porém, enquanto a primeira vivenciou a imigração, já com um filho, no início da década de 80, a segunda, vivenciou a imigração quase 15 anos depois e só teve filhos 3 anos atrás, um momento sócio-histórico e sociolinguístico inegavelmente muito mais acolhedor das diversidades linguístico-culturais e, igualmente, muito mais valorizador do bi/multilinguismo.*

De outra forma, escolho trazer esses sujeitos entrevistados como sendo constituintes de 2 diferentes tipos de famílias:

- **Famílias A – O cônjuge brasileiro foi imigrante no país de origem do cônjuge imigrante no Brasil:** 6 participantes compõem esse cenário, a saber, *Luís*, que residiu no Chile, país de origem de *Pilar*; *Jair*, que residiu na Venezuela, país de origem de *Alejandra*; *Bertha*, cujo ex-marido (*João*) residiu na Áustria, seu país de origem e *Gustavo*, que residiu na Holanda, país de origem de sua ex-mulher, *Betje*.
- **Família B – O cônjuge brasileiro não tem experiência como imigrante:** 1 participante integra esse cenário, *Rajat*, cuja esposa, *Márcia*, nunca residiu em seu país de origem.

No caso dos sujeitos que compõem as Famílias A, importa ressaltar que todos os cônjuges falam a língua materna um do outro. Na direção inversa, temos que na Família B o cônjuge brasileiro não fala a LMCI. É o caso de *Rajat*, indiano de língua materna malaialam. No entanto, conforme explicitado na análise dos dados, para efeito da pesquisa, foi considerado, a partir de sua fala: (...) *inglês pelo menos em alguma época virou primeira língua minha...* que nessa família há duas LMCI. E dessa perspectiva, sua esposa, *Márcia*, bilíngue português-ínglês, fala, então, uma das línguas do repertório do cônjuge imigrante, o inglês, língua que ele falava na época em que imigrou para o Brasil e a conheceu.

Esse agrupamento se mostra significativo uma vez que **as representações dos cônjuges acerca das línguas e cultura um do outro** são intrínsecas à promoção, ou não, da LMCI – a atribuição de um valor positivo à identidade linguística e cultural entre os cônjuges se constitui em forte indicio de promoção dessa língua e cultura no lar. Conforme nos mostram os dados, *Jair* tem grande aceitação da identidade linguística e cultural de *Alejandra*, que é fortemente plantada em suas origens, e ele mesmo tendo sido imigrante na Venezuela se identifica, também, com essa língua e cultura, que, segundo ele, constituem o universo de *Alejandra*. Assim como o fato de *João* (ex-cônjuge de *Bertha*) ter se disposto a aprender a língua materna de *Bertha*, a qual ela transmite aos filhos, e de ter, inclusive, residido em seu país natal, muito provavelmente se reflete como um dos indícios da disposição de *Bertha* em manter essa língua com os filhos quando ela retornar à Áustria com as crianças. No caso de *Pilar* e *Luís*, apesar não ter havido esforços para a transmissão da língua materna de *Pilar*, *Luis* assumiu entusiasticamente a transmissão da cultura chilena, através do planejamento de rotas, hospedagem, alimentação, etc. nas viagens anuais àquele país, em que residiu por três anos. Ao mesmo tempo em que a forte identificação de *Pilar* com a língua e a cultura do Brasil

certamente desempenhou, também, um papel importante para a não transmissão de sua língua materna. O mesmo ocorreu na família de *Rajat* com relação à cultura indiana, a começar pelo nome que o casal deu ao filho, Devraj. Embora tenha sido transmitida em inglês, a cultura indiana esteve sempre presente em gibis trazidos da Índia e em visitas ao país. Na família de *Gustavo*, segundo sua perspectiva, devido ao baixo grau de lealdade étnica de *Betje*, não houve transmissão da LMCI. Não houve menção a existência de traços culturais presentes no lar.

Também o **grau de proficiência na L2**, conforme nos aponta Pauwels (2005), é um fator a se considerar quando se pensa a promoção da LMCI, quanto mais proficiente for o cônjuge imigrante na língua majoritária, a do país hospedeiro, maiores são as chances de essa língua ser também a língua do lar. Este fato está presente no *corpus* em questão de duas formas. Se pensarmos que o fato de *Pilar* e *Betje* serem proficientes em português, a língua de seus cônjuges e do país hospedeiro onde criaram os filhos, certamente contribuiu para a não transmissão de suas LMCI, temos que no caso de *Bertha* e *Alejandra*, também fluentes em português quando vieram os filhos, esse fator não exerceu força alguma contrária à transmissão. Ainda se tomarmos o caso da família de *Gustavo* após a imigração para a Holanda, o fato de *Betje* ser fluente em português não pesou como colaboração para a manutenção da língua materna de *Gustavo* no lar. Da mesma forma, a fluência de *Gustavo* em holandês não ameaça os seus esforços de manutenção do português com as filhas; como pudemos ver na análise dos dados, bem ao contrário, ele a utiliza como recurso para ajudar a filha mais nova a desenvolver fluência em português. No caso de *Rajat*, como já vimos, a não transmissão do malaialam foi também definida por esse fator, uma vez que sua competência limitada nessa língua, *enferrujado*, em suas próprias palavras, certamente inviabilizou esse empreendimento.

Outra situação digna de destaque ocorre entre os sujeitos do grupo Família A. Embora *Luis* e *Jair* tenham residido no país de origem do cônjuge imigrante, a questão da

transmissão da LM de um ou de outro cônjuge só surgiu aqui Brasil, uma vez que o casal *Jair-Alejandra* só teve filhos quando já residia aqui, e o casal *Luis-Pilar* veio morar no Brasil quando o primeiro filho tinha apenas um ano. Diferentemente, *Bertha* e *Gustavo* e seus respectivos ex-cônjuges experienciaram esse intercâmbio já com filhos, dessa forma, tendo se caracterizado nessas famílias a questão da **manutenção da língua do cônjuge** que, naquele momento, passou a ser imigrante, em ambos os casos: a língua portuguesa.

Ainda com relação às **atitudes** desses 7 sujeitos de pesquisa **acerca de seu próprio repertório e do de seu cônjuge**, trago-os agrupados da seguinte forma:

- **Sujeitos de background plurilíngue** – 2 participantes, *Bertha* e *Rajat* foram criados em ambientes plurilíngues e já falavam três línguas antes de aprenderem imigrarem para o Brasil.
- **Sujeitos de background monolíngue** – 5 participantes, *Luis*, *Pilar*, *Alejandra*, *Jair* e *Gustavo* foram criados em ambientes monolíngues.

Importa ressaltar, conforme já apontado nas análises por família, que progenitores criados em ambientes plurilíngues e multiculturais, como *Bertha* e *Rajat*, que percebem o multilinguismo como natural, como parte constituinte do seu entorno, tendem a ter compreensão dessa situação, e das suas práticas linguísticas em constante mutação a depender do ambiente, do contexto, da necessidade do uso dessa ou daquela língua dentre as que compõem seu repertório, conforme atestam suas falas:

Bertha: foi super estranho pra mim falar alemão de novo, porque eu não falava aqui (...) Hoje eu falo mais português [com os filhos] porque (...) a gente vai voltar pra Áustria, então lá eu quero continuar falando português com eles. (...) Essas palavras de carinho eu falo [para as crianças] em português, porque alemão num tem...

Rajat: Em casa malaialam, malaialam... não tinha inglês. A gente lia bastante em inglês, leitura ficção, leitura... Malayalam e inglês. Pelo menos alguma época inglês virou primeira língua minha... Mas, hindi nunca se tornou primeira língua, sempre foi secundário...

Por outro lado, os sujeitos que não tiveram essa convivência com múltiplas línguas, segundo Pauwels (2005), tendem a ter atitudes opostas, com expectativas menos realistas acerca do bilinguismo de seus filhos. Fatos que podemos constatar com relação a *Gustavo*, que, até imigrar para a Holanda, se percebia como um *latino americano, que tem muito esse negócio, a língua tem relação à cultura, à identidade e você fica meio relutante em querer falar outra língua...* Também por *Luís*, que, conforme argumentado anteriormente, se percebe como “monolíngue em duas línguas”, enquanto territorializa suas línguas e as mantém sobrepostas, e mostrou sua perplexidade quanto aos filhos terem gabaritado a prova de vestibular em espanhol e *falarem, se for preciso*, tendo sido apenas expostos ao espanhol durante as visitas de parentes Chilenos e suas viagens anuais àquele país. Naturalmente, a proximidade entre os dois idiomas (espanhol e português) deve ser destacada, pois podemos crer que Devraj dificilmente teria adquirido o malaialam, pouco que fosse, apenas através da promoção da cultura e da *exposição* à língua. Porém, a surpresa de *Luís* parece denotar uma representação de bilinguismo que provavelmente inclui o domínio total da língua em todas as suas habilidades. Visão corroborada por *Jair*, que tem uma percepção do bilinguismo idealizado com base no “suposto falante nativo”:

(...) não adianta - o cara, um estrangeiro que fica 40 anos num país que não é o dele, ele NUNCA vai falar perfeitamente aquele idioma, nem NUNCA vai falar sem um pouco de sotaque. Isso é IN/é fatal! E uma criança que passa a vida inteira ouvindo as duas línguas, ouvindo, vendo a cultura, vendo o que se aprende em cada fase, ela fica com os dois idiomas limpinhos...

Por fim, a relação de poder entre o casal é, segundo Jackson (2009) entre outros autores aqui citados, fator nada desprezível quando se pensa políticas familiares

de transmissão da língua minoritária. Nesse *corpus*, a escolha da língua da família, além de determinada por uma conjunção dos fatores já explorados acima, está entremeada pelas forças em jogo na relação de poder que permeia a dinâmica familiar. Conforme nos ensina Piller (2000), **a língua de interação entre o casal** é aquela que tem maior chance de ser transmitida aos filhos. Assim, o fato de *Rajat* e *Márcia* terem elegido inglês como a língua de interação, foi determinante para a transmissão do inglês para o filho, já que havia todo o *input* e o malaialam, por todas as razões já exploradas, estava fora de questão. A “língua do casal” é escolhida com base no hábito interacional, ou seja, a língua em que o casal se conheceu, ou na compensação pela imigração de um dos cônjuges, conforme os achados dessa autora. E sua substituição pode ser geradora de tensão entre o casal, pelo estranhamento que muitos cônjuges afirmam sentir. O caso de *Gustavo*, interessantemente, corrobora ambas as teses no que diz respeito à manutenção do português como língua de interação; ele relata ter sentido estranhamento por falar com *Betje* em uma língua diferente daquela em que ele a conheceu e ao mesmo tempo exigia compensação por ter imigrado para seu país de origem *não de livre e espontânea vontade*. Na base da recusa de *Gustavo* em substituir essa língua está, muito provavelmente, a afirmação de sua força na relação conjugal. Na contramão dessa premissa, está o caso de *Bertha*, que tentou, sem êxito, substituir o português pelo alemão, mas, no entanto, continuou falando alemão com os filhos, enquanto falava português com o marido (depois ex-marido). O caso de *Alejandra* e *Jair* é bastante curioso uma vez que a “língua do casal” foi por mais de quatro anos o espanhol, mesmo após a imigração dela para o Brasil, e depois mudou para o português. Segundo ela: ***eu me sinto agora estranha quando falo com ele em espanhol, é engraçado isso.*** Também nesse caso, há muito pouco risco dessa escolha pelo português interferir na transmissão de sua língua materna para a filha, pois ela relata não se ver falando outra

língua com a criança. O caso de *Pilar e Luís* é também significativamente peculiar para essa pesquisa, embora bastante consistente com a política de territorialização das línguas da família: o casal falava espanhol (a língua em que se conheceram) quando residiu no Chile por três anos, mas no momento em que se mudou para o Brasil, *Luís* passou a falar apenas português e *Pilar*, pelos motivos também já explorados, não contestou. Esse caso, no entanto, corrobora a premissa de Piller (2000) – a LMCI não foi transmitida. A relação de poder nessa família parece ter sido mais pautada pela relação entre sogra e nora, mas, certamente, costurou o pano de fundo da dinâmica da família nuclear, uma vez que, segundo *Pilar*, os filhos além de não terem mostrado interesse em sua língua materna, também, de certa forma, a reprimiam.

Vale ressaltar, ainda, que vários outros fatores entre aqueles defendidos pelos autores em que me sustentei, como sendo de promoção à transmissão e manutenção da língua minoritária na família, encontraram eco nessa pesquisa como fatores, que chamo aqui de **coadjuvantes** nesse empreendimento. A preservação dos laços familiares com parentes do cônjuge imigrante através de visitas, troca de fotos, presentes, emails, telefonemas, bem como a presença na casa de artefatos e símbolos da cultura do país de origem, como motivadores de interações sociais nessa língua, conforme sustentados por Mota (2007); viagens ao país de origem desse cônjuge, visitas de parentes mais velhos, como avós e tios, não falantes da língua majoritária, e acesso a meios eletrônicos, conforme os achados de Pauwels (2005), o uso consistente de uma estratégia (“um progenitor - uma língua”), também defendido por essa autora e corroborado por Piller (2001) e Schüpbach (2009). Todos foram encontrados nessa pesquisa como tendo efetivamente exercido, ou estar exercendo, um papel de apoio significativo para a transmissão sustentável da LMCI.

Um outro fator importante que emergiu das análises desse corpus, apesar de não ser foco da investigação, foi a questão de gênero. As mães imigrantes corroboram o que, apoiada em Pavlenko (2001), alerta Schüpbach (2009) quanto a não se poder relacionar de forma inequívoca a (não) transmissão da LMCI à figura materna. Como é característico desse corpus, há sempre particularidades. A ex-esposa de Gustavo e Pilar não transmitiram sua língua materna, sendo que Pilar nos diz: Não que “não me nascesse” falar em espanhol..., deixando-nos supor que outros motivos a impediram de fazê-lo; Bertha a está transmitindo, mas relatou ter tido que se esforçar para isso por não falar mais muito alemão quando o filho nasceu e, significativamente, atribui ao português a função de expressar emotividade em suas interações com os filhos, e, por fim, Alejandra também a está transmitindo, mas, diferente de Bertha, não por deliberadamente querer criar sua filha bilíngue, mas simplesmente porque não me sai falar português com ela, me sinto assim alheia. Considero relevante apontar, ainda, que, conforme evidenciado na caso de Rajat, ao homem também cabe o papel de transmitir sua língua materna, embora a ideologia de gênero que atribui à figura materna o papel de responsável exclusivo pela educação, inclusive linguística, dos filhos (SCHÜPBACH, 2009), predominante em sua geração, justifique que muitos não o tenham feito.

E, assim, é fundamental recuperar, aqui, o que nos ensina Tuominen (1999): o sucesso ou insucesso na promoção do bilingüismo junto aos filhos de casais imigrantes não pode ser creditado a nenhum fator específico isoladamente. Os fatores são interdependentes e a forma como se coadunam é peculiar a cada família, assim, não se pode atribuir a nenhum deles, por si só, uma relação de causa e efeito, conforme atestam as famílias aqui estudadas.

Neste trabalho, procurei refletir sobre representações acerca de políticas lingüísticas familiares em contexto de imigração. Mais especificamente, busquei compreender, a

partir das percepções de 7 progenitores, os fatores que condicionaram a transmissão, ou não, das línguas minoritárias em suas famílias, à época da geração dos registros, residentes no Brasil. Ainda que de forma tentativa e provisória, dado o caráter eminentemente exploratório do estudo que serviu de base para esta dissertação, algumas questões foram levantadas, as quais, espero, poderão ser consideradas em discussões com pais interessados na promoção do bilinguismo familiar, mais especificamente na transmissão de línguas maternas de cônjuges imigrantes - LMCI. Se essas questões contribuírem para dar a esses pais mais subsídios que levem ao sucesso desse tipo de empreendimento, o esforço despendido na elaboração desta dissertação terá, então, valido a pena.

Campinas, 24 de julho de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. O Brasil na Rota das Migrações Internacionais Recentes. *Jornal da Unicamp*. Edição 226, 25 a 31 de agosto de 2003.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BERENBLUM, A. *A Invenção da Palavra Oficial: Identidade, Língua Nacional e Escola em Tempos de Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Linguísticas. In: BOURDIEU: *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1980.
- CALVET, L. J. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos Sobre Educação Bilingue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. *REVISTA D.E.L.T.A.*, nº 15, 1999, p.385-418. Número Especial.
- CAVALCANTI, M. C. Um Olhar Metateórico e Metametodológico em Pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p.233-252.
- CAVALCANTI, M. C.; SILVA, I. R. 'Já que ele não fala, podia ao menos escrever...' – o grafocentrismo naturalizado que insiste em normalizar o surdo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.) *Linguística Aplicada – suas Faces e Interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p.219-242.
- CÉSAR, A. L. S. Algumas Questões a Propósitos de Línguas e Construções de Identidades Étnicas. *Estudos Linguísticos*, 2006, p.52-59.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- CRUZ, D. T. O Ensino de Língua Estrangeira como Meio de Transformação Social. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. (orgs.) *Espaços Linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: EDUFBA, 2006, p.25-56.
- CUCHE, D. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. (2ª edição) Bauru: EDUSC, 2002.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A Disciplina e a Prática da Pesquisa Qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa* (trad. Netz, S. R.) Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DULAY, H.; BURT, M.; KRASHEN, S. *Language Two*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

FRITZEN, M. P. *Ich spreche anders, aber das ist auch deutsch: línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(2), Jul./Dez., 2008, p.341-356.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução M.A.F. Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GROSJEAN, F. *Life with Two Languages - an introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HALL, S. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Tradução T. T. Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

HALL, S. The Work of Representation. In: S. Hall (org.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Thousand Oaks/New Deli: Sage/Open University, 1997, p.2-73.

HALL, S. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, T.T. (org.) *Identidade e Diferença – a Perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2000, p.103 -133.

HALL, S. Da Diáspora: identidades e mediações culturais (org. I. Sovik et all). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HAMEL, R. E. Presentación. In: Hamel, R. E. (org.) *Derechos humanos lingüísticos en sociedades multiculturales*. *Alteridades*, año 5,n. 10, 1995, p.3-9.

JACKSON, L. R. Language, Power and Identity in Bilingual Childrearing. *Crossroads*, vol. 3, n. 2, 2009, p. 58-71.

JUNG, N.; GARCEZ, P. Além do Repertório Linguístico: aspectos simbólicos diversos na construção da identidade étnico-linguística alemã na escola de comunidade rural multilíngüe. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 97-122.

LE BRETON, J. M. Reflexões Anglófilas sobre a Geopolítica do Inglês. In: LACOSTE, Y e RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.12-26.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. D. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAH, B. Ethnic Identity and Heritage Language Ability in Second Generation Canadians in Toronto - A Major Research Paper presented to Ryerson University in partial fulfillment of the requirement for the degree of Masters of Arts in Immigration and Settlement Studies. Disponível em: <<http://ceris.metropolis.net/Virtual%20Library/EResources/MahBMRP2005.pdf>>. Acesso em: 28/05/2009.

MAHER, T. M. A Criança Indígena: do falar materno ao falar emprestado. In: FARIA, A. L. G. de; MELLO, S. A. (orgs.) *O Mundo da Escrita no Universo da Pequena Infância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.75-108.

MAHER, T. M. Uma Pequena Grande Luta: a escrita e o destino das línguas indígenas acreanas. In: MOTA, K. e SCHEYERL, D. (orgs.) *Espaços Linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 285-310.

MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.) *Linguística Aplicada – suas Faces e Interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007a, p.255-270.

MAHER, T. M. Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007b, p.67-96.

MAHER, T. M. Em Busca de Conforto Linguístico e Metodológico no Acre Indígena. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(2), Jul./Dez., 2008, p. 409-428.

MELLO, H. A. B. *O Falar Bilíngue*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

MILLAN, A.; HAMM, B. Mixed Unions. *Canadian Social Trends*, 2004. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/11-008-x/2004001/article/6882-eng.pdf>>. Acesso em: 22/05/2009.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOTA, K. M. S. *Imigrantes brasileiros nos Estados Unidos: trajetórias de identidades em uma situação de bilinguismo*. Tese de Doutorado em Estudos Luso-Brasileiros. Brown University, Providence, RI, E.U.A., 1999 (inédita).

MOTA, K. M. S. Aulas de Português fora da Escola: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna. *Cadernos CEDES*, Campinas, SP: Unicamp, v. 24, n.63, maio/ago. 2004a, p.149-163.

MOTA, K. M. S. Incluindo as diferenças, resgatando o coletivo – novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras. In: MOTA, K. e SCHEYERL, D. (orgs.) *Recortes Interculturais na Sala de Aula de Línguas Estrangeiras*. Salvador: EDUFBA, 2004b, p. 35-55.

MOTA, K. M. S. Mulheres Brasileiras Imigrantes nos Estados Unidos: (des) caminhos dos bilinguismo em trajetórias de identidades. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p.143-174.

MOTA, K. M. S. O Tripé *Identidade, Língua e Nação* nas falas de jovens brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47 (2), Jul./Dez., 2008, p. 309-322.

MOURA, S. A. Com quantas Línguas se faz um País? Concepções e práticas de ensino em uma sala de aula na educação bilíngue. Dissertação de Mestrado em Educação. USP, São Paulo, SP, 2009 (inédita).

NINCAO, O. S. *Kóho Yoko Hovóvo / O Tuiuí e o Sapo: bilinguismo, identidade e política linguística na formação continuada de professores Terena*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. UNICAMP, Campinas, SP, 2008 (inédita).

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro Fala Português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: MOURA e SILVA (org.) *O Direito à Fala? A questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Editora Insular, 2000. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/>>. Acesso em: 28/03/2009.

OLIVEIRA, G. M. As Línguas Brasileiras e os Direitos Linguísticos. In: Oliveira, G. M. (org.) *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos – Novas Perspectivas em Políticas Linguísticas*. Campinas, S. P.: Mercado de Letras, ALB; Florianópolis: IPOL, 2003.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, vol.19, no.3, July/Sept., 2005, p. 23-33.

PAUWELS, A. Maintaining the Community Language in Australia: Challenges and Roles for Families. *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, Vol. 8, No. 2, 2005, p.124-131.

PAVLENKO, A. Bilingualism, Gender, and Ideology. *International Journal of Bilingualism*, Vol. 5, No. 2, 2001, p. 117-151.

PAVLENKO, A. Autobiographic Narratives as Data in Applied Linguistics. *Applied Linguistics*, 28, n. 2, 2007, p.163–88.

PILLER, I. Language Choice in Bilingual Cross-Cultural Interpersonal Communication. *Linguistik Online*, 5(1), 2000. Disponível em: <http://www.linguistik-online.de/1_00/PILLER.HTM>. Acesso em: 03/05/2009

PILLER, I. Private Language Planning: the best of both worlds? *Estudios de Sociolingüística*, 2(1), 2001, p. 61-80.

PROMISLOW, S. Mother Tongues, Second Languages and Languages “In-Between”: On multicultural landscapes and curriculum. *Educational Insights*, vol. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.ccfi.educ.ubc.ca/publication/insights/v08n02/contextualexplorations/promislow/tongues.html>>. Acesso em: 15/05/2009.

RAMPTON, B. *Crossing Language and Ethnicity among Adolescents*. Londres: Longman, 1995.

ROCHA, C. H. O Ensino de Línguas para Crianças no Contexto Educacional Brasileiro: breves reflexões e possíveis previsões. *D.E.L.T.A.*, v. 23, 2007, p. 273-319.

ROCHA, C. H. O Ensino de Línguas para Crianças: refletindo sobre princípios e práticas. In: ROCHA, C. H.; BASSO, A. (org.). *Ensinar e Aprender Língua Estrangeira nas Diferentes Idades: reflexões para professores e formadores*. São Carlos: Claraluz, 2008, p.15-34.

ROMAINE, S. *Bilingualism*. N.Y.: Basil Blackwell, 1989.

SALA, G. A.; CARVALHO, J. A. M. A Presença de Imigrantes de Países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. *Revista Brasileira de Estudos da População*, vol.25, no. 2, July/Dec., 2008, p. 287-304.

SANTOS, M. E. P.; CAVALCANTI, M. C. Identidades Híbridas, Língua(gens) provisórias – alunos “brasiguaios” em foco. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(2), Jul./Dez., 2008, p. 429-446.

SANTOS, M. E. P. O Cenário Multilíngue/Multidialeto/Multicultural de Fronteira e o Processo Identitário “brasiguai” na Escola e no Entorno Social. Tese de doutorado, UNICAMP (inédita).

SANTOS, M. E. P. Em Busca de uma Identidades “Brasiguai”: do uno ao complexo. *Intercâmbio*, vo. XII, p. 343-352.

SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. Inglês *for All*. In: MOTA, K. e SCHEYERL, D. (orgs.) *Espaços Linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 57-96.

SCHÜPBACH, D. 'It's Something that's Just Faded Away': how a Melbourne family of Swiss-German background makes sense of language shift. *International Journal of the Sociology of Language* 180, 2006, p. 89–104.

SCHÜPBACH, D. Language Transmission Revisited: family type, linguistic environment, language attitudes. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*. Vol. 12, n. 1, Janeiro, 2009, p.15-30.

SPOLSKY, B. *Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SCHWANDT, T. Três Posturas Epistemológicas para a Investigação Qualitativa. In: DENZIN, N. Y.; LINCOLN, Y. S. (orgs.) *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa* (trad. Netz, S. R.). Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, I. R. Quando ele fica bravo, o português sai direitinho; fora disso a gente não entende nada: o contexto multilíngue da surdez e o (re)conhecimento. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(2), Jul./Dez., 2008, p.393-407.

SILVA, T. T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T.T. (org.) *Identidade e Diferença – a Perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

SKUTNABB-KANGAS, T. Multilingualism and the Education of Minority Children. In: Garcia, O.; Baker, C. (orgs.) *Policy and Practice in Bilingual Education*. Clevedon: Multilingual Matters, 1995, p. 40-62.

TOLLEFSON, J. W. *Planning language, Planning Inequality – Language Policy in the Community*. Nova York: Longman, 1991.

TUOMINEN, A. Who Decides the Home Language? A look at multilingual families. *International Journal of the Sociology of Language*, 140, 1999, p.59–76.

VALDÉS. G. M. Bilingües y bilinguismo em los Estados Unidos: la política lingüística em uma época antiimigrante. In: Hamel, R. E. (org.) *Alteridades*, año 5, n. 10, 1995, p.25-42.

WOODWARD, K., Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução T. T. Silva. In: SILVA, T.T. (org.) *Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Editora Vozes, 2000, p. 7-72.

YAMAMOTO, M. Language Use of Families with Parents of Different Native Languages: an investigation of Japanese-non-English and Japanese-English Families. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, vol. 23, n. 6, 2002, p.531-554.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias – uma sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Campinas pelo telefone () ou ().

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **“Casais Interétnicos – Filhos Bilíngues? Representações como Índícios de Políticas de (não) Transmissão da Língua Minoritária da Família”**

Pesquisador Responsável : **Verônica Coelho**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **19 (xxxxxxxxxx)**

- ◆ O objetivo desta pesquisa é conhecer a sua prática de preservação ou erradicação da língua de herança na vivência familiar. Falaremos sobre a sua prática bilíngüe e as ações que garantem ou impedem a transferência da língua de herança aos seus filhos.
- ◆ A entrevista será realizada em local e data de sua conveniência, podendo ser concluída em um ou mais encontros e será gravada para que eu possa ter suas respostas preservadas do modo como foram ditas e, posteriormente, transcrevê-las e analisá-las.
- ◆ Durante a entrevista, lembranças e sentimentos podem vir à tona. Caso não se sinta à vontade para continuar, o senhor/a senhora tem o direito de interrompê-la a qualquer momento.
- ◆ Sua identidade não será revelada em nenhum momento. Utilizarei e publicarei seus relatos e posteriormente arquivarei os depoimentos, tomando os cuidados necessários para que o senhor/a senhora e as pessoas que venham a ser citadas não sejam identificados neste trabalho.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **“Casais Interétnicos – Filhos Bilíngues? Representações como Índícios de Políticas de (não) Transmissão da Língua Minoritária da Família”**, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora **Verônica Coelho** sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que seja necessária uma justificativa.

Local e data:

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1 – AQUECIMENTO

1. Apresentação pessoal e da pesquisa.
2. Apresentação da forma de pesquisa: **a.** responder perguntas espontaneamente, esquecer ligação pessoal comigo; **b.** pedir que seja o mais espontâneo possível, oferecer detalhes, questionamentos, etc.; **c.** garantir total anonimato – nomes fictícios, dados serão apresentados; **d.** esclarecer que pedirá para que se aprofunde mais no momento que surgir um ponto/assunto que considere importante explorar.

BLOCO 2 – ENTREVISTADO

1. Quantos e quais idiomas você fala? (que habilidades no idioma são mais desenvolvidas?)
2. Como os aprendeu?
3. Os pais são/foram bilíngues?
4. Foi criado/a em ambiente bilíngüe?
5. Como usa os diferentes idiomas?

BLOCO 3 – CÔNJUGE

1. Quantos e quais idiomas fala?
2. Histórico do encontro: **a.** onde, como e quando se conheceram? **b.** que línguas falavam? (em que momentos? havia controle, plano, estratégia?) **c.** isso foi mudando? Em que direção?
3. Explorar a cronologia dos fatos com relação a(s) língua(s) falada(s) entre o casal.

BLOCO 4 – FAMÍLIA

1. Quando vieram os filhos – **a.** idade dos pais; **b.** há quanto tempo estavam juntos? **c.** que línguas falavam entre si?
2. Que língua(s) falam/falavam com o(s) filho(s)? Entre si na frente do(s) filho(s)? Com o(s) filho(s) na presença de outras pessoas? Que fatores determinam a escolha?
3. Quais os efeitos disto no(s) filho(s)? (Aprofunde) Há questionamentos por parte dele(s) com relação a essa política/prática?

BLOCO 5 – FAMILIARES

1. Como se dá/dava a comunicação? **a.** mudou com o tempo? **b.** com a chegada de mais filhos?
2. Há/havia questionamentos? A família se envolve/envolia com a questão do bilinguismo? **a.** resistência? **b.**encorajamento?
3. Há/havia outros casos de bilinguismo na família, de outros membros? (Explorar)

BLOCO 6 – MOMENTO ATUAL

1. Hoje como você se vê como bilíngüe? Que línguas utiliza e como, quando?
2. Os filhos expressam opinião a respeito? **a.** veem o bilinguismo como benefício? **b.** há ressentimento? **c.** há memórias compartilhadas?

BLOCO 7 – TÉRMINO

1. Há algum ponto que você gostaria de repassar?
2. Alguma informação que ache relevante mencionar agora?
3. Há algum questionamento surgido agora, após esta conversa?
4. EU gostaria de retomar...